

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**JOSÉ ROBERTO ABREU DE CARVALHO JUNIOR**

**UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO GERENCIAL PARA A  
INSERÇÃO DOS EGRESSOS DE CURSOS TÉCNICOS DO IFES  
CAMPUS GUARAPARI NO MERCADO DE TRABALHO LOCAL**

**VITÓRIA**

**2018**

JOSÉ ROBERTO ABREU DE CARVALHO JUNIOR

**UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO GERENCIAL PARA A  
INSERÇÃO DOS EGRESSOS DE CURSOS TÉCNICOS DO IFES  
CAMPUS GUARAPARI NO MERCADO DE TRABALHO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública, na área de concentração Gestão de Operações no Setor Público.  
Orientador: Prof. Dr. Thalmó de Paiva Coelho Junior

VITÓRIA

2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

C331p Carvalho Junior, José Roberto Abreu de, 1989-  
Uma proposta de intervenção gerencial para a inserção dos egressos de cursos técnicos do Ifes Campus Guarapari no mercado de trabalho local / José Roberto Abreu de Carvalho Junior. – 2018.  
154 f. : il.

Orientador: Thalm de Paiva Coelho Junior.  
Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo - Guarapari (ES) - Ex-alunos. 2. Mercado de trabalho - Guarapari (ES). 3. Administração pública. I. Coelho Junior, Thalm de Paiva. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 35

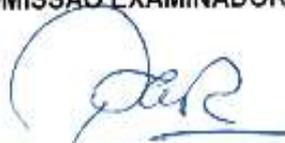
**JOSÉ ROBERTO ABREU DE CARVALHO JUNIOR**

**UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO GERENCIAL PARA A  
INSERÇÃO DOS EGRESSOS DE CURSOS TÉCNICOS DO IFES  
CAMPUS GUARAPARI NO MERCADO DE TRABALHO LOCAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Gestão Pública.

Aprovada em 13 de julho de 2018.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



**Prof. Dr. Thalm de Paiva Coelho Junior**  
Universidade Federal do Espírito Santo.  
(Orientador)



**Prof. Dr. Maria Auxiliadora de Carvalho  
Corassa**  
Universidade Federal do Espírito Santo



**Prof. Dr. Antonio Carlos de Francisco**  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

À minha esposa, pelo apoio incondicional.

Aos meus avós, onde quer que estejam.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, que me deu forças para chegar até aqui.

À minha esposa, Cássia, pelo companheirismo, apoio e incentivo demonstrados antes e durante todo o tempo de curso.

Aos meus avós, que batalharam com muita força para que esse momento um dia se concretizasse.

Ao meu orientador, Professor Thalmo de Paiva Coelho Junior, por acreditar que era possível.

Aos Professores Duarte, Dora, Rubens, Sônia, Maria Alice, Rogério e Guttemberg, pelo ensinamento que tive durante o Mestrado.

Aos egressos de Cursos Técnicos do Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Guarapari que participaram dessa pesquisa.

Ao Instituto Federal do Espírito Santo, por oferecer a seus servidores essa singular oportunidade de qualificação.

À Universidade Federal do Espírito Santo, por acreditar em uma melhoria das práticas de gestão pública na sociedade brasileira através da oferta desse curso.

“Bom mesmo é ir à luta com determinação,  
abraçar a vida com paixão,  
perder com classe e vencer com ousadia.  
Porque o mundo pertence a quem se atreve.  
E a vida é muito para ser insignificante.

(Charles Chaplin)

## RESUMO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram criados para oferecerem à sociedade brasileira um ensino de qualidade alinhado à prática da pesquisa e extensão. O seu campo de atuação é a educação profissional. Uma das finalidades dessas instituições é a de preparar o cidadão com uma formação humana e profissional com vistas à atuação no mercado de trabalho considerando os arranjos produtivos locais. Com esse propósito, espera-se alavancar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios e regiões onde estão situados os IFs. Nesse cenário, entre uma das 644 unidades existentes atualmente e que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, tem-se o Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – Campus Guarapari, localizado no município de mesmo nome, no estado capixaba. Este trabalho teve por objetivo geral diagnosticar se os egressos de cursos técnicos de nível médio dessa instituição estão se inserindo no mercado de trabalho local como profissionais técnicos. Egressos representam importante fonte de informação para a avaliação da eficácia de políticas públicas, especialmente as educacionais. Caracteriza-se como um estudo do tipo descritivo. Os sujeitos da pesquisa são representados por uma população de 650 egressos dos cursos técnicos em Administração e em Eletrotécnica, formados entre os anos de 2011 e 2017 e por uma amostra de 4 gestores desse Campus do Ifes. Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram o questionário e a entrevista. Considera-se uma abordagem de análise quantitativa e qualitativa dos dados. Os resultados apontaram que 56,6% dos egressos estavam trabalhando, mas apenas 10% desses atuavam como técnicos na sua área de formação; 96,8% avaliaram como boa ou excelente a qualidade do curso realizado na instituição; e que o Campus Guarapari do Ifes não realiza monitoramento de seus egressos. Como produto técnico resultante desse estudo, alinhado à Linha de Pesquisa Gestão de Operações no Setor Público e com vistas a contribuir para a solução do problema detectado, é apresentada à referida organização uma proposta de intervenção utilizando a ferramenta administrativa 5W2H.

Palavras-chave: Egressos. Instituto Federal. Inserção no Mercado de Trabalho Local. Gestão Pública.

## **ABSTRACT**

The Federal Institutes of Education, Science and Technology (IFs) were created to offer Brazilian society a quality education aligned with the practice of research and extension. Its activity area is professional education. One of the purposes of these institutions is preparing the citizen in a human and professional formation targeting a work in the labor market, considering the local productive arrangements. Considering this, it is hoped to leverage the socioeconomic development of the municipalities and regions where IFs are located. In this scenario, the Federal Institute of Espírito Santo (Ifes) - Campus Guarapari, located in the municipality of the same name, in the state of Espírito Santo, is one of the 644 existing units that currently make up the Federal Professional Education Network. This study aimed to diagnose if the graduates of technical courses at this institution are entering the local labor market as technical professionals. Egresses represent an important source of information for evaluating the effectiveness of public policies, especially educational ones. It is characterized as a descriptive study type. The research subjects are represented by a population of 650 graduates from the technical courses in Administration and Electrotechnology - formed between the years 2011 and 2017 - and by a sample of 4 managers of this Ifes campus. The data collection instruments used were the questionnaire and the interview. It is considered a quantitative and qualitative data analysis approach. The results showed that 56.6% of the graduates were working, but only 10% of them worked as technicians in their training area; 96.8% evaluated as good or excellent the quality of the course carried out at the institution; and that the Campus Guarapari do Ifes does not carry out monitoring of its graduates. As a technical product resulting from this study, aligned with the Research Line Operations Management in the Public and aiming at contributing to the solution of the detected problem, a proposal of intervention using the 5W2H administrative tool is presented to this organization.

**Keywords:** Graduates. Federal Institute. Insertion in the Local Labor Market. Public Management.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Total de Gastos da Rede Federal no ano de 2017 .....	37
Figura 2 - Atendimento de percentuais mínimos de matrículas no Ifes Campus Guarapari de acordo com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 .....	58
Figura 3 - Praia do Morro, em Guarapari-ES.....	76
Figura 4 – Praia de Meaípe, em Guarapari-ES .....	77
Figura 5 - Praia de Setiba, em Guarapari-ES.....	77
Figura 6 - Praia das Castanheiras, em Guarapari-ES .....	78
Figura 7 - Praia da Areia Preta, em Guarapari-ES .....	79
Figura 8 - Organização da pesquisa, por blocos .....	82

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de gastos realizados no Ifes Campus Guarapari entre abr/2010 e out/2017, excluídos os gastos com pagamento de pessoal .....	22
Tabela 2 - Número de alunos matriculados no Ifes Campus Guarapari, por curso e modalidade, em dezembro de 2017 .....	57
Tabela 3 - Número de alunos egressos do Ifes Campus Guarapari, por curso e modalidade em dezembro de 2017 .....	60
Tabela 4 - Remuneração média (em R\$) de empregos formais em Guarapari-ES, por setor de atividade econômica, em 31/12/2016 .....	66
Tabela 5 - Ocupações com maiores estoques em Guarapari-ES, em 31/12/2016....	67
Tabela 6 - Remuneração média (em R\$) do mês de dezembro de 2016 no Estado do Espírito Santo, por escolaridade e sexo .....	73
Tabela 6 - Remuneração média (em R\$) do mês de dezembro de 2016 no Estado do Espírito Santo, por escolaridade e sexo .....	74
Tabela 7 - Município de residência atual dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari .....	89
Tabela 7 - Município de residência atual dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari .....	90

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Remuneração média no Brasil em dezembro de 2016, por escolaridade	26
Gráfico 2 - Evolução do estoque de empregos por escolaridade no Brasil, no período 2010-2016 .....	26
Gráfico 3 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional em número de unidades.....	36
Gráfico 4 - Distribuição dos alunos do Ifes Campus Guarapari por faixa etária, em 2016 .....	59
Gráfico 5 - Total de servidores do Ifes Campus Guarapari, por categoria, em 2010 e em 2017 .....	61
Gráfico 6 - Nível de instrução da população de Guarapari-ES em 2010.....	64
Gráfico 7 - Número de empregos formais em Guarapari-ES, por setor de atividade econômica, em 31/12/2016 .....	65
Gráfico 8 - Relação das 10 ocupações com o maior saldo admissional em Guarapari-ES, entre abril de 2010 e dezembro de 2017 .....	69
Gráfico 9 - Número de admissões por grau de instrução no Brasil, de 2012 a 2016	71
Gráfico 10 - Número de empregos formais em Guarapari-ES, por faixa etária, em 31/12/2016 .....	71
Gráfico 11 - Evolução do estoque de empregos no Brasil por faixa etária, 2010-2016 .....	72
Gráfico 12 - Remuneração média (em R\$) dos empregos formais em Guarapari-ES, por faixa etária, em 31/12/2016.....	73
Gráfico 13 - Perfil do egresso de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari, por sexo .....	88
Gráfico 14 - Distribuição dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari, por faixa etária.....	89
Gráfico 15 - Situação ocupacional dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari .....	90
Gráfico 16 - Relação do trabalho do egresso com a sua área de formação .....	91
Gráfico 17 - Município de trabalho dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari .....	92
Gráfico 18 - Principal motivação dos egressos para realizarem um curso técnico no Ifes Campus Guarapari .....	93

Gráfico 19 - Interesse dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari em trabalhar como profissional técnico em Guarapari-ES .....	94
Gráfico 20 - Percepção dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari quanto à oferta de vagas de trabalho aos profissionais técnicos de sua área no mercado de trabalho de Guarapari-ES.....	94
Gráfico 21 - Natureza da instituição de ensino do curso que o egresso realizou ou realiza após a conclusão do Curso Técnico no Ifes Campus Guarapari .....	95
Gráfico 22 - Relação da área do curso realizado ou em realização pelo egresso com o Curso Técnico do Ifes Campus Guarapari .....	96
Gráfico 23 - Principal motivação dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari darem continuidade aos seus estudos .....	97
Gráfico 24 - Percepção dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari quanto à contribuição da instituição à sua formação humana.....	98
Gráfico 25 - Avaliação da infraestrutura física da instituição pelos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari .....	99
Gráfico 26 - Avaliação do quantitativo de aulas práticas como preparação para o mercado de trabalho pelos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari .....	100
Gráfico 27 - Avaliação do quantitativo de disciplinas que estimulam o empreendedorismo no aluno pelos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari .....	100
Gráfico 28 - Avaliação do suporte por parte da instituição aos ex-alunos para inserção no mercado de trabalho pelos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari .....	101
Gráfico 29 - Opinião dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari sobre se a instituição poderia oferecer outros cursos técnicos .....	102
Gráfico 30 - Principal contribuição que o Ifes Campus Guarapari faz para a sociedade ao seu redor, na percepção dos seus egressos de Cursos Técnicos .....	102

## LISTA DE SIGLAS

APL - Arranjo Produtivo Local

Caged - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CBO - Classificação Brasileira de Ocupações

CCO – Coordenadoria de Contabilidade

Cefet – Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica

Cefets – Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica

CGGP - Coordenadoria Geral de Gestão de Pessoas

CRA – Coordenadoria de Registros Acadêmicos

CTI – Coordenadoria de Tecnologia da Informação

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DPPGE - Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão

EAD – Educação à Distância

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IES - Instituição de Educação Superior

IF – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFC - Instituto Federal Catarinense

Ifes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo

IFG - Instituto Federal de Goiás

IFNMG - Instituto Federal do Norte de Minas Gerais

IFRN - Instituto Federal do Rio Grande do Norte

IFs – Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFSUDESTE-MG - Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

ISPER - Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda

MEC – Ministério da Educação

MTb – Ministério do Trabalho

MTur - Ministério do Turismo

PAE - Pesquisa de Acompanhamento de Egressos

PIB - Produto Interno Bruto

PPC – Projeto Pedagógico de Curso

PPGGP – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública

Proeja - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

Rede PROFTEC – Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

RAIS - Relação Anual de Informações Sociais

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação

SETUR-ES - Secretaria de Estado de Turismo do Espírito Santo

SINE – Sistema Nacional de Emprego

TCU - Tribunal de Contas da União

Ufes – Universidade Federal do Espírito Santo

UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>17</b>
1.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	19
1.2 PROBLEMA .....	20
1.3 OBJETIVOS.....	20
1.3.1 Objetivo Geral.....	20
1.3.2 Objetivos Específicos.....	21
1.4 JUSTIFICATIVA .....	21
1.5 HIPÓTESES.....	23
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	<b>25</b>
2.1 EDUCAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL .....	25
2.1.1. Os Institutos Federais de Educação .....	34
2.2 EGRESSOS .....	45
2.2.1 Os Egressos no Instituto Federal do Espírito Santo .....	49
2.2.2 Egressos no Ifes Campus Guarapari .....	49
2.3 IFES CAMPUS GUARAPARI.....	51
2.4 O MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES .....	62
2.5 PESQUISAS REALIZADAS .....	79
<b>3 METODOLOGIA</b> .....	<b>82</b>
3.1 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA .....	82
3.2 SUJEITOS E POPULAÇÃO .....	83
3.3 COLETA DE DADOS .....	85
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS .....	86
<b>4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>88</b>
4.1 EGRESSOS.....	88
4.2 GESTORES DO IFES .....	103
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>111</b>
5.1 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO .....	111
5.2 CONCLUSÃO .....	117
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>119</b>
<b>APÊNDICES</b> .....	<b>133</b>
APÊNDICE A – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO AO EGRESSO....	133
APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DE CURSOS TÉCNICOS DO IFES CAMPUS GUARAPARI.....	135

APÊNDICE C – MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS GESTORES DO IFES CAMPUS GUARAPARI .....	146
APÊNDICE D – PRODUTO TÉCNICO APLICÁVEL AO IFES CAMPUS GUARAPARI.....	149
APÊNDICE E – RECIBO DE PRODUTO TÉCNICO PELO IFES CAMPUS GUARAPARI.....	154

## 1 INTRODUÇÃO

As variáveis educação e trabalho desempenham um papel importante no meio social e são intimamente ligadas entre si. A educação fornece ao ser humano elementos capazes de transformá-lo. O conhecimento leva à compreensão das coisas e do mundo. O pensamento crítico contribui para uma mudança de postura individual e, conseqüentemente, coletiva. O trabalho, por sua vez, representa o meio de subsistência de todos. Isto é, um indivíduo vende a sua mão-de-obra em troca de remuneração e com ela adquire aquilo que lhe é necessário para sobreviver.

Existem diferentes níveis de educação e tipos de trabalho. Geralmente, trabalhos mais complexos remuneram melhor do que os demais, no entanto, também podem requerer níveis mais altos de educação do trabalhador. Em outras palavras, há uma associação tácita de que quanto maior for o nível de instrução de uma pessoa, melhor ela será remunerada e vice-versa. O indivíduo, nesse sentido, deverá estar qualificado para o trabalho.

Muitas podem ser as motivações de uma pessoa quando ela procura se qualificar. Admite-se que duas dessas são a realização pessoal e a realização profissional. Pode-se dizer que cada indivíduo possui anseios e expectativas com o ato de educar-se, especialmente com vistas ao seu futuro.

Vivendo em um cenário de alta competitividade, característico de sociedades tipicamente capitalistas, um indivíduo encontra na qualificação profissional uma das maneiras de se manter vivo na disputa por melhores empregos e salários em um mundo de rápidas transformações na caracterização do trabalho. Assim, a educação é vista pelo sujeito como um requisito para a manutenção ou elevação do seu nível de empregabilidade.

De uma maneira geral, são as escolas quem oferecem educação à sociedade. Cabe-lhes o papel de formação humana e preparação para o trabalho. No caso da educação profissional, é uma relação que se faz expressa.

No Brasil, existem três níveis educacionais: o básico, o médio e o superior. No nível médio, existe a opção de se fazer simultaneamente a esse um curso denominado técnico. Esses cursos técnicos de nível médio são oferecidos tanto pela rede privada como pela rede pública de ensino.

No âmbito público, em nível federal, os cursos técnicos são oferecidos à sociedade, majoritariamente, pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), pertencentes à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Rede PROFTEC).

Fruto de um projeto de grande expansão iniciada na última década, a Rede PROFTEC apresentou um crescimento considerável nos últimos anos, passando de 140 escolas em 2002 para 644 unidades no ano de 2016 (BRASIL, 2017). Em termos percentuais, esses dados representam um crescimento de 360%. Com isso, o acesso a essas instituições federais de ensino se tornou mais democrático a milhares de brasileiros residentes nas mais diversas regiões do país.

Uma das expectativas que se tem com a política de criação dos Institutos Federais é a de que à medida em que seus alunos concluem os estudos, eles não precisariam se deslocar de suas cidades de origem para outros centros em busca de maiores e/ou melhores oportunidades profissionais. Inseridos no mercado de trabalho local, teriam a chance de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico, transformando a realidade de seus municípios, situados, principalmente, nas regiões mais interioranas do país.

Avaliar se os objetivos propostos estão sendo alcançados é uma maneira de ratificação ou de retificação das ações de uma organização.

É sob essa ótica que esse trabalho se desenvolve. Tem por objetivo diagnosticar se tem havido a inserção profissional dos egressos de cursos técnicos do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) - Campus Guarapari no mercado de trabalho local.

Este estudo está assim estruturado: o Capítulo 1 é esta Introdução. No Capítulo 2, apresenta-se o referencial teórico. O Capítulo 3 trata da metodologia empregada para a realização dessa dissertação. No Capítulo 4, tem-se a apresentação e análise dos resultados das pesquisas. Por fim, o Capítulo 5 traz as considerações finais, apresentando o produto técnico resultante deste trabalho.

## 1.1 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

Dentre os 22 *campi* do Ifes atualmente existentes e distribuídos em diferentes municípios das regiões que compõem o estado capixaba (BRASIL, 2017), há o Campus Guarapari, localizado na cidade de mesmo nome. Criado em abril de 2010, esse Campus ministra atualmente os seguintes cursos (BRASIL, 2017):

- Técnicos de Nível Médio: em Administração; em Eletrotécnica e; em Mecânica;
- Graduação: em Administração e; em Engenharia Elétrica;
- Pós-Graduação, em nível de Especialização, em Gestão Estratégica de Negócios.

O foco deste trabalho são os egressos do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Guarapari. Mais especificamente os alunos formados nos Cursos Técnicos de Nível Médio em Administração e Eletrotécnica, entre o primeiro semestre dos anos de 2011 e 2017.

O Ifes pertence à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que atua no campo do sistema federal de ensino e está vinculada ao Ministério da Educação, do Governo Federal. Essa Rede se faz presente em todo o território brasileiro através das instituições que a compõem, quais sejam (BRASIL, 2017):

- os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs);
- os Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (Cefets);
- as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais;
- a Universidade Tecnológica Federal do Paraná; e
- o Colégio Pedro II.

Os IFs são responsáveis por oferecer à sociedade brasileira diversos tipos de cursos em diferentes modalidades, compreendendo os de (BRASIL, 2008):

- educação profissional técnica de nível médio;
- formação inicial e continuada de trabalhadores; e

- educação superior.

## 1.2 PROBLEMA

Para fins de alinhamento de ideias entre o que está expresso nos textos das políticas de educação profissional ora em curso no país com a realidade do mercado de trabalho, alguns questionamentos podem ser realizados.

Por exemplo: se os egressos de cursos técnicos de nível médio dos Institutos Federais de Educação tem encontrado dificuldades para conseguirem atuar como profissionais nas suas respectivas áreas de formação; se esses ex-alunos fizeram seu curso técnico para se inserirem rapidamente no mercado de trabalho ou se o fizeram apenas como uma preparação para ingresso no nível superior de ensino; ainda, como os IFs tem agido com relação aos seus alunos já formados; e como tem sido na prática a articulação das ações dessas instituições de ensino com o Poder Público e o Empresariado Local.

Sob essas perspectivas, é traçado o seguinte problema para esse estudo:

Como é a inserção dos egressos de cursos técnicos de nível médio do Instituto Federal do Espírito Santo - Campus Guarapari no mercado de trabalho local?

Para responder ao problema proposto, alguns objetivos são aqui traçados.

## 1.3 OBJETIVOS

### 1.3.1 Objetivo Geral

Diagnosticar se os egressos de cursos técnicos do Ifes – Campus Guarapari estão se inserindo no mercado de trabalho local como profissionais de nível médio técnico.

### 1.3.2 Objetivos Específicos

- Descrever a ocupação profissional desses egressos: se estão trabalhando plenamente na sua área de formação, se em área correlata ou se em área totalmente divergente à de sua formação; se estão desempregados, além de evidenciar os motivos que os levaram à situação na qual se encontram;
- Verificar se esses ex-alunos verticalizaram seus estudos e saber os motivos que os levaram a isso;
- Identificar a localização de moradia desses ex-alunos e buscar saber o porquê de estarem residindo onde estão;
- Determinar se o Ifes Campus Guarapari contribui para o processo de formação humana de seus egressos;
- Apurar se o Ifes de Guarapari realiza o processo de monitoramento de seus egressos de cursos técnicos e como é feita a articulação de suas atividades junto ao poder público e empresariado, visando à inserção desses novos profissionais no mercado de trabalho local;
- Propor alternativas de solução do problema, caso venham a se mostrar necessárias.

### 1.4 JUSTIFICATIVA

Uma das finalidades dos Institutos Federais, de acordo com a Lei 11.892, é a de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local dos municípios e regiões em que estão situados. Essa contribuição pode ser realizada de diferentes formas. Uma dessas formas é através da inserção profissional de egressos no mercado de trabalho, visando ao desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional (BRASIL, 2008). Se esses ex-alunos, por sua vez, não vierem a atuar como profissionais técnicos, coloca-se em xeque uma das funções sociais da organização.

Para cumprir com os seus propósitos de oferecer um ensino de qualidade e preparar o aluno com uma formação humana e profissional, uma quantidade considerável de recursos públicos federais é ou já foi despendida na criação,

expansão e no custeio do Ifes Campus Guarapari. Para citar alguns exemplos, gastos na forma de construção de prédios, laboratórios, pagamento de empresas terceirizadas e na aquisição de materiais.

Com base em informações extraídas da Coordenadoria de Contabilidade (CCO) deste Campus, a Tabela 1 apresenta o total de despesas já realizadas nessa organização desde o início de seu funcionamento, em abril de 2010, até outubro de 2017, excluindo-se apenas as despesas com pagamento de pessoal. São quase 40 milhões de reais em um espaço de tempo de 7 anos e meio.

Tabela 1 - Total de gastos realizados no Ifes Campus Guarapari entre abr/2010 e out/2017, excluídos os gastos com pagamento de pessoal

<b>Descrição</b>	<b>Valor (em R\$)</b>
Investimentos	26.130.747,33
Custeio	13.080.153,42
<b>Total</b>	<b>39.210.900,75</b>

Fonte: Coordenadoria de Contabilidade (CCO) – Ifes Campus Guarapari.  
Nota: dados adaptados pelo autor.

Cabe aqui destacar que despesas com investimentos, na linguagem contábil, se caracterizam como sendo a aquisição de bens móveis e imóveis de natureza permanente, como veículos, mesas, carteiras escolares e computadores. Despesas de custeio são aquelas necessárias à prestação de serviços e à manutenção da ação da administração, como o pagamento de serviços terceirizados e aquisição de material de consumo. E, como instituição pública é dever dessa organização devolver à sociedade o que dela se espera, justificando os recursos nela depositados.

Nesse sentido, a pesquisa com egressos constitui-se em uma importante ferramenta para que a organização conheça a realidade acerca da situação profissional dos alunos que ali se formaram, pois de acordo com Deluiz e outros (2003), acompanhar egressos é uma das maneiras existentes para se avaliar a eficácia e efetividade social de Políticas Públicas e Programas de Educação Profissional.

Com um diagnóstico em mãos, alinhado com o produto que se espera obter com este trabalho, acredita-se que se tornará mais fácil a tomada de decisão por parte

do Ifes para a solução do problema em análise. Destaca-se ainda o fato desse Instituto Federal de Educação nunca haver realizado uma pesquisa aprofundada com egressos, embora já se tenham formado turmas desde o ano de 2011.

Não é utopia imaginar que diversos *campi* de outros IFs espalhados pelo país, possam enfrentar problema semelhante ao desta pesquisa, pois muitos estão localizados em municípios com menos de 100 mil habitantes e, ainda, em municípios com menos de 50 mil habitantes. Historicamente, municípios com baixo índice populacional tendem a ter um menor desenvolvimento socioeconômico quando comparado com aqueles de maior população. Conseqüentemente, as oportunidades de emprego se tornam mais escassas. Dessa forma, de maneira complementar, os achados deste trabalho podem, também, vir a subsidiar as tomadas de decisões dos responsáveis por outros *campi* com perfis semelhantes.

## 1.5 HIPÓTESES

Tomando-se como referência os resultados encontrados nos trabalhos de Sampaio (2013), Vieira (2011), Tonial (2010) e Rocha e outros (2005), admitem-se como hipóteses (aqui denominadas H1, H2 e H3) deste estudo que:

- H1: é baixa a inserção dos egressos de cursos técnicos do Campus Guarapari do Ifes no mercado de trabalho local como profissionais na sua respectiva área de formação;
- H2: egressos dos cursos técnicos da modalidade integrada tendem a se inserir mais demoradamente no mercado de trabalho em relação aos de modalidade concomitante;
- H3: existe um reconhecimento positivo dos egressos no que diz respeito à qualidade do curso ministrado por essa instituição de ensino.

Para efeito de esclarecimento cabe aqui diferenciar o que são cursos de modalidade integrada e cursos de modalidade concomitante/subsequente: a modalidade integrada é destinada aos alunos que concluíram o ensino fundamental e irão cursar de uma maneira única tanto o ensino médio como o curso técnico na

mesma instituição de ensino. Já a modalidade concomitante se dá quando o aluno já está cursando o ensino médio e, em paralelo a este, irá também cursar o ensino técnico, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino ou em instituições diferentes. (BRASIL, 1996).

Após evidenciarmos o problema de pesquisa, os objetivos e a justificativa, que demonstra a relevância do nosso estudo enquanto questão de pesquisa, partiremos para o capítulo 2. Esse tem o objetivo de estabelecer teoricamente a relação existente entre as categorias educação, trabalho e educação profissional.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

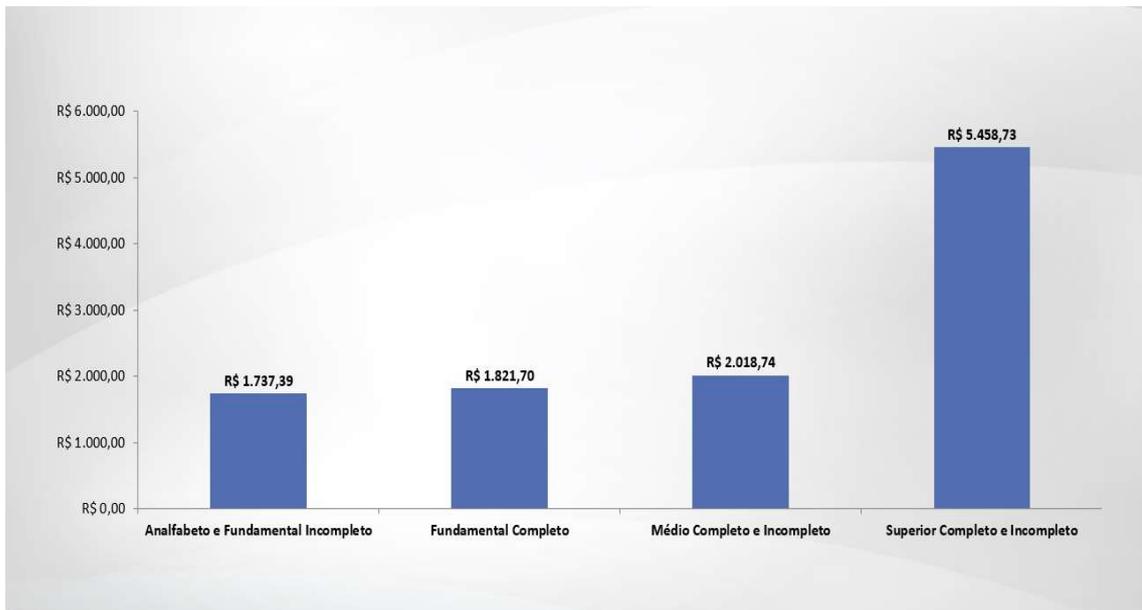
### 2.1 EDUCAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

O mundo do trabalho tem sido vital na história do homem, seja pela sua própria sobrevivência, seja pelo alcance da dignidade, humanidade e felicidade social (ANTUNES, 2018). Saviani (2007) afirma que o trabalho faz parte da essência humana. Mesmo aqueles que não trabalhavam, pertencentes à classe proprietária, como na Antiguidade, viviam do trabalho alheio.

Naturalmente, existem diversos tipos de trabalho e o grau de complexidade intelectual ou manual para se realizar uma determinada atividade se diversifica conforme a sua natureza. Assim, existem certos requisitos para o exercício de cada categoria profissional como, por exemplo, a exigência de um grau de instrução mínimo ou uma titulação específica. Nesse sentido, em sociedades capitalistas, geralmente o profissional mais qualificado, diga-se mais instruído intelectualmente através da educação formal, tende a obter uma remuneração maior do que outros trabalhadores menos instruídos. A educação profissional é uma das maneiras existentes para a qualificação para o trabalho.

Manfredi (2002) explica que as pessoas acreditam que quanto maior for o seu nível de escolaridade, maior será o acesso a melhores empregos e a profissões mais demandadas. Além de ser uma exigência da economia possuir pessoal qualificado, a qualificação é também uma aspiração da população, que sabe que as pessoas mais instruídas conseguem melhores empregos e melhores rendas (SCHWARTZMAN e CASTRO, 2013). Em termos empíricos, dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) Brasil de 2016 comprovam essa afirmação, quando mostram que os trabalhadores brasileiros mais escolarizados possuíam remuneração média maior do que daqueles menos instruídos, conforme se observa no Gráfico 1.

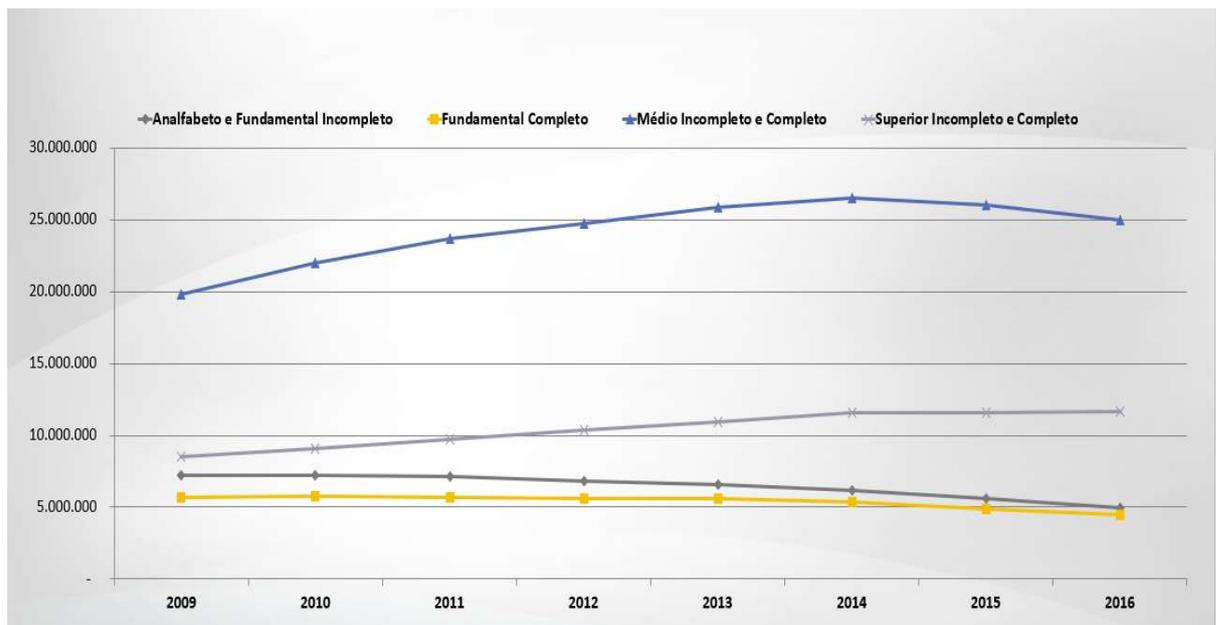
Gráfico 1 - Remuneração média no Brasil em dezembro de 2016, por escolaridade



Fonte: RAIS Brasil 2016 – Ministério do Trabalho - MTb (2018).

Além disso, nos últimos anos têm havido menos empregos no país para indivíduos menos escolarizados (Gráfico 2). Por outro lado, chama a atenção o crescente número de empregados com o nível superior de ensino, seja incompleto ou completo.

Gráfico 2 - Evolução do estoque de empregos por escolaridade no Brasil, no período 2010-2016



Fonte: RAIS Brasil 2016 – MTb (2018).

Com essas informações é possível entender a afirmação de Simões (2010) quando diz que a escola é utilizada como estratégia das pessoas em superar as suas condições socioeconômicas mais precárias de vida, como também a aquisição do conhecimento e busca de formação.

Aliado a isso, de acordo com Fini e Souza (2012) a motivação das decisões individuais de investimento em sua formação através da educação, tem o aspecto econômico apenas como parte integrante desse processo, pois geralmente, as pessoas consideram o ato de educar-se também como uma maneira de enriquecer a sua vida intelectual e espiritual.

Para além do olhar individual e considerando a sociedade como um todo, Ciavatta (2012) afirma que educar-se é algo necessário para introduzir a população a todo tipo de transformação social, efetiva, que se pretenda. Para Fini e Souza (2012), o investimento em educação, também entendido como o motor da formação do capital humano, exhibe particularidades parecidas com a escolha de se investir diretamente na produção de capital físico, que são os bens tangíveis, como as máquinas e os equipamentos de produção.

Esse pensamento coletivo de associação qualificação/emprego e, conseqüentemente, aumento da renda individual e maior qualidade de vida, é fruto principalmente da Teoria do Capital Humano, formulada por Schultz, no começo da década de 70. Os pressupostos dessa teoria estabelecem que as pessoas se educam e que o principal efeito da educação é a mudança que ela provoca nas habilidades e conhecimentos de quem estuda (CUNHA, CORNACHIONE JUNIOR e MARTINS, 2010).

Frigotto (2008) critica essa ideia de investimento em capital humano, como se fosse uma “chave de ouro” para a resolução do enigma do subdesenvolvimento e das desigualdades internacionais, regionais e individuais, pois assimila as relações sociais de maneira enviesada e falseia as razões estruturais da exclusão. Como argumento, cita que, mesmo após três décadas da Teoria do Capital Humano, permanecem as desigualdades entre nações, o aumento do desemprego e a precarização do trabalho (FRIGOTTO, 2008). Similarmente, instiga a sociedade prometendo-lhe a mobilidade social, através da busca de empregos com maiores salários e conseqüentemente condições de vida mais dignas (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005).

Antunes (2018) observa que, atualmente, uma tendência que se faz presente no mundo do trabalho é a gradual exclusão dos jovens, que alcançaram a idade para ingressarem no mercado de trabalho, mas que sem perspectivas de emprego, se veem ocupando trabalhos precários ou na condição de desempregados, considerando uma sociedade caracterizada pelo desemprego estrutural. Pais (2005) pondera que, tacitamente, sabe-se que é preciso contar com um pouco de sorte quando se procura trabalho, apesar do discurso de que com melhores qualificações se torna mais fácil para uma pessoa empregar-se.

Em um cenário de mercado competitivo e exigente, o emprego se torna uma disputa, onde quem vai ganhá-lo é aquele profissional que apresentar maior capacidade e/ou habilidades (VIEIRA, GOMES e SILVA, 2011). A qualificação não garante, obrigatoriamente, a inserção no mercado de trabalho de forma automática, bem como um maior nível de escolaridade não implica em maior renda ou garantia de emprego (SAMPAIO, 2013).

O universo do trabalho possui hoje uma característica de superfluidade onde cada vez mais homens e mulheres encontram menos oportunidades e isso faz com que venham a buscar outras alternativas laborais ocupando-se em trabalhos parciais, temporários e sem direitos ou, o que talvez seja ainda pior, vivendo o sofrimento dos desempregados (ANTUNES, 2018). Se, durante a fase áurea do capitalismo, a escola preparava o indivíduo para um emprego certo, atualmente ela deve desempenhar um papel de formação do indivíduo para o desemprego (GENTILI, 2008).

Sob essa mesma ótica, Ramos (2006) explica que a outrora garantia da relação formação-emprego está posta em questionamento devido à distância existente entre os objetivos econômicos atuais e os recursos que são promovidos através da educação. Assim, se no passado possuir um diploma era sinônimo de conseguir um emprego e uma carreira sólida, o mundo do trabalho de hoje tende a enfraquecer essa ideia. Paiva (2008) lembra que é necessário tornar relativo o quanto a qualificação, cujo conceito começa a ser substituído pelo de competência, ainda eleva o valor do trabalho e até que ponto as profissões podem sobreviver.

É nesse contexto que Frigotto (2008) questiona qual seria o sentido da educação e a formação para a empregabilidade, qualificação e reconversão profissional, considerando uma realidade de desemprego estrutural, trabalho supérfluo em massa e também da comprovação de aumento da produtividade e crescimento econômico, através do avanço da tecnologia, sem que isso represente,

no entanto, elevação do nível de emprego. Ademais, muito embora os indivíduos se esforcem para melhorar a qualidade da força de trabalho brasileira, parte dos esforços é desprezada internamente, o que provoca o desemprego intelectual e a consequente exportação de trabalhadores qualificados para outros países que os absorvem adequadamente (POCHMANN, 2008).

Para Gentili (2008), com o fim da promessa do pleno emprego no mundo capitalista contemporâneo, caberá ao indivíduo fazer as suas escolhas que levarão à conquista ou não de uma posição competitiva no mercado de trabalho. Surge assim o conceito de competência, incorporada na educação com o pretexto de conectá-la aos desafios das instabilidades do mercado de trabalho (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005). Nesse sentido, se acontece o pior, a culpa não é do mercado, é do trabalhador, que não se adaptou a esse mercado, que não reúne as competências necessárias. É mais fácil atribuir ao indivíduo a responsabilidade por suas desgraças e por sua derrota (BELUZZO *apud* FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005).

Sob a ótica da empregabilidade, os indivíduos que não encontram emprego ou que são expulsos do mercado assim o são por serem incompetentes ou por terem feito escolhas equivocadas. Paradoxalmente, as vítimas do sistema excludente são os algozes de si mesmos (FRIGOTTO, 2008). Paiva (2008) destaca que, com a empregabilidade, transfere-se do social para o individual a responsabilidade pela inserção profissional dos indivíduos, que deverão agora reunir um conjunto de conhecimentos, habilidades e esforço individual de adequação. Assim, a promessa da empregabilidade, cuja característica é altamente exclusiva e individual, faz com que haja a desintegração da promessa integradora da escola (GENTILI, 2008).

De acordo com Deitos e Lara (2016), os setores produtivos exigem requisitos escolares e profissionalizantes tanto do trabalhador ocupado quanto daquele disponível. São requeridos para se viver em um cenário de desemprego ou de empregabilidade, estando de prontidão para aquilo que não se tem certeza do que será na realidade e no futuro.

Nesse cenário, cada vez mais tem sido exigida dos trabalhadores a competência, uma característica que vai além da qualificação formal expressa em títulos e certificados. É o que Ramos (2006) classifica como “qualificação real”, que seria uma espécie de qualificação caracterizada por aspectos que valorizam a eficiência produtiva: o saber-fazer realmente colocado em prática, os conteúdos reais do trabalho, para além das aquisições de formação e potencialidades do indivíduo. É

através da demonstração das suas competências que o trabalhador vai mostrar-se realmente qualificado para ocupar um determinado posto de trabalho. Nesse sentido, a mesma autora (2006) acredita que os títulos e diplomas ainda manterão sua importância para que o indivíduo consiga a sua inserção inicial no mercado de trabalho, mas para que haja a permanência nesse mesmo mercado, suas competências possuirão um papel de destaque. Dessa forma, a estratégia para o indivíduo conseguir trabalho reúne três variáveis: o seu nível de escolaridade, a sua rede de contatos e as suas habilidades (PAIS, 2005).

Nogueira e outros (2015) sustentam que não é porque o trabalhador vai se qualificar que o trabalho vai se universalizar. Sampaio (2013) lembra que não basta apenas qualificar mão-de-obra, tem que haver a correspondente demanda pelos profissionais. O ideal da empregabilidade é responsabilizar os trabalhadores por estarem desempregados, exigindo-lhes que se requalifiquem constantemente. Entretanto, só faz sentido instituir a universalização da qualificação do trabalhador se esta estiver acompanhada da universalização do trabalho (NOGUEIRA et al., 2015).

Del Pino (2008) não concorda com o discurso da empregabilidade, que afirma que através da requalificação pode-se chegar ao emprego, pois acredita que não existe no capitalismo a possibilidade concreta de satisfação de empregos. Isto é, não existe geração de empregos suficiente para atendimento de todos e todas. Apesar da ideia de que, através dos diferentes tipos de formação profissional, todos se tornarão empregáveis, é ingênuo acreditar que é factível corrigir as distorções do mercado em função da qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A crise do emprego não se resolve dentro da escola (DEL PINO, 2008), que tem funcionado como um fator de camuflagem do desemprego, onde se encontram potenciais desempregados (PAIS, 2005). Lima, Silva e Silva (2015), alertam que o processo de qualificação para o trabalho não é rápido e nem de fácil controle social e/ou estatal. Assim, pode-se dizer que, em sociedades tipicamente capitalistas, é no mínimo temerário admitir a qualificação como sinônimo de desenvolvimento e crescimento econômico.

Grabowski e Ribeiro (2010) lembram que, mesmo assim, tem sido alardeado pelo Governo, através de suas políticas, programas e ações, que o ato de se qualificar profissionalmente e de obter uma formação técnico-profissional são estratégicos para que o país se insira no grupo de nações consideradas desenvolvidas, além de

constituir-se como requisito para que o trabalhador possa participar das novas relações sociais de produção.

Entretanto, Frigotto (2010) julga importante que a política pública de formação profissional se vincule às políticas de emprego e renda, pois na maneira como está configurada atualmente a educação básica e formação técnico profissional, desvinculada de um projeto democrático e público de desenvolvimento, que contemple os campos econômico, político e cultural com uma clara geração de empregos e renda reduz-se, predominantemente, a um invólucro de caráter ideológico (FRIGOTTO, 2008), tornando os esforços de capacitação profissional ineficazes e ineficientes (POCHMANN, 2001).

Naturalmente, isso frustraria ambos governo e cidadão, pois o discurso que o governo faz é que o Brasil necessita de mão-de-obra qualificada para impulsionar o seu crescimento. O cidadão, por sua vez, busca se capacitar na expectativa de conseguir um emprego.

A existência de um mercado de trabalho é que vai regular e estabelecer a estrutura ocupacional, isto é, quais serão as demandas de trabalho (MANFREDI, 2002). A função da política da educação profissional no Brasil deve atender aos requerimentos educativos e profissionalizantes que os setores produtivos e econômicos demandam (DEITOS e LARA, 2016).

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), embora exista uma correlação positiva entre educação, educação profissional e desenvolvimento, as primeiras não são condição fundamental para que o segundo ocorra. Em outras palavras, pode-se chegar ao desenvolvimento sem que use como essencial para esse processo a educação. Além disso, as características das variáveis trabalho, educação profissional e desenvolvimento econômico são complexas e devem ser levadas em conta quando se trata de formular modelos de crescimento econômico (PEIXOTO FILHO e SILVA, 2014).

Supõe-se ser falso ou uma ilusão, e também uma desonestidade, conferir aos pressupostos educativos um peso unilateral de inserção de uma sociedade nos processos de globalização e reestruturação produtiva e, principalmente, como tábua de salvação para aqueles que se veem ameaçados de perder seus empregos ou para os desempregados (FRIGOTTO, 2008). Existem visões idealizadas que superestimam a importância da escola como mecanismo de formação profissional e ingresso no mercado de trabalho, mesmo havendo uma separação entre o que é

ensinado no ambiente escolar e os desafios existentes no mundo do trabalho (MANFREDI, 2002). Pais (2005) observa que o sistema de ensino frequentemente é alheio à realidade que o rodeia.

Por isso, Grinspun (2001) defende a educação mais contextualizada possível, que deve considerar as causas e os fatos que acontecem no cotidiano da sociedade, que passa por uma série de mudanças em todas as suas áreas. Nesse sentido, a íntima vinculação da educação com o contexto social e cultural exige-nos a rever os seus modelos, pois ela, necessariamente, deve refletir os anseios sociais.

No cenário atual, caberá às instituições de ensino tentar fazer com que sua clientela seja empregável, ao adequar seus cursos à demanda e incluir no processo de formação elementos que ressaltem características subjetivas do profissional que ali se forma (PAIVA, 2008). Para contribuir na luta da problemática do emprego, as escolas deveriam considerar as novas realidades do mundo do trabalho, como maior concorrência, novas tarefas e modificação das ocupações (POCHMANN, 2001). Dessa forma, seria natural o processo de transição escola/trabalho.

Embora carregue consigo uma característica de transformação social e seja fundamental para a disputa no mercado de trabalho (POCHMANN, 2008), Manfredi (2002) explica que a educação, por si só, não gera trabalho nem emprego. Pais (2005) também não acredita que somente a educação irá resolver o problema do desemprego entre os jovens, pois, evidentemente, o desemprego justifica-se majoritariamente pela falta de empregos.

Para Pochmann (2008), enquanto houver o desajuste entre as esferas econômica e educacional, continuará a existir o desemprego estrutural no Brasil. Assim, esses dois campos não podem trabalhar separadamente. Sampaio (2013) chama a atenção para que seja revisto o pressuposto da qualificação profissional como pré-requisito para inserção profissional, com o intuito de se convergir a política educacional com as políticas de investimento.

Coloca-se uma carga desnecessária em cima da educação quando se diz que é (ainda que implicitamente) através dela que uma sociedade vai se desenvolver economicamente. Peixoto Filho e Silva (2014) consideram no mínimo questionável a alegação de que investir em educação é condição suficiente para que o Brasil cresça e consiga se desenvolver social e economicamente.

Os responsáveis pela criação de novos postos de trabalho e novas ocupações, conforme Manfredi (2002), são os mecanismos de crescimento econômico, ou seja,

políticas de desenvolvimento, de geração de novos empregos, de distribuição de renda, além da desoneração da folha de pagamento ou a diminuição da taxa de juros (PEIXOTO FILHO e SILVA, 2014).

Em resumo, são os investimentos público e privado que determinam o nível geral de emprego em uma economia (POCHMANN, 2008). Então, qualquer projeto de geração de trabalho deve contemplar uma articulação entre as esferas pública e privada. Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) acrescentam ainda a educação básica nesse processo de articulação visando a um desenvolvimento de fato.

Nesse sentido, na ausência dessas políticas, a escola estará preparando seus alunos para empregos que não existem. Diante desse cenário, pela necessidade, os jovens, embora vítimas do processo de reestruturação econômica, inventam maneiras atípicas para ganhar dinheiro, pois muitos não conseguem ter acesso a um mercado de trabalho que se encontra já saturado (PAIS, 2005).

Rocha (2008) considera que é mais difícil para um jovem com pouca escolaridade conseguir se inserir inicialmente nesse mercado. Isso significa uma desvantagem relativa para esses jovens, que têm menor condição de seletividade para a ocupação de determinado posto de trabalho. Pela lógica então, jovens mais escolarizados possuiriam uma vantagem para conseguir emprego.

Pochmann (2001) lembra que, dada a competição no mercado de trabalho, pode ocorrer de trabalhadores qualificados ocuparem empregos de menor grau de exigência profissional. As crescentes dificuldades de inserção dos jovens no mercado de trabalho tem implicações socioeconômicas importantes. O mal-estar individual pode vir a se tornar um mal-estar social. Diferentes variáveis constroem esse cenário: dificuldades e incertezas associadas a mudanças estruturais do mercado de trabalho, que exige adaptação de todos, menos emprego tradicional, ocupações temporárias, desemprego, mudança nos requisitos de qualificação, entre outras. É nessa seara que se evidencia que essas mudanças exigem maior nível de escolaridade e flexibilidade, por meio de mecanismos de formação continuada (ROCHA, 2008).

Pochmann (2008) alerta que o Brasil, ainda pouco escolarizado, agora vê o desemprego aumentar rapidamente também entre a população mais escolarizada e isso acarreta no fenômeno da fuga de cérebros, que é a saída do país da mão-de-obra mais instruída e qualificada profissionalmente. Ou seja, o desemprego se torna uma realidade tanto para os menos escolarizados como para os possuidores de maior escolaridade.

Assim, com o intuito de fortalecer os arranjos produtivos locais brasileiros e que contribuam para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, foram criados há uma década os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), tema de abordagem do próximo subtópico.

### **2.1.1. Os Institutos Federais de Educação**

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - ou simplesmente Institutos Federais – foram criados a partir da Lei Federal 11.892, de 29 de dezembro de 2008. São instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008).

Embora criados há uma década, os IFs possuem uma história mais que centenária. Sua nomenclatura, tamanho e formato foi mudando com o passar do tempo. Primeiramente, em 1909, receberam o nome de Escolas de Aprendizagem Artífices. Depois, em 1937, passaram a ser os Liceus Industriais. Em 1942, se tornam as Escolas Industriais e Técnicas. Em 1959, passam a ser Escolas Técnicas Federais. Transformam-se em Cefets em 1999. Finalmente, se configuram como Institutos Federais em 2008 (MEC, 2018).

Os IFs, juntamente com os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), as Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e o Colégio Pedro II formam a Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica (MEC, 2017).

São finalidades dos Institutos Federais, de acordo com o art. 6º da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008):

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

[...]

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

[...]

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

[...]

Um de seus objetivos é estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional (BRASIL, 2008).

Embora se vislumbre atualmente um cenário em que se almeja educação universal a todos, Ciavatta (2012) nos mostra que, de uma maneira histórica, o conhecimento era uma reserva de poder para as elites (incluídos os filósofos, os sábios e os religiosos). Saviani (2007) elucida que havia a separação da educação em duas modalidades e teve-se início com o escravismo antigo: uma voltada para os proprietários, denominada educação dos homens livres, e a outra, denominada educação dos escravos e serviçais, destinada à classe não proprietária. A primeira preparava a elite para as funções de direção e comando, eminentemente intelectuais. A segunda era aprendida no próprio processo de trabalho, de caráter manual, operacional.

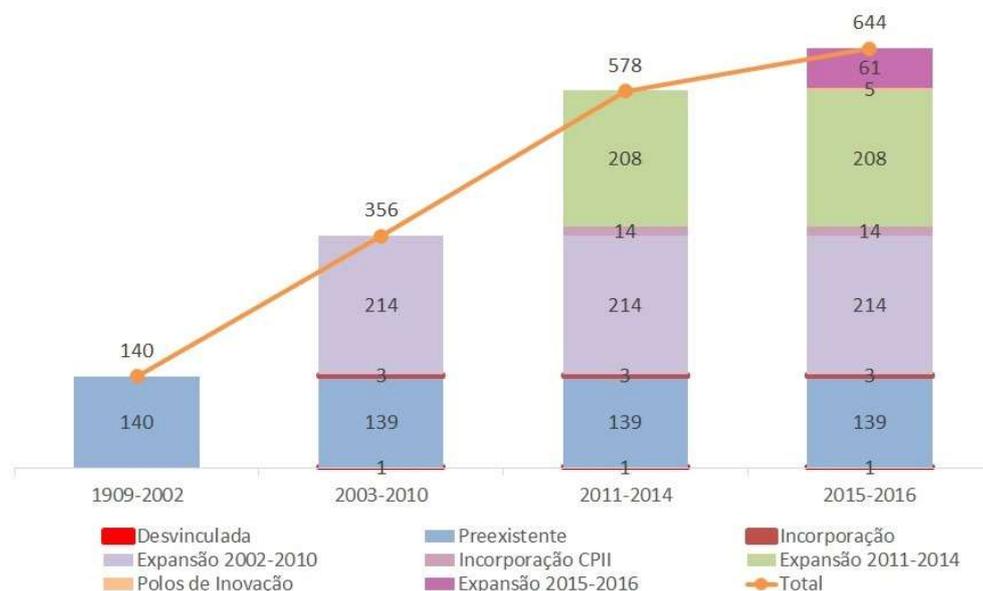
Na história da educação no Brasil, isso não foi diferente. Cabia às elites os estudos para a compreensão do mundo e para o exercício de atividades intelectuais. Aos escravos, restava-lhes aprender o ofício manual entre eles mesmos. No Brasil Império, porém, as elites intelectuais perceberam que educar o povo (a massa), através da educação profissional, seria a maneira principal para prevenir a contestação de ordem e, ao mesmo tempo, realizar a mobilização da força de trabalho necessária para a produção industrial-manufatureira (CUNHA, 2005).

A preocupação com o aspecto local que um Instituto Federal deve possuir não é recente. O Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909, que cria as Escolas de Aprendizes Artífices, de autoria do Presidente da República Nilo Peçanha, já demonstrava esse cuidado, pois o ofício ministrado nessas escolas deveria consultar, sempre que possível, as especialidades das indústrias locais (BRASIL, 1909).

Moura (2010) diz que a educação profissional no Brasil surge dentro de uma perspectiva assistencialista, cujo objetivo era amparar os órfãos e os desvalidos da sorte. Cunha (2005) lembra que, embora gerasse uma espécie de subproduto útil, a educação profissional da época beneficiava esses menos afortunados, pois esses aprendiam um ofício que lhe conferiam um trabalho. O caráter desse tipo de ensino era filantrópico. Posteriormente, com os ideais capitalistas se instaurando de fato na sociedade brasileira, os destinatários do ensino de ofícios artesanais, manufatureiros e industriais passaram a ser os filhos dos trabalhadores.

Entre 1909 e 2002, ou seja, em quase 100 anos, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Entre 2003 e 2016, em 13 anos, portanto, o Ministério da Educação (MEC) concretizou a construção de mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 campi em funcionamento (MEC, 2017). Isso representa uma expressiva expansão da Rede Federal de Educação Profissional nos últimos anos. O Gráfico 3 apresenta esse crescimento.

Gráfico 3 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional em número de unidades



Fonte: MEC (2017).

São 568 municípios atendidos diretamente e de forma indireta tantos outros limítrofes a estes. De acordo com o Censo Escolar de 2016 (INEP, 2017), o número de matrículas na educação profissional era de 1,9 milhão de alunos. A Rede Federal

concentrava 18% desse total. Ou seja, em 2016, 342.000 mil alunos estudavam nas instituições que compõem a Rede Federal espalhadas por todo o Brasil.

Para a definição de quais cursos serão ofertados pelos Institutos Federais tem-se que os mesmos possuem autonomia para a criação desses. De acordo com o MEC (2018), são utilizadas estratégias como a observação do potencial de desenvolvimento econômico e social de uma determinada localidade ou ainda através da realização de audiências públicas envolvendo representantes da escola, da sociedade civil e das organizações políticas e representativas de classe.

Naturalmente, para se concretizar os planos do Governo Federal para com a ampla oferta de Educação Profissional no Brasil através principalmente dos IFs, despesas são necessárias.

Conforme se observa na Figura 1, com exceção dos gastos das Escolas Técnicas Federais e da UTFPR, o total de gastos da Rede Federal no ano de 2017 foi de R\$ 15.300.257.667,00.

Figura 1 - Total de Gastos da Rede Federal no ano de 2017



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018).

Conforme observa Pereira (2010), a Rede Federal é convocada a trazer sempre a sua contribuição ao desenvolvimento do país, porém ela não passou incólume a questionamentos ao longo de sua história.

Cunha (2000), por exemplo, lembrou que as então escolas técnicas federais possuíam custos de operação muito elevados, que não justificavam os efeitos correspondentes, pois eram mais propedêuticos do que profissionais. Eram escolas

profissionalizantes apenas no nome, pois na prática eram escolas secundárias, utilizadas pelos seus alunos como se fossem uma escada para alcançarem o nível superior de ensino, verdadeiro objeto de desejo. Para Cunha (2000), no entanto, isso era injustificável considerando uma situação de escassez de recursos para a educação, especialmente para o ensino médio. Mesmo em um cenário de abundância de recursos, seria necessário repensar a atuação dessas escolas, considerando a trajetória de seus egressos.

Para Schwartzman e Castro (2013), os então Cefets, escolas bem financiadas, na prática haviam se transformado em cursos preparatórios para o ingresso nas universidades mais competitivas, pois a maioria de seus estudantes de classes média e alta almejavam tão somente a aprovação para o curso superior. Arruda (2010) discorda da opinião de Castro (2005) a respeito das então escolas técnicas federais, de que essas seriam escolas de elite, pois seus alunos seriam compostos basicamente por essa classe social, de maior poder aquisitivo, e que estariam estudando nessas instituições apenas para buscar uma boa preparação para o ingresso no ensino superior. Ela afirma (2010), entretanto, que a proposta dessas escolas é a formação de alunos para o trabalho e que, assim o sendo, não seria atrativa para as elites, que em seu sentido literal não precisam trabalhar.

Para Moura (2010), existe no Brasil uma cultura que supervaloriza o diploma de estudos em nível superior, mesmo que não se consiga estabelecer uma relação direta entre o suposto status social obtido com esses diplomas e a repercussão econômica para os seus detentores. Essa crença impacta nas decisões individuais das pessoas, que, ao buscarem melhores condições de vida ou maior status na sociedade, enxergam no nível superior o caminho com mais prestígio.

Historicamente, no Brasil, o ensino profissional sempre foi visto como aquele direcionado aos profissionais que executam, e por outro lado, o ensino científico-intelectual como aquele voltado aos profissionais que concebem e controlam o processo (SIMÕES, 2010). Em outras palavras, a associação que se faz é de que a educação profissional prepara o indivíduo para o exercício de trabalhos manuais/operacionais e a educação propedêutica, para trabalhos intelectuais, pensantes.

No que se refere ao preconceito em relação ao trabalho manual existente na sociedade brasileira, Cunha (2005) explica que ele se deve basicamente ao fato de no Brasil Colônia os homens livres (e brancos) se afastarem de atividades manuais

(artesanais e manufatureiras), realizadas pelos escravos (africanos e seus descendentes), para que não restassem dúvidas quanto à sua condição, esforçando-se para eliminar as ambiguidades de classificação social. Evitava-se ao máximo o trabalho, baseado em julgamentos da sociedade. Nesse sentido, mostrar-se livre era mostrar-se o mais longe do lugar social do escravo (CUNHA, 2005).

Sparta e Gomes (2005) nos mostram que, embora seja o discurso do poder público enaltecer uma educação profissional de maior qualidade e uma educação superior mais ampla, a sociedade brasileira ainda é muito influenciada por concepções antiquadas sobre essas diferentes modalidades de educação.

Nesse sentido, as influências que recaem sobre a escolha profissional limitam-se, basicamente, a três associações: a de enxergar, historicamente, o ensino médio como preparatório para o ingresso no ensino superior; o menosprezo à educação profissional como opção de estudo para os menos favorecidos economicamente ou para aqueles que não desejam cursar o nível superior de ensino; e o julgamento de que possuir um curso superior é uma alternativa de profissionalização de maior status social (SPARTA e GOMES, 2005).

Moreschi e Filippim (2016) creem ser difícil para a educação profissional se consolidar no país como uma política pública, considerando que ela ainda sofre com os preconceitos historicamente lhe atribuídos. Como maior exemplo desse tipo de preconceito, o desprezo pelo trabalho manual e a alta valorização do trabalho intelectual.

A escola, como ferramenta educativa, não pode se voltar apenas para si mesma, pois deve considerar o mundo externo ao seu redor, com as suas alternativas de inserção social e laboral oferecidas aos seus alunos. Para tanto, não se pode considerar como desprezíveis o ato de estudar o local e de identificar as oportunidades de ocupação, pelo contrário, esse procedimento é parte do processo educativo (CIAVATTA, 2012). Simões (2010) entende que a profissionalização não se realiza apenas na formação, mas só se completa com a inserção no trabalho. Assim,

[...] uma escola profissional só tem sentido se atender aos interesses da região onde está inserida, construindo de forma democrática e participativa uma proposta pedagógica que seja capaz de promover a formação de um cidadão autônomo, com competência técnica para a sua inserção no mundo do trabalho e consciente do seu papel na promoção do desenvolvimento sustentável local/regional (BITENCOURT, 2009, p. 77).

Apesar disso, Machado (2010) constata que a maioria das escolas estão alheias ao contexto e à problemática do desenvolvimento local. Esta realidade necessita ser modificada, pois a escola precisa trabalhar para além de suas fronteiras, relacionando-se com o seu ambiente externo, que é a sua razão de ser. Para que se mantenha estável, deve se inserir, relacionar-se e envolver-se com a realidade local e regional. Ao se conhecer as demandas sociais locais, são abertas oportunidades de contato e de realização de projetos de interesses comuns.

Schwartzman e Castro (2013) consideram que, para a educação profissional ser mais efetiva, ela tem que contemplar uma experiência prática no setor produtivo, oportunizando ao aluno uma vivência com o mundo real do trabalho e, permitindo-lhe, assim, obter a experiência, tão valorizada pelos empregadores. Se bem estruturado, um sistema de formação profissional pode atuar como uma rede de articulação com a inserção no mercado de trabalho (SIMÕES, 2010).

Ater-se somente ao ensino e não realizar pesquisa e extensão põe em risco o projeto de expansão da Rede Federal quanto a uma de suas finalidades de contribuir para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional através da difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos (GOUVEIA, 2016). Moraes, Amaral e Escott (2012) destacam que essas instituições federais de ensino tem que marcar a sua identidade, comunicar-se de forma ampla com a sociedade, criar diferentes tipos de contato com a comunidade, para que assim deem sustento ao que os seus textos oficiais tão bela e esperançosamente transcrevem.

Dessa maneira, cabe aos Institutos Federais possuírem a agilidade para conhecer a região na qual se inserem e responder de forma mais efetiva aos desejos dessa sociedade, porém com a moderação quando da definição de suas políticas para que seja, de fato, impulsionador do desenvolvimento social e econômico (PEREIRA, 2010). No entanto, Vieira (2011) acredita que parece existir uma dificuldade real de inserção dos IFs, pois o que se percebe é a falta de interação desses com os arranjos produtivos locais. Suas ações são basicamente o ensino, sem considerar a realidade na qual estão inseridos.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC) (2014) defende que a educação profissional não pode estar desassociada do projeto social mais amplo. Isto é, para que, efetivamente, as políticas públicas de educação profissional superem o viés assistencialista e compensatório, historicamente lhe associado, e promovam verdadeiramente a inclusão social, é

necessário que elas estejam articuladas com outras políticas, como as de desenvolvimento econômico a nível local, regional e nacional; e de geração de emprego, trabalho e renda, aliadas àquelas que versam sobre a formação e inserção econômica e social dos jovens.

Grabowski e Ribeiro (2010) classificam como urgente conceber a educação profissional dentro da perspectiva estratégica de política, como fator de inclusão social, de desenvolvimento econômico e de geração de trabalho e renda.

Sampaio e outros (2013) sugerem que a política de educação profissional e tecnológica deva, necessariamente, estabelecer uma maior convergência com outras políticas estruturantes, principalmente, aquelas destinadas à geração de oportunidades de trabalho – como, por exemplo, as voltadas ao empreendedorismo e cooperativismo – de forma simultânea, que compreendam o incentivo a programas de incubação de empresas nascentes e/ou o desenvolvimento de atividades produtivas autogestionadas. Deluiz e outros (2003) questionam quais seriam as possibilidades de a Educação Profissional ser eficaz sem que esteja articulada com um sistema público de emprego, com políticas ativas, tais como: subsídios à criação de empregos formais e pequenos empreendimentos, de cooperativas; crédito e intermediação da mão de obra.

Ferreira, Raitz e Vanzuita (2016) falam que o Ensino Técnico Profissionalizante desempenha um papel fundamental para que o Brasil cresça e almeje-se, através do objetivo de se aplicar uma educação polivalente ou politécnica e tecnológica nos IFs, que os jovens consigam uma melhor inserção e melhores possibilidades de obter uma vaga em seu primeiro emprego.

Arruda (2010) diz que quem define a trajetória de vida de um indivíduo é ele próprio, dado que isso é uma escolha individual. Não é através da tentativa de imposição por meio de políticas públicas que uma pessoa vai escolher um caminho a seguir porque o governo assim o quer. No entanto, acredita-se que às vezes não há muitas opções a serem escolhidas pelo cidadão na sua realidade social e que, dessa forma, determinadas políticas podem vir a fornecer outras opções de escolha para ele, influenciando suas decisões.

Gouveia (2016) reconhece que os IFs trazem mudanças pontuais para a realidade da sociedade ao seu redor, porém elas não são suficientes para a transformação a nível nacional. Relatório de Auditoria elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) (2013) já alertava para o fato de que, considerando os níveis

sociais e econômicos das regiões em que estavam sendo implantados os campi, a ausência de outras intervenções, na forma de políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento local, geraria o risco de tornar a presença dos IFs pouco eficaz quanto ao propósito de promoção do desenvolvimento regional.

Considerando as características e evolução do mercado de trabalho no Brasil, Schwartzman e Castro (2013) entendem que suas análises não comprovam a ideia generalizada de que o país está com um enorme “apagão” de sua mão-de-obra qualificada e que a solução, urgente e necessária, seria realizar investimentos pesados na capacitação técnica de nível médio ou superior.

Schwartzman e Castro (2013) questionam o fato de o Brasil oferecer, tradicionalmente, cursos profissionais que não se concretizam ou que simplesmente não possuem utilidade alguma. Pacheco (2011) diz que, com os Institutos Federais, o indivíduo não recebe apenas a formação profissional, isto é, o preparo para o trabalho, mas também uma formação contextualizada, carregada de conhecimentos, princípios e valores que vão potencializar a sua ação na procura por escolhas de vida mais dignas.

O TCU (2013) entende que os campi dos IFs analisados em sua pesquisa devem evoluir no que diz respeito a fomentar o empreendedorismo e cooperativismo, até mesmo com estratégia de incubadoras de empresas, tendo em vista que há pouco dinamismo nas economias locais.

Barreto (2014) pontua que é necessário, para além da existência de profissionais capacitados, condições no mercado de trabalho que lhes permitam exercer a atividade para a qual se capacitaram. Não se pode responsabilizar esses novos profissionais se eles não encontrarem emprego após a realização de seus cursos. Em economias mais frágeis, tornam-se mais escassas as vagas de trabalho. É nesse sentido que se deve intervir, pois com o tempo, se nada for feito, podem-se ter como resultado profissionais qualificados desempregados ou trabalhando em áreas distintas da de sua formação (BARRETO, 2014). Como destacado pelo TCU:

Uma característica do processo de interiorização que traz grandes desafios para a atuação dos campi é o peso relativo do setor público nas economias locais. As microrregiões de menor nível de atividade econômica também são aquelas mais dependentes do setor público, com os outros setores da economia bastante debilitados. [...] Nesses locais, há o risco da atuação dos Institutos Federais não encontrar uma estrutura produtiva suficientemente dinâmica para receber seus produtos, seja a mão de obra formada, sejam as parcerias de pesquisa e extensão. A superação desse e de outros obstáculos

dependerá de uma maior convergência de esforços com o setor público local e o enfraquecido setor produtivo (TCU, 2013, p. 24).

“A oportunidade do aluno de classe média ou média baixa, fazer um curso técnico **antes** de ingressar no ensino superior pode ser uma ótima opção [...]” (TONIAL, 2010, p. 11, grifo nosso). Como argumento para esse ponto de vista, Tonial (2010) cita que o curso técnico proporciona ao indivíduo maior garantia de estar empregado na sua área de formação e facilidade de crescimento na carreira e custeio de seus estudos, pois a formação técnica proporciona melhores condições de permanência e mobilidade no mercado de trabalho. Note-se que a autora já está considerando que o aluno não vê o curso técnico como um fim em si mesmo e que ele vai buscar realizar um curso superior. Outro questionamento que se faz é o fato de afirmar que o curso técnico oportuniza uma maior garantia de emprego na área.

Para Moreschi e Filippim (2016), configura-se um desvio de função por parte dos Institutos Federais quando eles não preparam seus egressos para a inserção qualificada no mundo do trabalho, mas passam a prepará-los para o ingresso no ensino superior. Tal comportamento afasta os IFs do papel social para o qual foram criados. Talvez pelas diversas transformações ocorridas ao longo da sua história centenária (escola de aprendizes artífices, escolas técnicas federais, Cefets), e pela sua curta trajetória enquanto Instituto Federal, não existe ainda no imaginário social uma representação simbólica consolidada do que sejam os IFs (MORAES, AMARAL e ESCOTT, 2012).

Silva e Terra (2013) acreditam que dificilmente um egresso de curso técnico de Instituto Federal seguirá a sua área de formação técnica se ele não encontrar oportunidades de emprego no mercado de trabalho local. Dessa maneira, se torna essencial o diálogo entre IFs e os demais atores sociais, como o empresariado local, o poder público e a sociedade civil. Para um Instituto Federal conseguir alcançar a sua finalidade de contribuir para o desenvolvimento local e regional, é necessário haver um diálogo vivo e próximo dessa organização com a realidade na qual está inserido, buscando entender seus aspectos essenciais (PACHECO, 2011).

E como seria esse diálogo? Para Pacheco (2011), tem que ser permanente e contemplar uma estreita relação entre IF, empresariado, poder público e sociedade civil, pois a natureza de atuação de um Instituto Federal não pode ser endógena, isto é, de dentro para fora, pelo contrário, deve ser o reflexo das reais demandas laborais

e potencialidades produtivas da localidade em que está situado. Nesse sentido, é de grande importância monitorar constantemente o perfil socioeconômico-político-cultural de sua região de abrangência.

O Instituto Federal tem que se comprometer a desenvolver os perfis profissionais que satisfaçam as demandas da vocação regional (TONIAL, 2010). Gouveia (2016) entende que, apesar da importância que os IFs possuem e seus impactos locais com a oferta de escolarização em nível federal, gratuita e de qualidade a regiões não antes atendidas, a justificativa para a sua criação se sustenta na fragilidade do ponto de vista local como alternativa para o avanço e desenvolvimento nacional.

Conforme Pereira (2003), o motivo de um Instituto Federal de Educação existir, ou seja, a sua razão de ser, deve estar associada à conduta articulada ao contexto produtivo onde está instalado, ao relacionamento do trabalho desenvolvido à vocação produtiva do seu “lócus”, à busca de maior inserção da mão-de-obra qualificada nesse mesmo espaço.

Silva e Terra (2013) pontuam que deve existir uma consolidação de informações a respeito do território no qual está instalado um Campus de IF, pois os cursos técnicos ofertados por essas instituições de ensino tem que estar, verdadeiramente, integrados aos Arranjos Produtivos Locais, visando criar condições de geração de emprego e aumento de renda naquela localidade. Gouveia (2016), no entanto, critica o fato dos arranjos produtivos locais serem a justificativa para a expansão dos IFs e servir como base para o desenvolvimento do país. Pochmann (2008) já havia alertado que as discussões sobre o desenvolvimento no Brasil estavam incorporando, cada vez mais, a dimensão local. Entretanto, para Brandão (2007 *apud* GOUVEIA, 2016), é um engano achar que o local pode resolver problemas de natureza nacional ou mesmo global. Nesses casos, não se poderia partir do micro para se alcançar o macro, mas justamente fazer o contrário.

Exige-se do governo, da sociedade civil e dos pesquisadores, maior rigor quanto ao acompanhamento e monitoramento quanti e qualitativo do processo de implantação de cada novo campus de Instituto Federal (SOUZA e COSTA E SILVA, 2016). Afinal de contas, recursos públicos estão sendo utilizados para isso.

Otranto (2010) registra que é indispensável acompanhar a expansão da Rede Federal, investigando se os novos cursos são realmente os mais necessários àquela sociedade; se há uma associação desses com a equivalente ampliação do número de

professores e técnicos administrativos na Instituição de Ensino; ainda se a estrutura física para funcionamento de um campus está adequada; e se os laboratórios estão devidamente equipados. Em resumo, é necessário investigar se as promessas estão sendo cumpridas (OTRANTO, 2010).

Uma das maneiras em que se pode obter essa investigação é através da consulta aos egressos dessas instituições. O tópico que segue trata justamente do conceito de egressos e os benefícios que eles podem fornecer para uma instituição educacional.

## 2.2 EGRESSOS

O conceito de egresso pode variar de instituição para instituição. Algumas consideram egresso o aluno formado, que completou todos os requisitos para a obtenção de certificado. Outras, por sua vez, qualificam egresso como sendo todo o tipo de ex-alunos, mesmo aqueles que evadiram durante o período do curso. Para os propósitos deste trabalho, adotar-se-á a primeira classificação. Ou seja, considerar-se-á egresso o aluno que efetivamente cumpriu todos os requisitos de seu curso.

Acompanhar egressos é uma prática que uma instituição de ensino faz quando deseja saber se os resultados das suas ações estão alinhados com o seu propósito de atuação. Isto é, se ela está cumprindo o seu papel. A melhor forma de obter esse conhecimento é através daquele que é a sua razão de ser: o aluno que ali se formou, isto é, o egresso. Assim, para que aconteça esse tipo de pesquisa, é necessário o envolvimento de duas partes: a escola e o ex-aluno.

Nesse sentido, o egresso pode fornecer informações à instituição de ensino quanto ao que o mercado está necessitando em termos de capacitação profissional e também o que já se tornou obsoleto. Esse processo pode envolver também a verificação de projetos pedagógicos e atualização de cursos por parte da escola.

Machado (2010) diz que consultar egressos é um processo avaliativo que possui características de avaliação interna, pois enquanto alunos, eram parte da escola, e externa, agora já diplomados, veem a instituição por fora, externamente. Para Dazzani e Lordelo (2012), egressos representam uma fonte privilegiada de

informações que permitem entender o alcance, efeitos e consequências de uma ação educativa.

São os egressos que fornecem às instituições informações que possibilitam traçar a maneira como a sociedade as percebe e avalia, seja pela ótica do processo educacional, seja pelo nível de interação realizado (MEC, 2009). Para Deluiz e outros (2003), a avaliação de egressos pode se estender quando compara os resultados alcançados e os não alcançados, o que se espera e o que não é esperado. Ou seja, a avaliação de egressos é uma ferramenta de verificação de compatibilidade entre a expectativa e a realidade.

A avaliação de egressos em instituições públicas de ensino não deixa de ser uma forma de prestação de contas à sociedade. De acordo com Machado (2001), a avaliação de políticas públicas é uma questão de compromisso com a sociedade, fonte de conhecimento e norteadora para aplicação de recursos públicos e seu grande alvo é: transformar, melhorar e corrigir.

Através da avaliação sistemática e contínua de programas utilizando egressos, pode-se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados (DAZZANI e LORDELO, 2012). Em se tratando dos Institutos Federais, configura-se como essencial realizá-la, pois, explicitamente, espera-se que seus egressos atuem no mercado de trabalho local.

Assim, a atuação do IF não pode se encerrar com a formatura do aluno em seu curso, ou seja, a atuação do IF não se restringe ao ensino, vai além. Nesse sentido, o acompanhamento de egressos é uma das formas de avaliação da eficácia e da efetividade social de Políticas Públicas e Programas de Educação Profissional (DELUIZ et al, 2003). De acordo com o MEC (2009), o resultado de pesquisas com egressos é indispensável para o planejamento, definição e retroalimentação das políticas educacionais das instituições.

Paul (2015) diz que conhecer os seus processos e suas contribuições pode ajudar a melhorar o funcionamento das instituições. Como resultado, todos se beneficiam: a instituição, que não se fecha em si e ouve o que os seus ex-alunos tem a dizer sobre ela; os egressos, que tem a oportunidade de serem ouvidos e contribuir para um possível melhoramento das ações da escola; o mercado de trabalho que, após eventuais adequações, receberá os perfis profissionais de que necessita; e a sociedade civil, que enxerga, de modo transparente, o resultado de seus investimentos.

Aguiar e Freitas Junior (2017) destacam que as instituições de ensino que privilegiam a qualidade do seu conteúdo ministrado e que almejam contribuir para o desenvolvimento da sociedade na qual estão inseridas, podem obter um importante diferencial se mantiverem um canal de comunicação eficiente com seus ex-alunos. Se uma instituição de ensino não conhecer o caminho profissional percorrido por seus egressos, torna-se difícil para ela perceber se os cursos que oferece estão propiciando a introdução no mercado de trabalho desses ex-alunos (CASAGRANDE e HENRIQUES, 2012).

O acompanhamento de egressos é uma política que permite avaliar a adequabilidade da capacitação que os Institutos Federais oferecem ao que o setor produtivo demanda (TCU, 2013). Essas informações são necessárias para se justificar a continuidade ou alteração dos cursos já existentes e para servir de suporte à criação de novos cursos (TCU, 2013).

Sampaio et al (2013) reforçam que realizar pesquisas de acompanhamento de egressos é de suma importância para o processo de reformulação, implantação e avaliação da política de educação profissional e tecnológica. Além disso, de acordo com o autor, esse acompanhamento pode contribuir para a autoavaliação da instituição, para o seu planejamento estratégico, bem como para o redirecionamento de seus programas e ações.

Para Machado (2001), um programa de acompanhamento de egressos disponibiliza a mostra fiel do processo de inserção do egresso no mundo do trabalho. Conforme Dazzani e Lordelo (2012), essa avaliação fornece dados importantes para a construção de políticas mais consistentes e para uma gestão pública mais eficaz. Deste modo, a observação da trajetória dos egressos serve como fonte de informações gerenciais à instituição de ensino (MACHADO, 2010). Além disso,

A implantação de ferramentas para acompanhamento sistemático de egressos permite verificar se a atuação dos profissionais corresponde à área de formação e avaliar a adequação dos conteúdos dos cursos às necessidades e exigências do mercado de trabalho, fornece elementos para tomada de decisão e avaliação da adequação das ações gerenciais adotadas (TCU, 2013, p. 43).

Machado (2010) afirma que para se estabelecer mecanismos de consulta a ex-alunos, uma Instituição de Educação Superior (IES) deve fazer uso de tecnologia de informação adequada. E acrescenta:

Devem ser promovidos encontros entre representantes da comunidade acadêmica e dos setores produtivos locais, com apresentação de informações disponíveis sobre acompanhamento de egressos, no intuito de se promover uma cultura de avaliação institucional que se referencie na opinião dos ex-alunos (MACHADO, 2010, p. 321).

Estrategicamente é necessária uma tomada de consciência de toda a comunidade acadêmica para se aceitar o processo de coleta de informações de egressos e a conseqüente internalização dessas por parte das instituições (PAUL, 2015).

Apesar dos benefícios aqui elencados e ainda o fato de se ter na legislação brasileira regulamentação para a Pesquisa de Acompanhamento de Egressos (PAE), suas determinações não tem sido postas em prática pela Política de Educação Profissional (DELUIZ et al, 2003).

No Relatório realizado pelo TCU (2013), por exemplo, não se detectaram iniciativas estruturadas pelos Institutos Federais no que diz respeito a acompanhar seus egressos. Foi dito pelos gestores dessas instituições que um fator importante para o não conhecimento da trajetória dos ex-alunos é a falta de cultura institucional (TCU, 2013). É preciso, no entanto, mudar essa postura. As instituições, necessariamente, devem desenvolver a cultura de acompanhamento dos alunos desde seu ingresso até a sua situação de egressos (DELUIZ et al, 2003). Machado (2010) defende que a IES deve, de forma urgente, examinar a possibilidade de manutenção de uma PAE que dure até o fim da vida profissional do egresso.

No que diz respeito a iniciativas de disponibilização de portais de egressos, não há um padrão a ser seguido. Cada instituição elabora a sua PAE na maneira que entende ser o melhor para avaliá-los. Por exemplo, o Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica, coordenado pelo Instituto Federal de Goiás (IFG), contempla em suas pesquisas além dos seus egressos, candidatos de processo seletivo e os seus alunos (CEFET-GO, 2008).

Vejamos agora como está configurada a política de egressos no Instituto Federal do Espírito Santo, o Ifes.

### **2.2.1 Os Egressos no Instituto Federal do Espírito Santo**

De acordo com o Regimento Interno do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES, 2016), acompanhar egressos é responsabilidade da Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DPPGE), pois uma de suas competências é “acompanhar os egressos de cursos ofertados no campus, de forma a manter um banco de dados atualizado quanto às demandas de formação, aproveitamento de profissionais e adequação ao mercado, entre outros” (IFES, 2016, p. 39). A existência dessa Diretoria está prevista em cada um dos campi do Ifes. Dessa maneira, a prática de acompanhamento de seus ex-alunos está expressa nos textos oficiais dessa Instituição.

Ao se procurar pesquisas com egressos no sítio eletrônico do Ifes, encontrou-se um espaço denominado “Observatório de Egressos”, com uma pesquisa realizada em 2016, coordenada pela Reitoria desta instituição e aplicada junto aos ex-alunos de todos os seus campi. Os egressos de cursos de nível superior não participaram da pesquisa. Na ocasião, a construção desse Observatório foi parte do processo de implantação do Planejamento Estratégico do Ifes (IFES, 2018).

Ou seja, trata-se de uma única pesquisa com egressos disponível para visualização considerando o Instituto como um todo. Além disso, não se observou a existência de um portal de egressos ou algo similar.

O tópico seguinte trata de maneira mais específica como está estabelecida a política de egressos no Campus Guarapari do Ifes, objeto de estudo deste trabalho.

### **2.2.2 Egressos no Ifes Campus Guarapari**

Além do projeto “Observatório de Egressos” acima mencionado, não há quaisquer outros registros de pesquisa com egressos no Campus Guarapari do Ifes. Dessa forma, por ser responsabilidade do Campus a política de acompanhamento de seus ex-alunos, questiona-se se essa prática tem sido de fato institucionalizada.

Pois bem, frutos deste trabalho, tem-se os documentos disponíveis na Instituição denominados “Apresentação Pesquisa de Egressos” e “Análise dos dados

e construção do relatório do Observatório de Egresso do Campus Guarapari”, elaborados em 2016 pela DPPGE do Campus.

Os resultados dessa pesquisa apontaram que 58,4% dos egressos estavam empregados e 41,6% desempregados. Um número que por si só representa uma pouca inserção dos egressos no mercado de trabalho. Entre os que estavam empregados, 65% atuavam parcial ou totalmente na sua área de formação. Assim, 37,96% do total de egressos trabalhavam parcial ou totalmente na sua área de formação técnica. Em outras palavras, pode-se concluir, a partir desse estudo, que de cada 10 alunos formados no Ifes Campus Guarapari, somente menos de 4 trabalhavam parcial ou totalmente na sua área de formação.

No entanto, a referida pesquisa possui uma série de observações a serem aqui elencadas.

Em um documento é informado que 65% dos egressos do Ifes Campus Guarapari trabalhavam parcial ou totalmente na sua área de formação. Porém, o outro documento informa que esse número era de 67%. Não se diferencia o percentual dos que trabalhavam total ou parcialmente na área de formação.

Outra observação diz respeito à não delimitação temporal da pesquisa, apenas identificando que esta “começou no final de 2014” (IFES, 2017, p. 2). Não mostra o momento exato de início e término, portanto.

Há também a questão de a pesquisa não se referir à especificação da população. O leitor não consegue saber quantos egressos haviam se formado no Campus Guarapari até então.

O número de respondentes é outro ponto a ser observado. Em um documento, diz que foram 149 egressos respondentes e no outro fala-se que o total de egressos que responderam foram 135 e 145. O número diverge em um mesmo documento e entre documentos.

Não se aborda na pesquisa o município de trabalho dos egressos que se encontravam empregados, muito embora seja o foco do Ifes contribuir de maneira prioritária para o desenvolvimento local.

Também não há a diferenciação da empregabilidade entre cursos, pois foram considerados os egressos de todos os cursos, não os distinguindo. Assim, não se tem como saber se um curso está atendendo a uma demanda do mercado de trabalho e outro não.

Como pontos positivos, destaca-se que o estudo abordou questões como: Avaliação Institucional – Instituição, Infraestrutura, Cursos Técnicos, Conhecimento Teórico, Conhecimento Prático, Qualificação dos Professores, Atendimento às Expectativas – e Continuidade dos Estudos.

Importante destacar que, assim como no Ifes, não existe um Portal de Egressos ou algo similar no sítio eletrônico do Ifes Campus Guarapari.

O tópico 2.3 se encarrega de trazer elementos que possam fornecer uma caracterização geral do Ifes Campus Guarapari.

### 2.3 IFES CAMPUS GUARAPARI

O Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Guarapari é um dos 22 campi existentes atualmente que compõem toda a rede do Ifes no estado do Espírito Santo, pertencente à região Sudeste do Brasil.

O Ifes tem como missão promover educação profissional pública de excelência, integrando ensino, pesquisa e extensão, para a construção de uma sociedade democrática, justa e sustentável. Sua visão de futuro é ser referência em educação profissional, proporcionando o desenvolvimento tecnológico e socioeconômico do Espírito Santo, com reconhecimento nacional e internacional. Para tanto, seus valores são: comprometimento, cooperação, ética, excelência, inclusão, responsabilidade social, sustentabilidade e transparência (IFES, 2018).

O Campus Guarapari do Ifes localiza-se no município de Guarapari, no Estado do Espírito Santo. Iniciou suas atividades em abril de 2010 e é originário da chamada Fase II do Plano de Expansão da Rede PROFEBT, que previa a implantação de 150 novas unidades de ensino em todo o Brasil, entre os anos de 2007 e 2010. A ideia norteadora dessa Fase era de se ter “uma escola técnica em cada cidade-polo do país” (MEC, 2017, p. 1).

Para se definir quais seriam essas cidades-polo, foram estabelecidos os seguintes critérios: distribuição equilibrada das novas unidades; cobertura do maior número possível de mesorregiões; sintonia com os arranjos produtivos locais; aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; e identificação de potenciais parcerias (MEC, 2017, p. 2).

A primeira oferta de curso nesse Campus do Ifes se deu com o curso Técnico em Administração, em 2010. Posteriormente, foram sendo ofertados novos cursos em diferentes níveis e modalidades, em sequência cronológica: Técnico em Eletromecânica, Especialização Técnica em Gestão da Qualidade em Serviços, Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica de Negócios, Especialização Técnica em Gestão de Pessoas, Técnico em Eletrotécnica, Graduação em Administração, Técnico em Mecânica e Graduação em Engenharia Elétrica (IFES, 2017).

De acordo com o Ifes (2017), os cursos ofertados são para acolher aos anseios e necessidades de qualificação locais.

O Quadro 1 apresenta o perfil esperado dos profissionais, bem como os respectivos campos de atuação dos alunos que se formam nos cursos que o Ifes Campus Guarapari oferece à sociedade atualmente.

Quadro 1 - Perfil do profissional e campo de atuação dos alunos que se formam nos cursos do Ifes Campus Guarapari

(continua)

<b>Curso</b>	<b>Perfil do Profissional</b>	<b>Campo de atuação</b>
Técnico em Administração	<p>Executa operações administrativas relativas a protocolos e arquivos, confecção e expedição de documentos e controle de estoques.</p> <p>Aplica conceitos e modelos de gestão em funções administrativas.</p> <p>Opera sistemas de informações gerenciais de pessoal e de materiais.</p>	<p>Empresas e organizações públicas e privadas com atuação em marketing, recursos humanos, logística, finanças e produção.</p>

Quadro 1 - Perfil do profissional e campo de atuação dos alunos que se formam nos cursos do Ifes Campus Guarapari

(continuação)

<p>Técnico em Eletrotécnica</p>	<p>Projeta, instala, opera e mantém elementos do sistema elétrico de potência. Elabora e desenvolve projetos de instalações elétricas industriais, prediais e residenciais e de infraestrutura para sistemas de telecomunicações em edificações.</p> <p>Planeja e executa instalação e manutenção de equipamentos e instalações elétricas. Aplica medidas para o uso eficiente da energia elétrica e de fontes energéticas alternativas. Projeta e instala sistemas de acionamentos elétricos e sistemas de automação industrial. Executa procedimentos de controle de qualidade e gestão.</p>	<p>Empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Empresas que atuam na instalação, manutenção, comercialização e utilização de equipamentos e sistemas elétricos. Grupos de pesquisa que desenvolvam projetos na área de sistemas elétricos. Laboratórios de controle de qualidade, calibração e manutenção. Indústrias de fabricação de máquinas, componentes e equipamentos elétricos.</p> <p>Concessionárias e prestadores de serviços de telecomunicações. Indústrias de transformação e extrativa em geral.</p>
<p>Técnico em Mecânica</p>	<p>Elabora projetos de produtos, ferramentas, controle de qualidade, controle de processos e manutenção relacionados a máquinas e equipamentos mecânicos. Planeja, aplica e controla procedimentos de instalação, de manutenção e inspeção mecânica de máquinas e equipamentos. Opera equipamentos de usinagem. Aplica procedimentos de soldagem. Realiza interpretação de desenho técnico. Controla processos de fabricação. Aplica técnicas de medição e ensaios. Especifica materiais para construção mecânica.</p>	<p>Fábricas de máquinas, equipamentos e componentes mecânicos. Atividades de manutenção de qualquer indústria. Indústria aeroespacial. Indústria automobilística. Indústria metalmeccânica em geral. Indústrias de alimentos e bebidas, termoelétricas e siderúrgicas.</p>

Quadro 1 - Perfil do profissional e campo de atuação dos alunos que se formam nos cursos do Ifes  
Campus Guarapari

(continuação)

<p>Bacharelado em Administração</p>	<p>O profissional formado pelo curso de Administração é capaz de identificar os problemas que surgem no dia a dia da administração das organizações, e equacionar soluções para eles; de pensar estrategicamente os processos de gestão, de forma a introduzir melhorias no processo de produção, bem como nas atividades de comércio e serviços; transferir conhecimentos e delegar funções e responsabilidades; estabelecer um processo eficaz de comunicação e de relações interpessoais entre os diversos níveis da gestão, levando em consideração a complexidade de cada nível e as necessidades de cada indivíduo, entre outras atribuições.</p>	<p>O egresso do Curso de Administração estará apto para atuar na área de gestão das organizações públicas, privadas e terceiro setor. O egresso do curso estará apto, também, a seguir carreira acadêmica, em um processo de formação continuada, podendo, futuramente, atuar como docente e/ou pesquisador.</p>
---	---	--

Quadro 1 - Perfil do profissional e campo de atuação dos alunos que se formam nos cursos do Ifes  
Campus Guarapari

(continuação)

<p>Bacharelado em Engenharia Elétrica</p>	<p>O profissional formado neste curso terá habilidades, competências e conhecimentos necessários a um Engenheiro Eletricista ético, inovador, empreendedor, consciente de seu papel e de sua responsabilidade para com a sociedade, e capaz de empregar tais características em sua atuação profissional, seja em uma empresa, em seu próprio empreendimento e ou na sua carreira acadêmica. Assim, a estrutura curricular para o Curso de Engenharia Elétrica foi construída de modo que o futuro egresso tenha o seguinte perfil profissional:</p> <p>Sólida formação nas disciplinas básicas, garantindo que o profissional, depois de formado, tenha facilidade em acompanhar a evolução tecnológica e atender às novas demandas da sociedade. Uma visão global e interdisciplinar e um caráter proativo, ambos proporcionados pela disciplina obrigatória de Projetos Aplicados (cursada desde o início do curso), pela participação em atividades extracurriculares, e pelo projeto de fim de curso.</p>	<p>O Engenheiro Eletricista é um profissional, de cunho generalista, que atua na geração, transmissão, distribuição e utilização de energia elétrica. O profissional pode atuar na gestão, supervisão, coordenação e orientação técnica no que diz respeito a sistemas elétricos. Além disso, os egressos deste curso estarão aptos a atuar tanto em empresas, quanto empreender o próprio negócio ou atuar na carreira acadêmica.</p>
---	--	--

Quadro 1 - Perfil do profissional e campo de atuação dos alunos que se formam nos cursos do Ifes Campus Guarapari

(conclusão)

<p>Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Estratégica de Negócios</p>	<p>O egresso do curso de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Negócios é um profissional consciente de seus deveres e direitos, com amplos e sólidos conhecimentos teórico-empíricos na área da gestão estratégica de negócios, e capaz de identificar e aproveitar as oportunidades de desenvolvimento que se apresentam. Além disso, espera-se que esse profissional possua uma visão crítica, uma forte preocupação de superar padrões de ação preestabelecidos, além de procurar construir uma sólida formação interdisciplinar, onde todas as áreas ligadas à gestão estratégica de negócios possam ser trazidas ao diálogo. O curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica de Negócios busca a qualificação profissional na área da gestão estratégica, atendendo às demandas de grandes e pequenas organizações. Também visa estabelecer um diferencial para a competitividade no mercado de trabalho.</p>	<p>O especialista em Gestão Estratégica de Negócios poderá atuar na gestão de empresas privadas, de pequeno à grande porte; em entidades sem fins lucrativos; em associações; em instituições da administração pública; enfim, existe uma pluralidade de opções, uma vez que a área de estratégia permeia toda e qualquer atividade de gestão no mundo atual.</p>
--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor após consulta ao sítio eletrônico do Ifes Campus Guarapari (<http://guarapari.ifes.edu.br/index.php/cursos>).

A Tabela 2 apresenta o número total de alunos matriculados nos cursos, por modalidade, do Ifes Campus Guarapari, em dezembro de 2017.

Tabela 2 - Número de alunos matriculados no Ifes Campus Guarapari, por curso e modalidade, em dezembro de 2017

<b>Curso</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Nº de alunos matriculados</b>
Técnico em Administração	Concomitante	108
Técnico em Administração	Integrado	127
Técnico em Administração	Educação à Distância (EAD)	1
Técnico em Eletrotécnica	Concomitante	131
Técnico em Eletrotécnica	Integrado	106
Técnico em Mecânica	Integrado	94
Técnico em Eletromecânica	Integrado	1
Graduação em Administração	Bacharelado	147
Graduação em Engenharia Elétrica	Bacharelado	35
Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Negócios	<i>Lato Sensu</i>	44
<b>Total</b>	-	<b>794</b>

Fonte: Elaborado pelo autor após consulta à Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA) do Ifes Campus Guarapari.

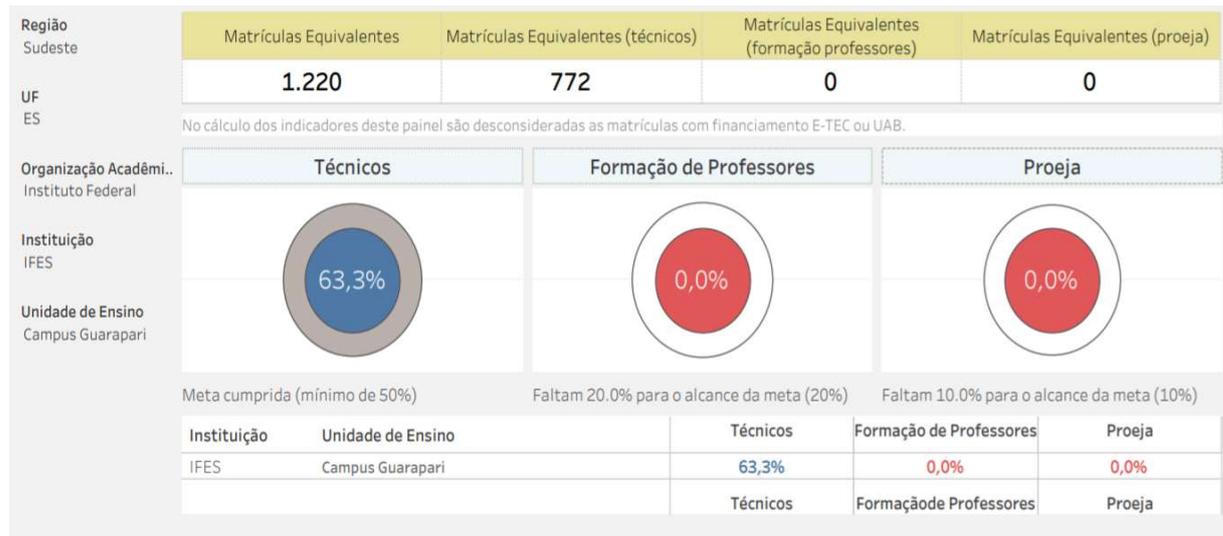
Importante destacar que na recém-criada Plataforma Nilo Peçanha, que tem por objetivo reunir e apresentar dados sobre a Rede Federal de Educação, é possível observar, por exemplo, se um Campus de Instituto Federal está atendendo aos percentuais mínimos de matrículas na oferta de cursos de acordo com o estabelecido pela Lei 11.892, de 2008.

No caso do Ifes Campus Guarapari, percebe-se que no que diz respeito ao atendimento mínimo de 50% das matrículas serem referentes a cursos técnicos nível médio, a instituição atinge a meta, pois seu percentual chega a 63%.

O mesmo cenário, no entanto, não é encontrado para o atendimento de percentuais mínimos das matrículas referentes aos cursos de Formação de Professores e do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional à

Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), ambos com percentuais de 0%, sendo que deveria haver, respectivamente, 20% e 10% no mínimo para se alcançar a meta estipulada pela Lei de Criação dos IFs. A Figura 2 apresenta o aqui exposto.

Figura 2 - Atendimento de percentuais mínimos de matrículas no Ifes Campus Guarapari de acordo com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2018).

Cursos de graduação como os que o Ifes oferece atualmente (Administração e Engenharia Elétrica) embora importantes para uma sociedade brasileira ainda pouco escolarizada, principalmente no nível superior de ensino, não possuem como foco formar professores como é o caso dos cursos de Licenciatura.

De acordo com o Ministério da Educação (2018), os cursos do Proeja são destinados aos jovens e adultos que não tiveram a oportunidade de cursar o ensino fundamental e/ou o ensino médio na idade regular e que busquem também uma profissionalização.

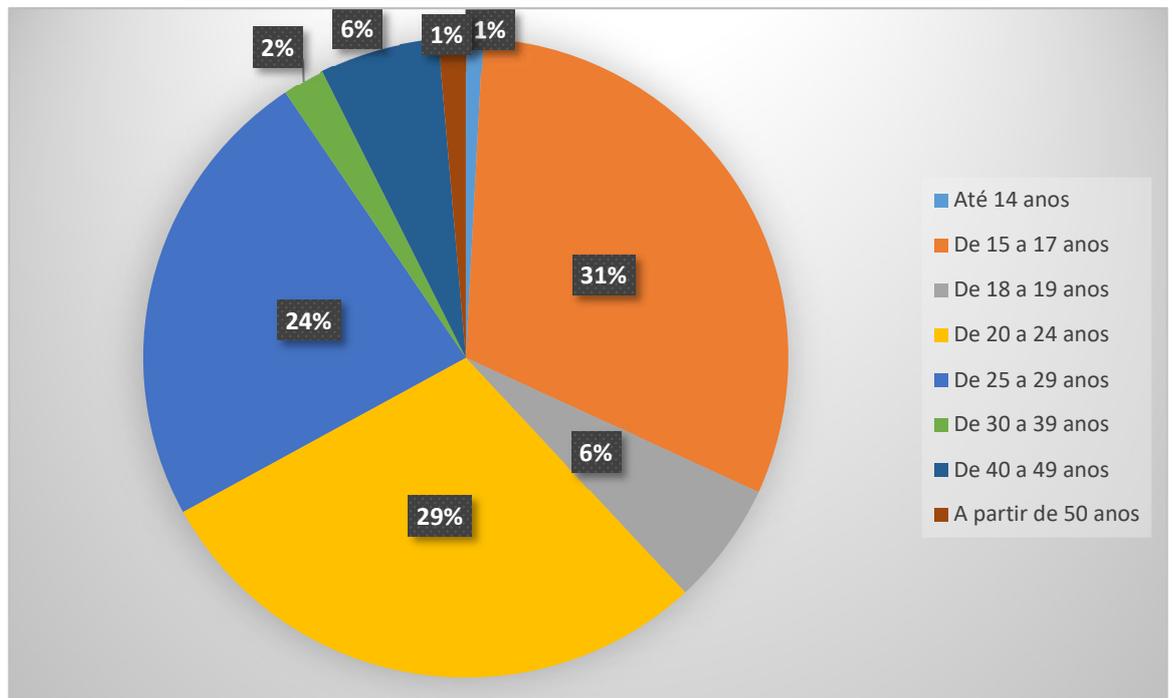
Desta forma, alerta-se para a necessidade dessa Instituição de Ensino estabelecer o quanto antes a oferta de cursos voltados tanto para a Formação de Professores, quanto para o Proeja. Ressalte-se que essa não é uma decisão arbitrária, está prevista em Lei e deve, portanto, ser cumprida.

Com relação ao perfil dos alunos do Ifes Campus Guarapari, em 2016, 46,68% eram do sexo masculino e 53,32% eram do sexo feminino. Essa informação comprova uma tendência já observada há alguns anos de o público feminino, no mínimo, se

igualar ao masculino no que diz respeito à ocupação de vagas em instituições de ensino e também em postos de trabalho. Uma mudança cultural louvável na sociedade que, tempos atrás, relegava à mulher simplesmente a tarefa de cuidar do lar e dos filhos.

O Gráfico 4 apresenta a distribuição dos alunos do Ifes Campus Guarapari por faixa etária no ano de 2016.

Gráfico 4 - Distribuição dos alunos do Ifes Campus Guarapari por faixa etária, em 2016



Fonte: Elaborado pelo autor após consulta ao Relatório de Gestão de 2016 do Ifes Campus Guarapari

([http://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios\\_gestao/Relat%C3%B3rio\\_de\\_Gest%C3%A3o\\_dos\\_campi\\_-\\_2016/Relat%C3%B3rio\\_de\\_Gest%C3%A3o\\_2016\\_-\\_Campus\\_Guarapari.pdf](http://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_dos_campi_-_2016/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_2016_-_Campus_Guarapari.pdf)).

Assim, percebe-se que 67% dos alunos dessa Instituição de Ensino são jovens de até 24 anos. Naturalmente, pode-se explicar pelo fato de o Ensino Médio prever uma idade adequada entre 15 e 17 anos para o seu curso. Mas também demonstra a busca do jovem pela qualificação profissional.

Quanto à procedência escolar dos alunos do Ifes de Guarapari, 71,95% são provenientes da rede pública de ensino e 28,05% do rede privada.

Na Tabela 3 é possível verificar o total de alunos que já se formaram nos cursos ofertados pelo Campus Guarapari do Ifes até o mês de dezembro de 2017.

Tabela 3 - Número de alunos egressos do Ifes Campus Guarapari, por curso e modalidade em dezembro de 2017

<b>Curso</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Nº de alunos egressos</b>
Técnico em Administração	Concomitante	443
Técnico em Administração	Integrado	86
Técnico em Administração	EAD	275
Técnico em Eletrotécnica	Concomitante	83
Técnico em Eletrotécnica	Integrado	16
Técnico em Eletromecânica	Concomitante	112
Técnico em Eletromecânica	Integrado	60
Especialização Técnica em Gestão da Qualidade em Serviços	Especialização técnica de nível médio	42
Especialização Técnica em Gestão da Qualidade em Serviços	Especialização técnica de nível médio – EAD	28
Especialização Técnica em Gestão de Pessoas	Especialização técnica de nível médio	28
Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Negócios	<i>Lato Sensu</i>	73
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.246</b>

Fonte: Elaborado pelo autor após consulta à Coordenadoria de Registros Acadêmicos (CRA) do Ifes Campus Guarapari.

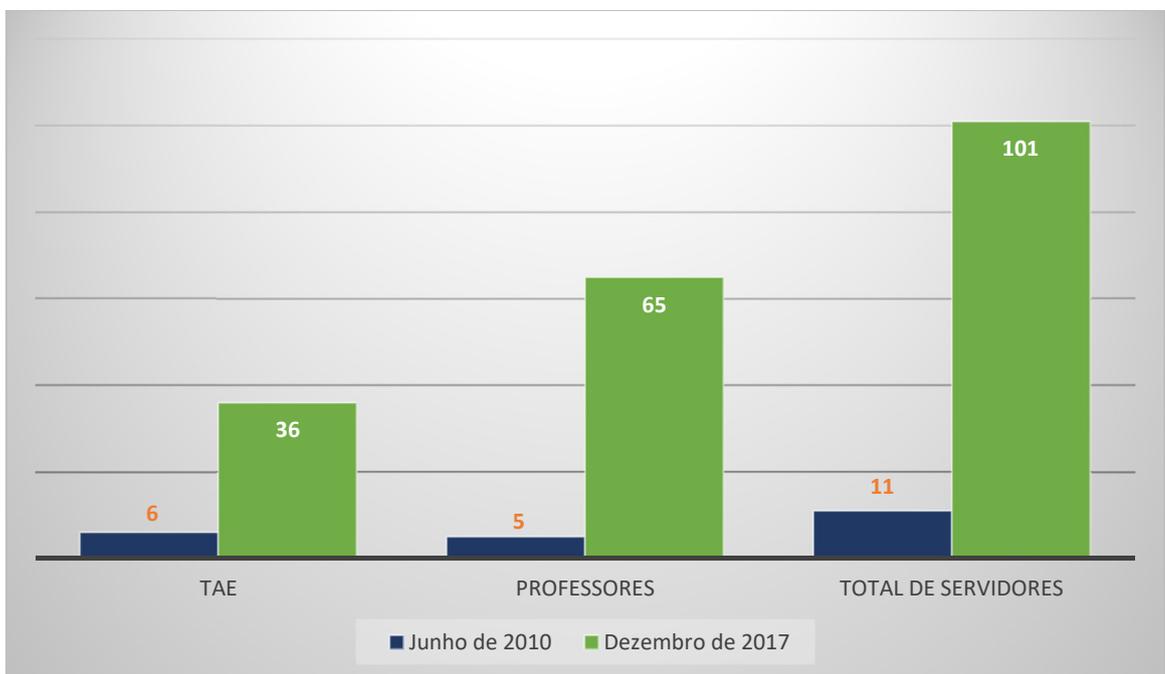
Dados do Relatório de Gestão do Campus Guarapari do Ifes do ano de 2016 (IFES, 2017) apontam que a Instituição possuía uma área total de terreno de 42.400 metros quadrados (m<sup>2</sup>). Desses, 2.600 m<sup>2</sup> eram de área ocupada por construção, coberta ou descoberta, e o restante, 39.800 m<sup>2</sup>, representavam a área sem ocupação. Ou seja, o Ifes Campus Guarapari ocupa apenas 6,13% do seu espaço total e 93,87% está desocupado, ocioso.

Compunham a área de ocupação os espaços destinados às áreas de: salas de aula teóricas, laboratórios, biblioteca, apoio pedagógico, atendimento médico/enfermagem, serviços de apoio, atividades administrativas, auditório e outras.

Na ocasião, havia 1 biblioteca, 7 laboratórios distribuídos em Ciências Exatas e da Terra (2), Ciências Biológicas (1), Multidisciplinar (1) e Informática (3). Não havia área esportiva.

Com base nos registros disponibilizados pela Coordenadoria Geral de Gestão de Pessoas (CGGP) do Campus Guarapari, o Gráfico 5 apresenta o quantitativo de servidores que compunham o quadro de pessoal dessa instituição quando do começo de suas atividades em 2010 e também em dezembro de 2017.

Gráfico 5 - Total de servidores do Ifes Campus Guarapari, por categoria, em 2010 e em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor após consulta à CGGP do Ifes Campus Guarapari.

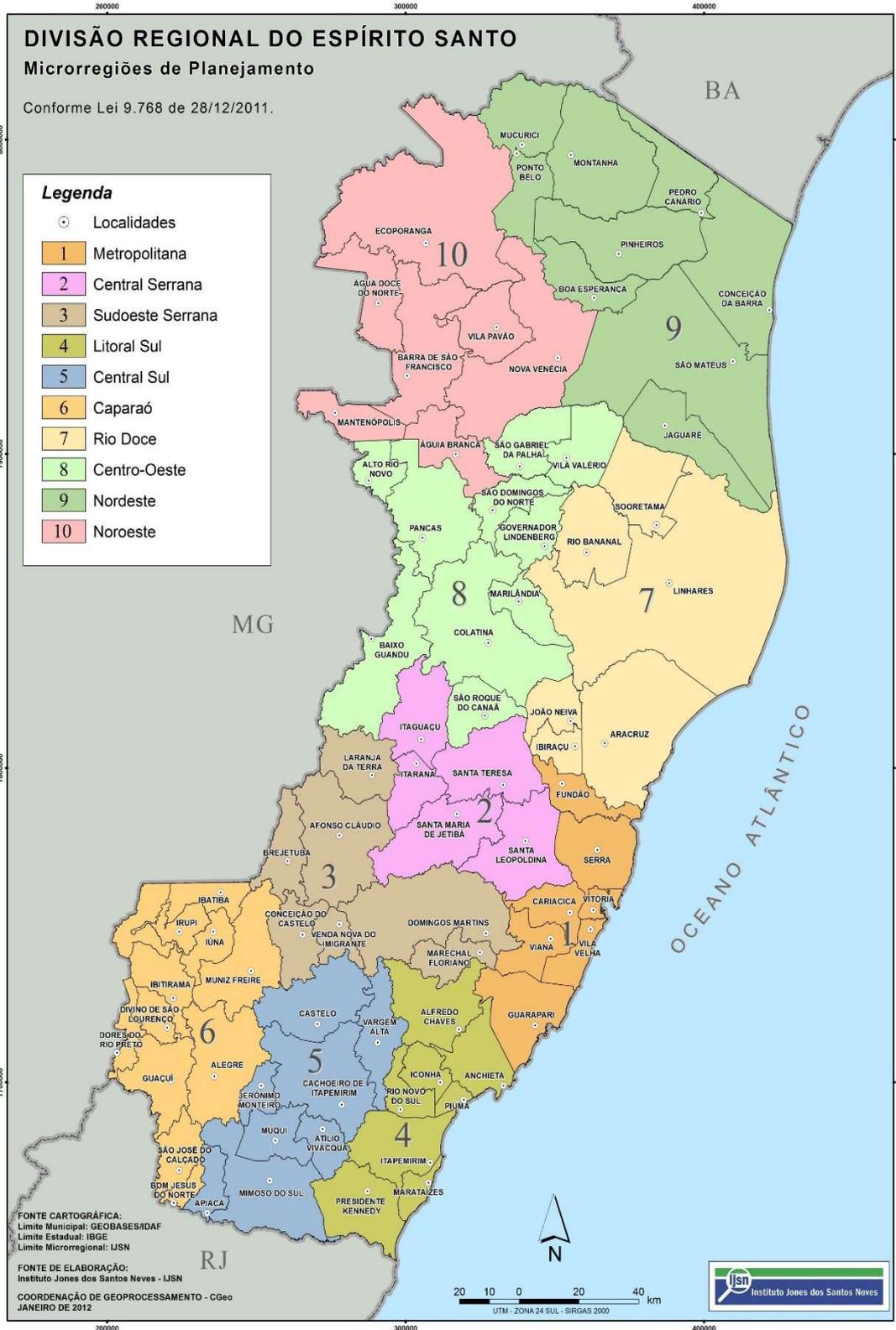
Pelo gráfico acima, pode-se observar que o número do total de servidores do Ifes de Guarapari ao final do ano de 2017 é 9 vezes superior ao número de servidores em junho de 2010.

Como a Lei que criou os Institutos Federais fala sobre a contribuição desses para com o desenvolvimento local, julga-se pertinente trazer informações socioeconômicas acerca da localidade na qual se situa essa instituição federal de ensino.

## 2.4 O MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES

Guarapari é um município do Estado do Espírito Santo, localizado na Região Sudeste do Brasil. Pertence à região metropolitana capixaba. Faz divisa territorial com os municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Marechal Floriano, Viana e Vila Velha. O Mapa 1 apresenta a divisão em microrregiões do Espírito Santo, de acordo com a Lei Estadual 9.768, de 28/12/2011.

Mapa 1 – Divisão do Estado do Espírito Santo, por microrregiões administrativas



Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves – Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo (2018).

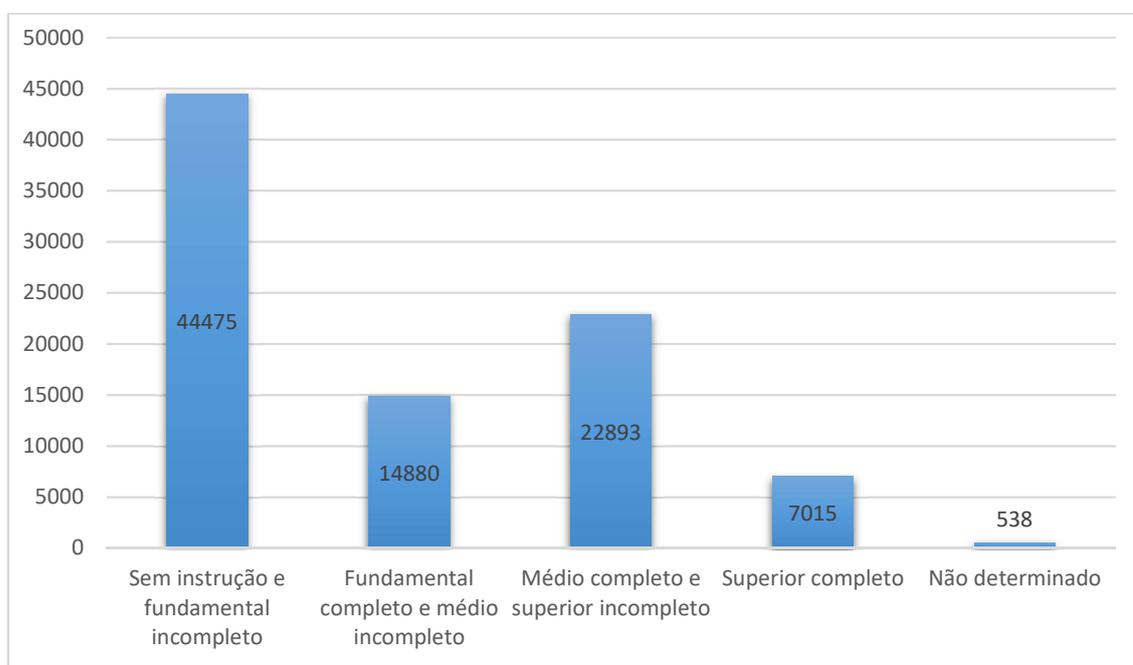
Diferentemente dessa classificação representada no Mapa 1, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) considera a microrregião de Guarapari composta pelos municípios de Alfredo Chaves, Anchieta, Guarapari, Iconha, Piúma e Rio Novo do Sul (MTb, 2018).

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2018), o município de Guarapari possuía uma população estimada em 2017 de 123.166 pessoas. No Censo Demográfico de 2010, a população era composta por 105.286 pessoas, sendo por isso classificada como cidade de porte médio, que são aquelas cidades que possuem população entre 100.000 e 500.000 habitantes (IBGE, 2018).

Assim, em 7 anos (de 2010 a 2017) houve um crescimento populacional de 16,98% no município em questão, superior ao registrado no crescimento da população do Espírito Santo (14,26%) e do Brasil (8,86%).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Guarapari em 2015 era de 0,731 (IBGE, 2018). O Gráfico 6 apresenta o nível de instrução da população guarapariense em 2010.

Gráfico 6 - Nível de instrução da população de Guarapari-ES em 2010



Fonte: Elaborado pelo autor após consulta ao sítio eletrônico do IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/guarapari/panorama>).

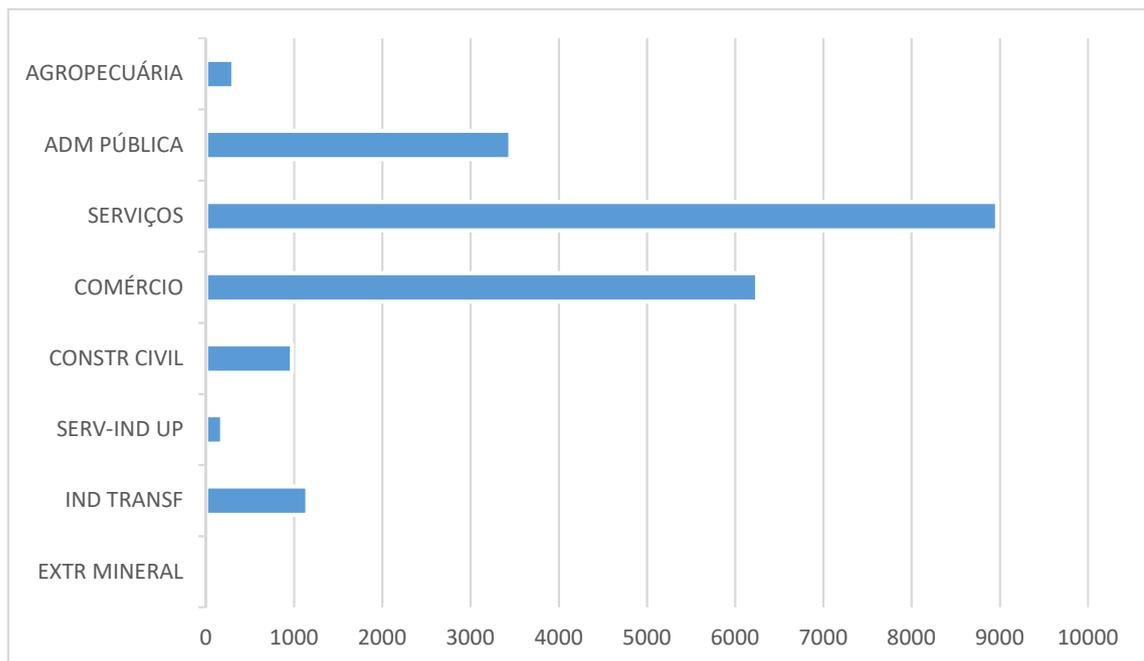
Percebe-se que, no município em questão, a baixa escolaridade da população ainda é um problema a ser enfrentado, pois mais da metade não completou o Ensino

Médio. Essa realidade, no entanto, não é exclusiva de Guarapari. O Brasil ainda é pouco escolarizado.

Entre as 78 cidades do estado capixaba, no ano de 2015, Guarapari ocupava a posição 14<sup>a</sup> como maior Produto Interno Bruto (PIB) do estado: R\$ 2.041.157,47. Mais da metade do PIB está concentrada na atividade econômica de Serviços, seguida pela Administração Pública, Indústria e Agropecuária. Dados do Cadastro Central de Empresas apontam que em 2015 existiam 4.238 unidades atuantes no município. O número de pessoal ocupado correspondia a 27.448 pessoas em 2015. A média salarial dos trabalhadores formais no município no ano de 2015 era de 1,9 salários mínimos (IBGE, 2018)

O Gráfico 7 apresenta, por setor de atividade econômica, o número de empregos formais em Guarapari, ao final do ano de 2016.

Gráfico 7 - Número de empregos formais em Guarapari-ES, por setor de atividade econômica, em 31/12/2016



Fonte: Elaborado pelo autor após consulta ao sítio eletrônico de Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER) – Ministério do Trabalho – MTb ([http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php)).

A partir dos dados apresentados, percebe-se que os setores econômicos de Serviços e Comércio são os responsáveis pela maior parte dos empregos formais gerados em Guarapari.

O setor de Serviços, de acordo com o IBGE (2018), é agrupado em cinco categorias, que são aqueles: prestados às famílias; de informação e comunicação; profissionais, administrativos e complementares; transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio; e outros serviços.

Já o setor de Comércio compreende aquelas empresas que atuam nas seguintes atividades de comércio varejista ou atacadista: combustíveis e lubrificantes; supermercados, hipermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo; tecidos, vestuário e calçados; móveis e eletrodomésticos; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos; equipamentos e materiais para escritório, informática e de comunicação; livros, jornais, revistas e papelaria; outros artigos de uso pessoal e doméstico; veículos e motocicletas, partes e peças; e material de construção (IBGE, 2018).

A Tabela 4 apresenta a remuneração média dos empregos formais em Guarapari ao final do ano de 2016, discriminada por sexo, por setor de atividade econômica.

Tabela 4 - Remuneração média (em R\$) de empregos formais em Guarapari-ES, por setor de atividade econômica, em 31/12/2016

<b>IBGE Setor</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
Extração Mineral	2.830,69	1.335,48	2.474,69
Indústria de Transformação	2.151,44	1.327,67	1.837,48
Serviços da Indústria de Utilidade Pública	3.968,87	3.979,42	3.970,36
Construção Civil	2.439,76	4.231,67	2.681,43
Comércio	1.549,92	1.415,54	1.487,23
Serviços	1.726,31	1.574,14	1.655,34
Administração Pública	1.886,59	2.095,41	2.036,38
Agropecuária	1.304,39	1.155,47	1.285,34
<b>Total</b>	<b>1.789,59</b>	<b>1.682,92</b>	<b>1.738,36</b>

Fonte: ISPER – Ministério do Trabalho (2018).

Cabe destacar que embora os empregos formais registrados em Guarapari-ES estejam concentrados nos setores de Serviços e Comércio (Gráfico 7), esses não são os que melhor remuneram, em média, os seus empregados, quando comparados aos outros setores de atividade econômica, com exceção apenas do setor de Agropecuária (Tabela 4).

A Tabela 5 apresenta quais são os empregos com maior nível de estoque no município, isto é, quais são as ocupações com maior número de registros em 31/12/2016.

Tabela 5 - Ocupações com maiores estoques em Guarapari-ES, em 31/12/2016

<b>CBO 2002 Ocupação</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
521110 – Vendedor de Comércio Varejista	514	1.034	1.548
517410 – Porteiro de Edifícios	937	159	1.096
411005 – Auxiliar de Escritório em Geral	261	514	775
514320 – Faxineiro	196	456	652
411010 – Assistente Administrativo	183	435	618

Fonte: ISPER – Ministério do Trabalho (2018).

Com a finalidade de saber quais são os requisitos de escolaridade e características de trabalho das cinco ocupações com o maior número de estoques em Guarapari (Tabela 5), construiu-se o Quadro 2.

Quadro 2 – Nível de instrução exigido e descrição sumária do trabalho das 5 ocupações com maiores registros em Guarapari-ES, em 2016

(continua)

<b>Ocupação</b>	<b>Nível de instrução exigido</b>	<b>Descrição sumária do trabalho</b>
Vendedor de Comércio Varejista	Em geral, requer-se ensino fundamental a ensino médio. Varia de acordo com a ocupação. Pode ser exigido, por exemplo, até a 4ª série do ensino fundamental para atendente de lojas e mercados.	Vende mercadorias em estabelecimentos do comércio varejista ou atacadista, auxiliando os clientes na escolha.

Quadro 2 – Nível de instrução exigido e descrição sumária do trabalho das 5 ocupações com maiores registros em Guarapari-ES, em 2016

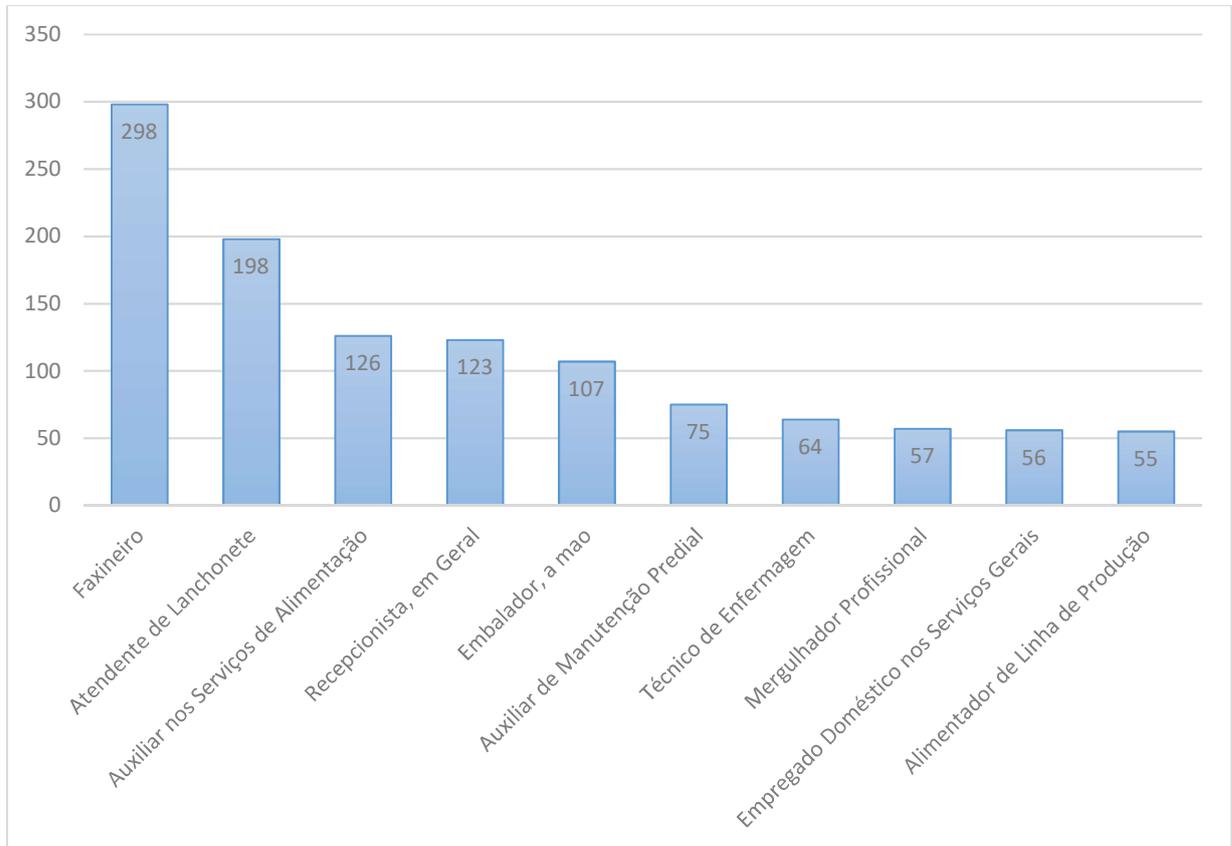
(conclusão)

Porteiro de Edifícios	Ensino fundamental completo	Recepciona e orienta visitantes e hóspedes; controla o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados.
Auxiliar de Escritório em Geral	Ensino médio completo	Executa serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atende fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços.
Faxineiro	Ensino fundamental completo ou prática profissional no posto de trabalho	Conserva vidros e fachadas, limpa recintos e acessório; executa serviços de limpeza.
Assistente Administrativo	Ensino médio completo	Executa serviços de apoio nas áreas de recursos humanos, administração, finanças e logística; atende fornecedores e clientes, fornecendo e recebendo informações sobre produtos e serviços.

Fonte: Elaborado pelo autor após consulta ao sítio eletrônico da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) – Ministério do Trabalho (<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/home.jsf>).

O Gráfico 8, por sua vez, apresenta a relação das 10 ocupações com maior saldo admissional, isto é, a diferença entre admissão e desligamento de empregados, em Guarapari, no período de abril de 2010 e dezembro de 2017. Optou-se por essa delimitação temporal tendo em vista o início das atividades do Ifes Campus Guarapari na cidade, que se deu em abril de 2010.

Gráfico 8 - Relação das 10 ocupações com o maior saldo admissional em Guarapari-ES, entre abril de 2010 e dezembro de 2017



Fonte: Elaborado pelo autor após consulta ao sítio eletrônico do Caged – Ministério do Trabalho ([http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)).

Com o intuito de saber quais são os requisitos de escolaridade das ocupações que mais geraram postos de trabalho no município em questão (Gráfico 8), construiu-se o Quadro 3.

Quadro 3 - Nível de escolaridade exigido das ocupações com maior saldo admissional em Guarapari-ES, no período de abril de 2010 a dezembro de 2017

(continua)

Ocupação	Nível de escolaridade exigido
Atendente de Lanchonete Alimentador de Linha de Produção	Ensino fundamental incompleto

Quadro 3 - Nível de escolaridade exigido das ocupações com maior saldo admissional em Guarapari-ES, no período de abril de 2010 a dezembro de 2017

(conclusão)

Faxineiro Auxiliar nos Serviços de Alimentação Embalador, a mão Auxiliar de Manutenção Predial Empregado Doméstico nos Serviços Gerais	Ensino fundamental completo
Recepcionista, em geral Mergulhador Profissional	Ensino médio completo
Técnico de Enfermagem	Ensino médio técnico completo na área

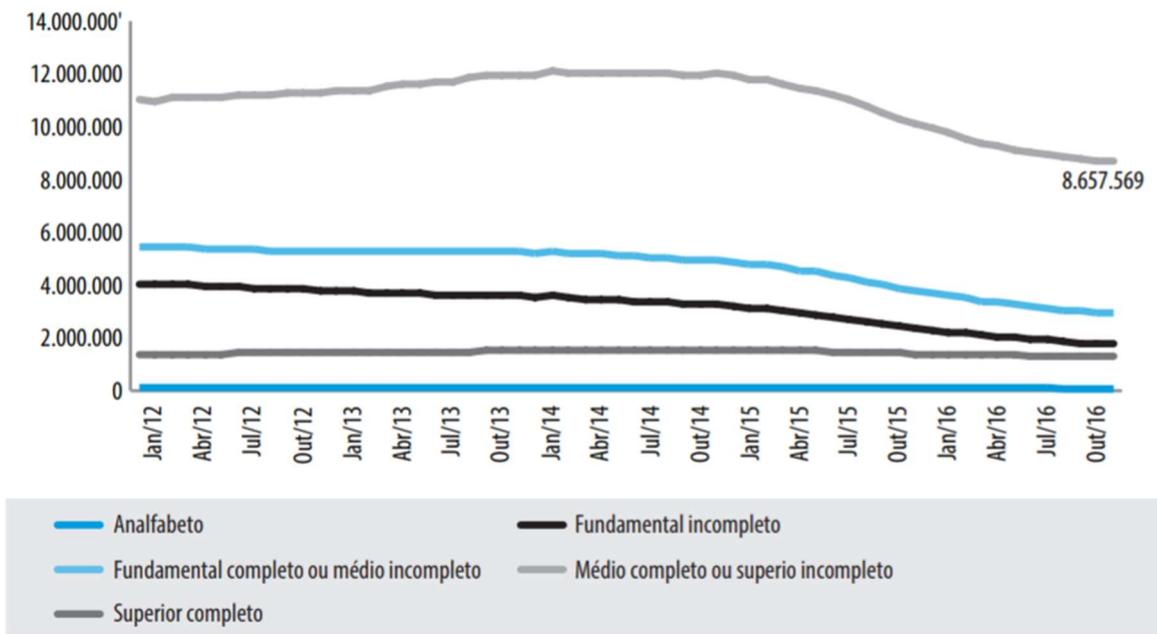
Fonte: Elaborado pelo autor após consulta ao sítio eletrônico da CBO – Ministério do Trabalho (<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>).

Com base nessas informações, é possível perceber que em Guarapari, no período analisado, de uma forma geral, as ocupações que mais admitiram do que demitiram exigiam pouca escolaridade para o seu exercício.

Além disso, pode-se identificar também que nenhuma dessas ocupações requer para o seu trabalho os cursos técnicos de nível médio que o Ifes Campus Guarapari atualmente oferece.

Em termos de perspectiva nacional, contudo, parece existir uma busca maior por admissão de trabalhadores com o ensino médio completo ou superior incompleto em detrimento dos demais, conforme se visualiza no Gráfico 9.

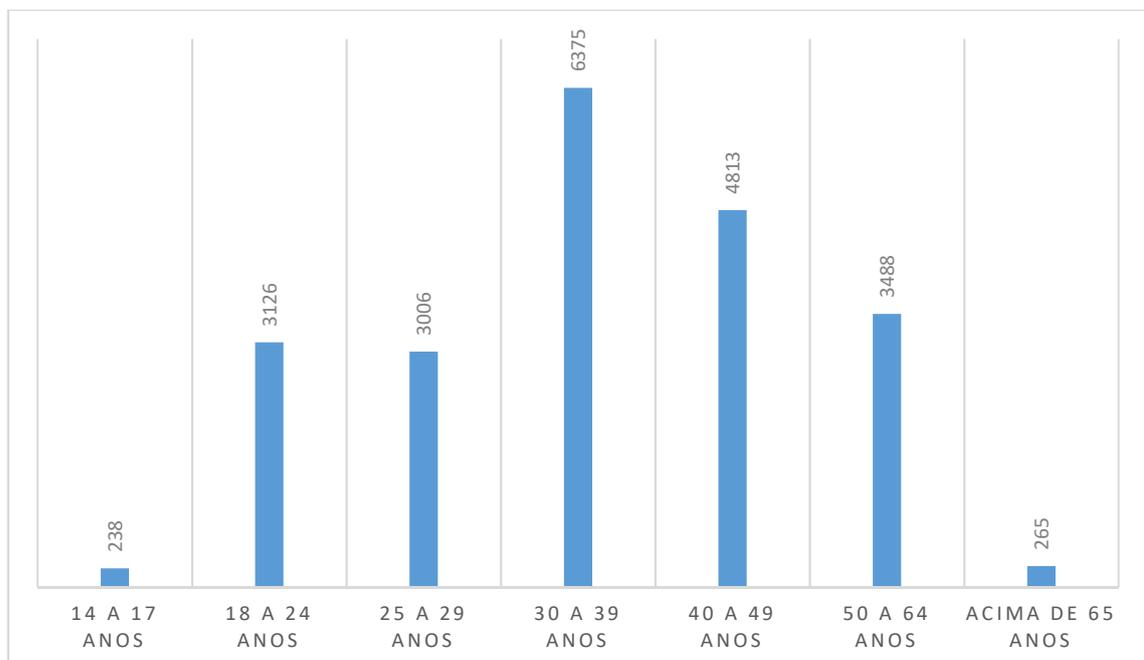
Gráfico 9 - Número de admissões por grau de instrução no Brasil, de 2012 a 2016



Fonte: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2017).

O Gráfico 10 apresenta o número de empregos formais em Guarapari ao final do ano de 2016, por faixa etária.

Gráfico 10 - Número de empregos formais em Guarapari-ES, por faixa etária, em 31/12/2016

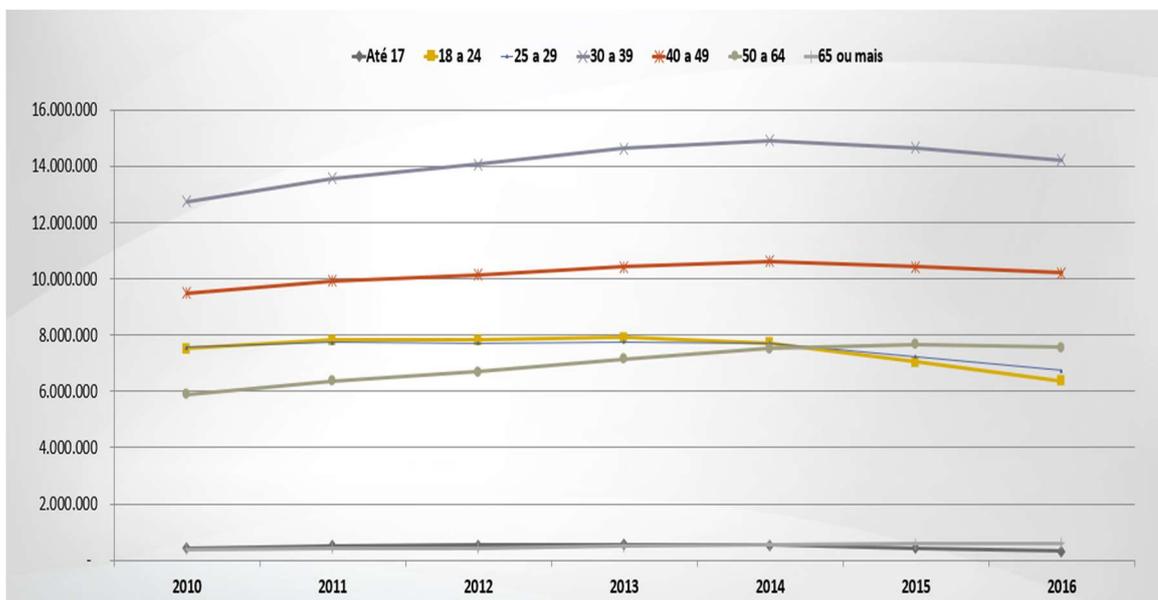


Fonte: Elaborado pelo autor após consulta ao sítio eletrônico do ISPER – Ministério do Trabalho ([http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php)).

É possível notar que pessoas com até 29 anos de idade ocupam menos postos de trabalho em Guarapari com relação aos mais velhos, com exceção apenas daqueles com 65 anos ou mais. Evidentemente, isso pode ser explicado por diferentes motivos como, por exemplo, a opção pela continuidade nos estudos em detrimento à inserção no mercado de trabalho.

De toda via, o Gráfico 11 mostra que, a nível nacional, os jovens foram os que mais perderam empregos a partir de 2014.

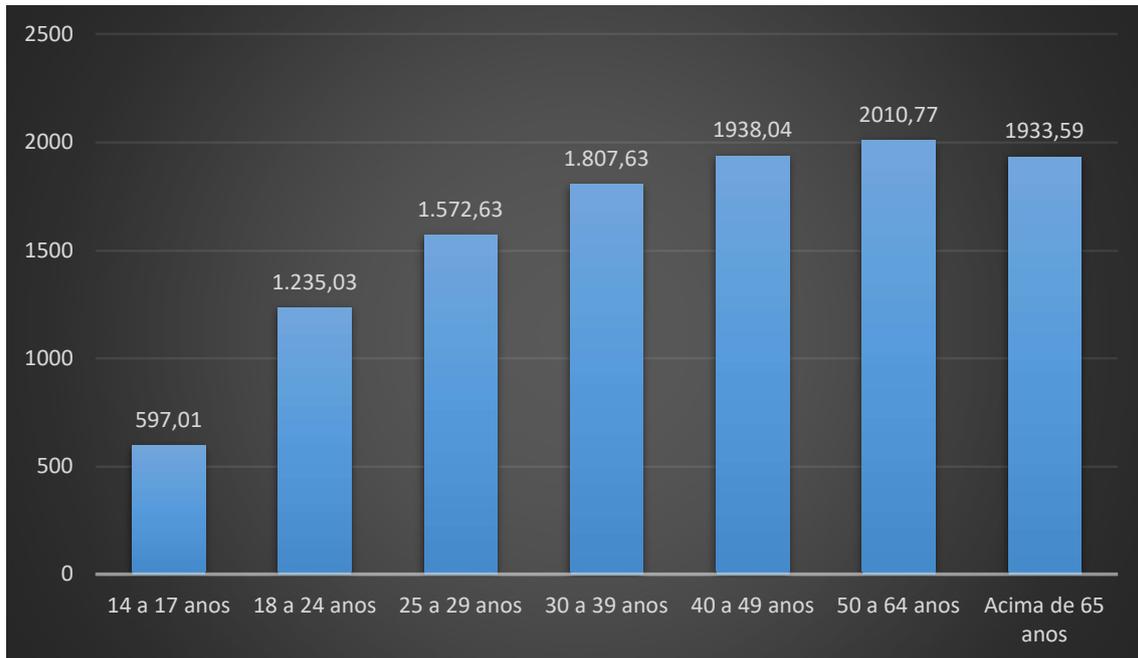
Gráfico 11 - Evolução do estoque de empregos no Brasil por faixa etária, 2010-2016



Fonte: RAIS – Ministério do Trabalho (2018).

Já no Gráfico 12, pode-se ver a remuneração média dos empregos formais em Guarapari em 31 de dezembro de 2016, por faixa etária.

Gráfico 12 - Remuneração média (em R\$) dos empregos formais em Guarapari-ES, por faixa etária, em 31/12/2016



Fonte: Elaborado pelo autor após consulta ao sítio eletrônico do ISPER – Ministério do Trabalho ([http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php)).

Nota-se que os jovens de até 24 anos de idade são os que recebem a menor remuneração comparados aos trabalhadores de maior faixa etária.

A Tabela 6 mostra a remuneração média no mês de dezembro de 2016, por escolaridade e sexo no Estado do Espírito Santo. A análise desses dados evidencia que os trabalhadores com os níveis de instrução ensino médio completo, superior incompleto e superior completo possuíam maior remuneração do que os demais.

Tabela 6 - Remuneração média (em R\$) do mês de dezembro de 2016 no Estado do Espírito Santo, por escolaridade e sexo

(continua)

Escolaridade	Masculino	Feminino	Total
Analfabeto	1.249,00	1.091,15	1.217,23
Até 5ª série incompleta do Ensino Fundamental	1.560,16	1.217,20	1.473,38
5ª série completa do Ensino Fundamental	1.816,34	1.224,99	1.646,84
Da 6ª até 9ª série incompleta do Ensino Fundamental	1.682,16	1.175,41	1.530,69
Ensino Fundamental completo	1.764,18	1.243,85	1.588,53

Tabela 7 - Remuneração média (em R\$) do mês de dezembro de 2016 no Estado do Espírito Santo, por escolaridade e sexo

(conclusão)

<b>Escolaridade</b>	<b>Masculino</b>	<b>Feminino</b>	<b>Total</b>
Ensino Médio completo	2.275,63	1.545,67	1.960,47
Ensino Superior incompleto	3.081,80	2.061,28	2.599,32
Ensino Superior completo	6.884,43	4.162,30	5.235,66
<b>Total</b>	<b>2.754,90</b>	<b>2.226,43</b>	<b>2.523,21</b>

Fonte: RAIS Espírito Santo 2016 – Ministério do Trabalho (2017).

Nota: dados adaptados pelo autor.

Através da Portaria 105, de 16 de maio de 2013, o Ministério do Turismo (MTur) criou o Programa de Regionalização do Turismo (MTUR, 2013), cujo objetivo é o de promover a convergência e a articulação das ações do Ministério do Turismo e do conjunto das políticas públicas setoriais e locais, tendo como foco a gestão, estruturação e promoção do turismo no Brasil, de forma regionalizada e descentralizada, alinhado aos princípios da Política Nacional de Turismo, estabelecidos pela Lei 11.771, de 17 de setembro de 2008 (MTUR, 2016).

Conforme o MTur (2013), para a implementação desse Programa são utilizadas como estratégias: o mapeamento, o diagnóstico, a categorização, a formação, o fomento, a comunicação e o monitoramento.

Mapeamento, de acordo com o MTur (2013) é o processo de identificação de regiões e municípios turísticos brasileiros, em parceria com as Unidades da Federação, tendo como base critérios previamente estabelecidos.

Categorização tem a finalidade de subsidiar a tomada de decisões estratégicas da gestão pública e orientar a elaboração e implementação de políticas específicas para cada categoria de municípios, de modo a atender suas especificidades, a partir do desempenho da economia do turismo (MTUR, 2002).

Assim, uma vez definidas as regiões turísticas, os municípios serão classificados em cinco categorias de ordem de importância decrescente: A, B, C, D e E. Essa categorização considera a relação direta e evidente do município com a economia do turismo. Em outras palavras, um município categorizado como A guarda relação mais direta com a atividade econômica do turismo do que um de categoria B e assim por diante (MTUR, 2002).

Para se definir a categorização dos municípios, são utilizadas as seguintes variáveis (MTUR, 2002):

- número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem;
- número de empregos formais no setor de hospedagem;
- estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Doméstica; e
- estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Internacional.

A partir desses processos, formula-se o Mapa do Turismo Brasileiro.

O Mapa do Turismo Brasileiro de 2017, do Ministério do Turismo classificou Guarapari como categoria A. No Estado do Espírito Santo, somente a capital Vitória havia obtido essa classificação, dentre os 78 municípios capixabas. Essa informação demonstra o potencial turístico existente nesse município.

Estudo do Ministério do Turismo (2018), elaborado em dezembro de 2016, apontou Guarapari como o 13º destino preferido dos brasileiros para viajar no verão, ficando à frente de cidades como Natal (RN), Santos (SP), Porto Alegre (RS), Brasília (DF) e João Pessoa (PB).

É a única cidade capixaba que aparece em um ranking dos 20 principais destinos de viagens dos brasileiros nessa época do ano. Estima-se que 1,5 milhão de turistas visitam o município entre os meses de dezembro, janeiro e fevereiro, movimentando cerca de R\$ 100 milhões no setor de turismo (A GAZETA ONLINE, 2018).

Assim sendo, pode-se admitir que Guarapari seja procurada por turistas dessa maneira provavelmente por conta de suas praias. Como forma de ilustração, as Figuras 3, 4, 5 e 6 representam, respectivamente as Praias: do Morro; de Meaípe; de Setiba; e das Castanheiras.

Figura 3 - Praia do Morro, em Guarapari-ES



Fonte: Acervo nosso.

Figura 4 – Praia de Meaípe, em Guarapari-ES



Fonte: Secretaria de Estado de Turismo do Espírito Santo – SETUR-ES (2018).

Figura 5 - Praia de Setiba, em Guarapari-ES



Fonte: SETUR-ES (2018).

Figura 6 - Praia das Castanheiras, em Guarapari-ES



Fonte: SETUR-ES (2018).

Em dezembro de 2017, uma pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) de autoria do Professor Marcos Tadeu Orlando, comprovou efeitos benéficos das areias monazíticas de Guarapari. Os resultados indicam a relação entre menor incidência de câncer de mama em mulheres no município e as propriedades das areias monazíticas (UFES, 2017).

O objetivo da pesquisa também foi o de tornar a cidade de Guarapari em um espaço de referência mundial no tratamento com areias monazíticas. Orlando (*apud* UFES, 2017) acredita que o município possa vir a se tornar uma clínica natural ao ar livre, em plena praia, projetando a cidade nacional e internacionalmente como a Cidade Saúde, além de atrair pesquisadores e turistas.

A Figura 7 representa a Praia da Areia Preta, que contém as areias monazíticas da referida pesquisa.

Figura 7 - Praia da Areia Preta, em Guarapari-ES



Fonte: Acervo nosso.

## 2.5 PESQUISAS REALIZADAS

Em 2009, o Governo Federal realizou uma Pesquisa Nacional de Egressos de Cursos Técnicos de Nível Médio da Rede Federal de Educação Profissional, do período de 2003 a 2007. Na ocasião, os resultados apontaram que 72% dos egressos estavam empregados. No entanto, apenas 44% desses trabalhavam totalmente em sua área de formação, 21% parcialmente na sua área de formação e 36% não trabalhavam nem totalmente nem parcialmente na sua área de formação. Isso quer dizer que, aproximadamente, somente 32% do total de concluintes de cursos técnicos estavam empregados plenamente em sua área de formação. Mesmo se se somar esse número com o daqueles egressos que trabalhavam parcialmente na sua área de formação, o percentual que se obtém é, aproximadamente, 47% dos ex-alunos. Em outras palavras, isso representa que nem metade dos formados em cursos técnicos trabalhava ou parcial ou totalmente na sua área de formação. Vale ressaltar ainda que

essa pesquisa se deu em um período de tempo em que a maioria dos *campi* dos institutos federais ainda não havia sido criada e, desse modo, contou com uma participação efetiva de 130 instituições. Atualmente, são 644 existentes.

Sampaio (2013), em sua dissertação de Mestrado, pôde constatar que 58% dos egressos do Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) se encontravam empregados e 42% desempregados. Entre os empregados, 43,7% trabalhavam totalmente na sua área de formação, 23,9% parcialmente na área de formação e 32,4% trabalhavam fora da sua área de formação. Ou seja, apenas 25,35%, aproximadamente  $\frac{1}{4}$  do total de egressos trabalhavam totalmente na sua área de formação. Novamente, se se considerar esse número somado com os que trabalhavam parcialmente na área, 13,86% dos egressos, chega-se a 39,21% dos ex-alunos. Dito de outro modo, mais de 60% dos alunos que concluíram os estudos no IFRN não estavam inseridos em atividades laborais relacionadas ou parcial ou totalmente à sua área de formação.

Os resultados da pesquisa realizada por Vieira (2011), cujo foco foram os egressos do curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG) – Campus Januária, mostraram que 57% deles estavam empregados e 43% desempregados. Como destaca a autora, entre os empregados, somente 37% atuavam como Técnicos em Agropecuária. Isto significa que apenas 21,09% dos egressos estavam atuando em atividades laborais plenamente relacionadas à sua área de formação. Além disso, Vieira (2011) também pôde concluir que não há articulação entre o IFNMG e os atores do Arranjo Produtivo Local (APL), fato que contribui negativamente para a empregabilidade do curso na região. Na visão dos egressos do curso Técnico em Agropecuária do IFNMG – Campus Januária, muitas empresas desprezam o trabalho do técnico e contratam pessoas sem a qualificação necessária para realizar a função de técnico, pagando-lhes uma remuneração menor (VIEIRA, 2011). Vieira (2011) verificou que o IFNMG atua restritamente à formação de técnicos, o que limita e desconfigura a sua condição de agente.

Com relação à avaliação da formação obtida em suas respectivas instituições, a maioria dos egressos pesquisados nos trabalhos de Sampaio (2013), Vieira (2011), Tonial (2010) e Rocha e outros (2005), considera que receberam uma formação de qualidade durante o período do curso, encontrando-se satisfeitos com relação a essa questão.

Barreto (2014) observa que uma grande dificuldade enfrentada pelos egressos do IFRN na cidade de João Câmara é a de conseguirem emprego, pois ainda que recebam uma qualificação profissional na instituição, o mercado local não tem condições de absorvê-los. Por não existir uma clara oferta de empregos na sua área para esses egressos naquela localidade, os mesmos se veem obrigados a buscar oportunidades em outras localidades, fora do município em questão.

O estudo de Ferreira, Raitz e Vanzuita (2016) pôde comprovar que o Curso Técnico em Agropecuária do Instituto Federal Catarinense (IFC) não está alcançando seus objetivos na formação para o trabalho, especificamente no ramo da Agropecuária, pois, aproximadamente, apenas 54% dos egressos estavam trabalhando, seja na formalidade ou na informalidade. O estudo não diferencia, entretanto, se esses egressos estavam trabalhando totalmente, parcialmente ou completamente fora da sua área de formação. Os referidos autores concluíram ainda que o curso técnico em questão está servindo como passagem para os alunos realizarem outros cursos de nível superior em área não relacionadas, como Direito, Jornalismo e História, por exemplo.

Os resultados do estudo realizado por Moraes, Amaral e Escott (2012) evidenciaram a necessidade de o IF em questão intensificar a comunicação com a comunidade local. Pois se o IF fechar os olhos para tal constatação, correrá o risco de não auxiliar no enfrentamento das desigualdades sociais e deixará de exercer o seu papel impulsionador de transformações sociais.

Em sua pesquisa com alunos egressos do curso Técnico em Química, do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTE-MG) Campus Barbacena, Casagrande e Henriques (2012) concluíram como positiva a situação de inserção profissional desses egressos, pois 70% se encontravam empregados na sua área de formação.

Vieira, Gomes e Silva (2011), em sua pesquisa, avaliaram que o curso técnico em Informática, ofertado pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte (IFRN) – Campus Currais Novos, teve uma contribuição decisiva para a inserção no mercado de trabalho de seus egressos, considerando que 74% deles afirmaram que o curso contribuiu de fato para essa inserção.

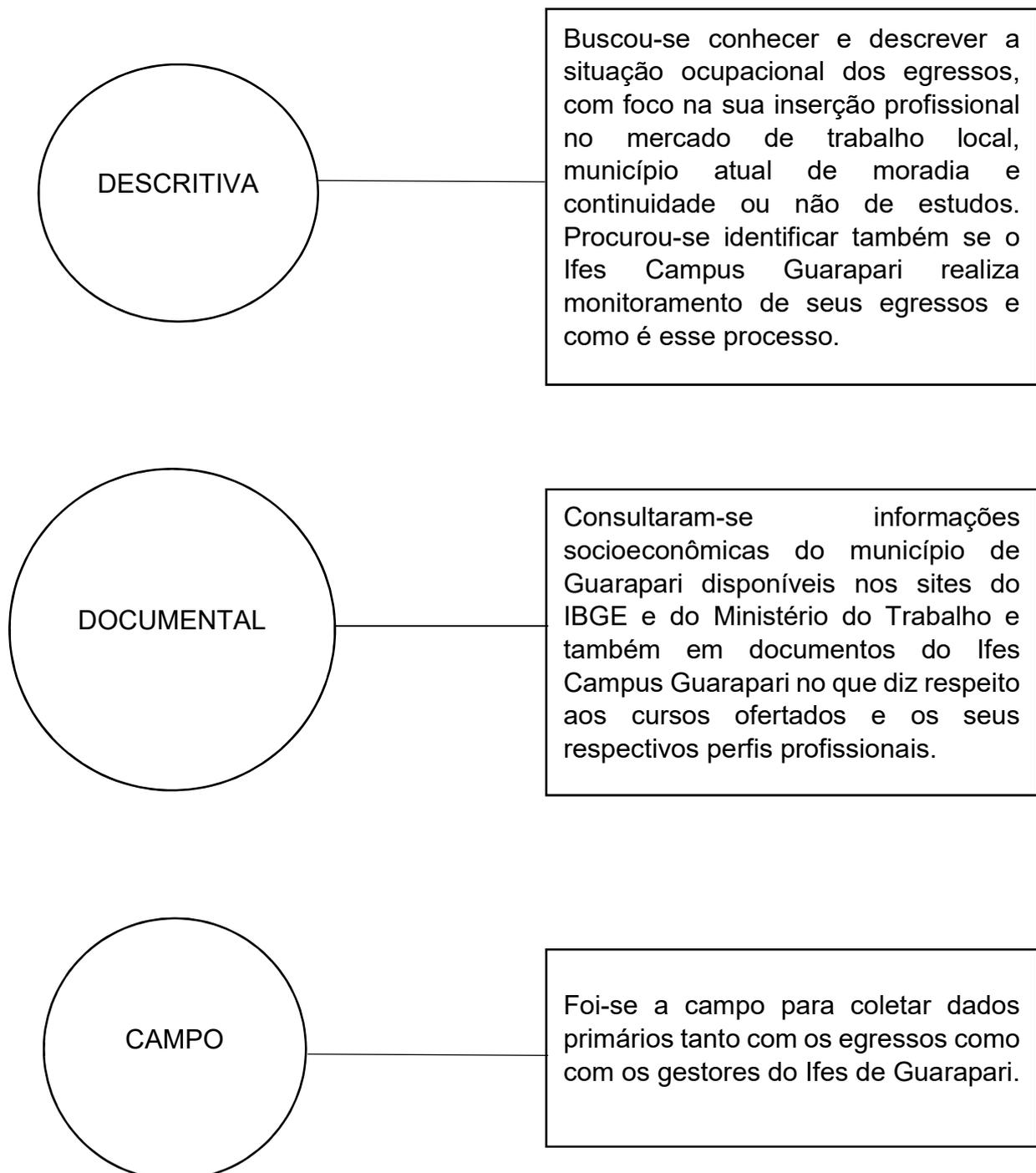
Após o esboço teórico apresentado neste Capítulo 2, o Capítulo 3 apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a realização deste trabalho.

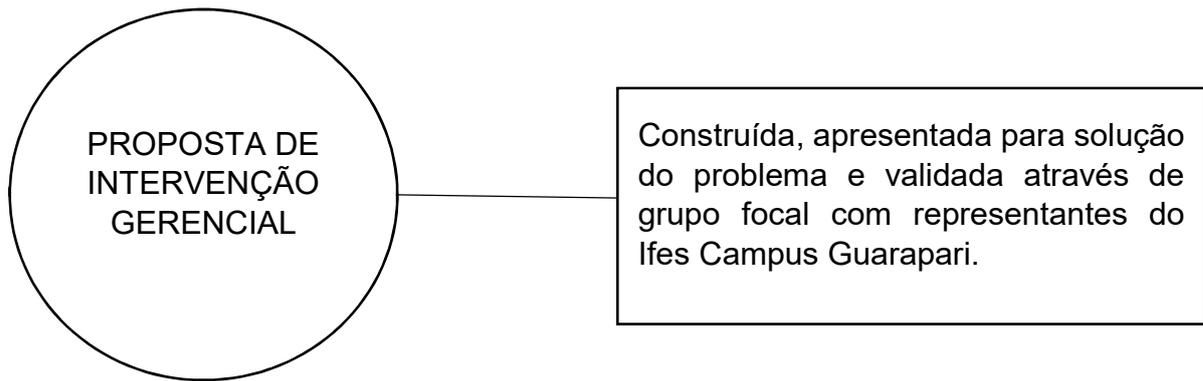
### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 ORGANIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa está caracterizada em blocos da seguinte maneira:

Figura 8 - Organização da pesquisa, por blocos





Fonte: Elaborada pelo autor.

Para efeito de clarificação do que é a técnica de grupo focal, Gatti (2012) explica que a sua metodologia se pauta em reunir uma seleção de pessoas por parte do pesquisador para que elas discutam e comentem um tema a partir de suas percepções pessoais. Nesse sentido, possui uma característica de coletividade e interação entre os participantes. Há uma série de variáveis que devem ser consideradas para a aplicação dessa técnica tais como roteiro de questões, objetivos da investigação, local dos encontros, registro e tempo de duração.

Lino, Schöninger e Sartori (2018) puderam convergir a técnica de grupo focal com as dimensões do campo da Educomunicação e concluíram que ambas devem ser “inclusivas, democráticas e participativas” e que possibilitem que a prática científica seja uma maneira de intervenção social.

Assim, a proposta de intervenção gerencial denominada “Plano de Ação – Ferramenta 5W2H”, sugerida no Capítulo 5, foi elaborada pelo autor e apresentada para análise crítica dos envolvidos no processo de implantação da ferramenta a partir de suas opiniões. Os envolvidos são servidores do Ifes Campus Guarapari diretamente ligados ao tema dessa dissertação. Os passos para aplicação da técnica de grupo focal foram devidamente seguidos. Por fim, a proposta de intervenção gerencial foi aceita e, portanto, está validada para os fins deste trabalho.

### 3.2 SUJEITOS E POPULAÇÃO

Os sujeitos e a população envolvidos neste trabalho foram os seguintes:

- ✓ 650 egressos de cursos técnicos de nível médio, formados entre o primeiro semestre dos anos de 2011 e 2017, subdividindo-se da seguinte maneira:
  - Administração (na modalidade Concomitante): 431;
  - Administração (na modalidade Integrado): 104;
  - Eletrotécnica (na modalidade Concomitante): 79;
  - Eletrotécnica (na modalidade Integrado): 36.
  
- ✓ gestores do Campus Guarapari do Ifes, compreendendo:
  - o Diretor Geral;
  - a Diretora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão;
  - o Diretor de Ensino;
  - o Coordenador Geral de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão.

Justifica-se por escolher toda a população de egressos dos cursos Técnico em Administração e Técnico em Eletrotécnica da seguinte maneira:

- a primeira turma a concluir um curso técnico nesse Campus do Ifes foi em 2011/1, no curso de Administração;
- optou-se por restringir os formados até 2017/1, por se considerar um período razoável para o egresso iniciar suas atividades no mercado de trabalho após a conclusão do seu curso no Ifes, quando da coleta de dados dessa pesquisa, que se deu entre abril e maio de 2018.
- embora se tenha tido na instituição a oferta do curso Técnico em Eletromecânica e tenham se formados 169 alunos, esse curso já não é mais ofertado atualmente;
- apesar de existir a oferta do curso técnico em Mecânica, ainda não havia tido a formatura de nenhuma turma até o encerramento do primeiro semestre do ano de 2017;
- a despeito de existirem cursos de graduação em Administração e Engenharia Elétrica, ainda não se havia obtido colação de grau dos alunos desses cursos até 2017/1;

- ainda que se tenha o curso de Pós-Graduação em Gestão Estratégica de Negócios, em nível de Especialização, julgou-se que o número de egressos era relativamente pequeno comparado ao de cursos técnicos (até novembro de 2017 eram 74 alunos formados). Além disso, diferentemente dos cursos técnicos de nível médio, esse curso não possui uma oferta regular de turma, alternando inclusive o período de lançamento de seus editais.

Quanto à amostra dos servidores do Ifes, optou-se por escolhê-los deliberadamente, por conveniência, considerando o tema deste trabalho. Acreditou-se que essas pessoas, pelo cargo que ocupam, eram as mais diretamente ligadas ao objeto de estudo dessa dissertação.

### 3.3 COLETA DE DADOS

A coleta dos dados foi realizada por meio de dois tipos de instrumentos: questionário e entrevista. O questionário foi aplicado aos egressos de cursos Técnicos em Administração e Eletrotécnica. A entrevista foi realizada junto aos gestores do Campus Guarapari do Ifes.

Marconi e Lakatos (2010) destacam algumas vantagens ao se usar o questionário como instrumento de coleta de dados em uma pesquisa, como por exemplo, o fato de se obter respostas mais rápidas e mais precisas e o de atingir um maior número de pessoas simultaneamente. Já a entrevista, de acordo com Pádua (2012), como um dos mais usuais procedimentos em pesquisas de campo, apresenta suas vantagens por possibilitar que os dados sejam analisados de maneira quantitativa e qualitativa.

Ambos questionário e entrevista foram de caráter estruturado, contendo perguntas abertas, fechadas e de múltipla escolha. O referido questionário foi disponibilizado online e utilizou a ferramenta de formulários *Google Docs*, que é uma maneira prática e eficiente de se obter dados em um trabalho, principalmente um trabalho de natureza acadêmica.

Como maneiras de contatar esses ex-alunos, o pesquisador se utilizou de informações de contato dos mesmos disponibilizados pela Coordenadoria de

Registros Acadêmicos (CRA) da Instituição em questão, compreendendo endereço de e-mail, número de telefone e endereço residencial. Foi solicitado também o perfil em redes sociais, se houvesse, mas aparentemente essa não é uma prática adotada pelo Ifes, muito embora as redes sociais constituam-se, hoje, como uma realidade na maioria dos jovens brasileiros e se mostram como uma importante ferramenta de comunicação.

Assim, foi enviada por e-mail, a cada um dos egressos, uma carta de apresentação explicando os propósitos deste trabalho e convidando-os a participar da referida pesquisa, disponibilizando um link para preenchimento do questionário. Cabe aqui destacar que muitos e-mails retornaram e alguns números de telefone de egressos que o Ifes possui em seus registros simplesmente estão fora do ar, especialmente com egressos formados nas primeiras turmas.

Da população total de 650 egressos, obtiveram-se 122 respostas, o que representa uma taxa de retorno dos questionários de 18,77%. Adotando-se, estatisticamente, um nível de confiança de 92% e margem de erro de 8%, o número mínimo de questionários necessários para considerar válida a amostra seria de aproximadamente 102 questionários com respostas. Assim, o número de participações obtidas foi superior ao mínimo e, portanto, considerou-se aceitável esse valor como representativo da população e tendo em vista também que, em média, obtém-se de 20 a 25% de respostas em aplicação de questionários.

As entrevistas com os gestores do Ifes em questão foram realizadas por meio de contato direto, *in lócus*, previamente agendadas. O pesquisador fez, além das anotações por escrito, registro em gravação de áudio afim de não se incorrer no risco de perder nenhuma informação pertinente aos propósitos deste estudo.

### 3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

O presente trabalho adotou uma abordagem quantitativa e qualitativa para a análise dos dados.

Para se analisar quantitativamente os dados obtidos, foram construídas tabelas, quadros e gráficos, com o auxílio do programa Excel. De acordo com Pádua

(2010, p. 202), “a representação visual através de tabelas e gráficos facilita a compreensão dos dados”.

Já para se analisar qualitativamente os dados, foi adotada como técnica a análise de conteúdo que, conforme Bardin (2009), é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. De acordo com Laville e Dionne (1999), a análise de conteúdo tem por princípio desmontar a estrutura e os elementos de um determinado conteúdo para desvendar suas diferentes características e extrair sua significação.

Para Bardin (2009), recorrer à análise de conteúdo é indispensável quando se busca colher significados a partir de materiais com características qualitativas. Dessa forma, buscou-se saber quais são as percepções dos gestores e dos egressos do Ifes no que diz respeito à política de acompanhamento de egressos realizada pela Instituição e também sobre o mercado de trabalho local, considerando os cursos ofertados no Ifes.

O Capítulo 4 traz os resultados obtidos nessa pesquisa.

## 4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

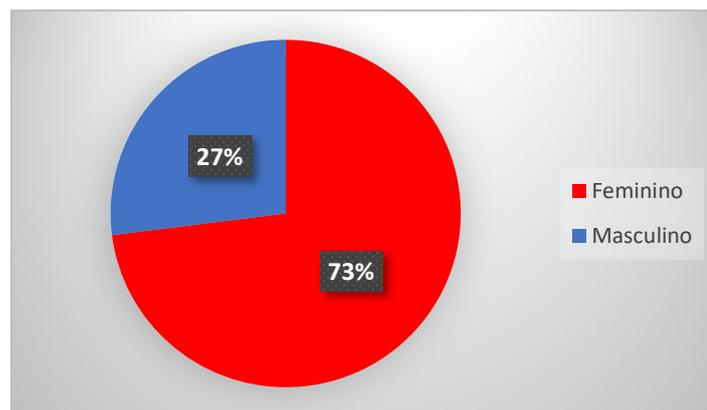
### 4.1 EGRESSOS

Dos 650 egressos que compunham a população deste trabalho, 122 responderam ao questionário eletrônico, o que representa 18,77% de participação na pesquisa. Admite-se como razoável esse percentual e, portanto, como representativo da população.

Importante observar que muitos dados de contato dos egressos, como número de telefone e endereço de e-mail, se encontravam desatualizados, principalmente daqueles egressos que se formaram há mais tempo. Tal fato, naturalmente, acabou por prejudicar a abrangência dessa pesquisa, pois a comunicação com esses não pôde ser realizada. Ademais, tal fato, nesse momento, já demonstrava a não preocupação da Instituição em atualizar os dados de contato de seus egressos.

Pois bem, 73% dos egressos de Cursos Técnicos de nível médio do Ifes Campus Guarapari é do sexo feminino e 27% do sexo masculino, conforme se observa no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Perfil do egresso de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari, por sexo

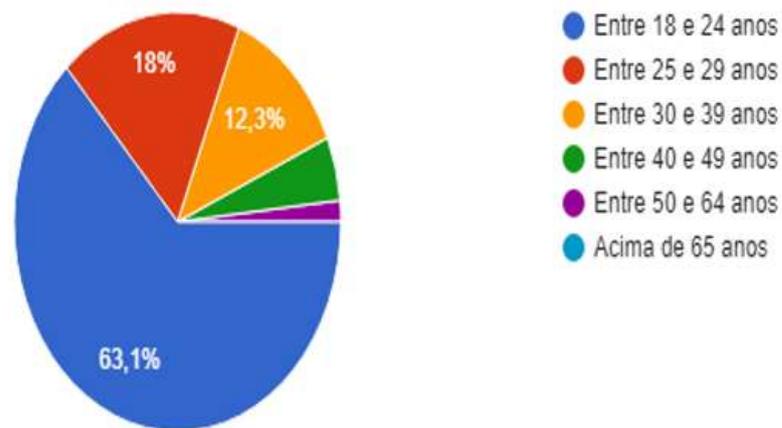


Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Essa informação demonstra uma realidade na qual as mulheres buscam a qualificação e/ou inserção no mercado de trabalho. Diferentemente de outros tempos, quando basicamente lhe era reservada a função de cuidar da família e do lar.

Quanto à idade dos egressos, 63,1% tem entre 18 e 24 anos e 81,1% tem até 29 anos (Gráfico 14). Em outras palavras, constata-se que, de cada 10 pessoas que buscam se qualificar através de curso técnico na referida instituição, 8 possuem menos de 30 anos de idade.

Gráfico 14 - Distribuição dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari, por faixa etária



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

No que diz respeito à modalidade do curso realizado, 71,3% são ex-alunos de modalidade Concomitante/Subsequente e 28,7% de modalidade Integrada.

Aproximadamente 65% dos egressos reside atualmente em Guarapari, conforme se verifica na Tabela 7. Essa informação, de certa forma, ratifica a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico local, prevista na lei de criação dos Institutos Federais.

Tabela 8 - Município de residência atual dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari  
(continua)

Município de residência	Frequência (em %)
Guarapari-ES	64,8
Anchieta-ES	9,0
Alfredo Chaves-ES	4,9
Vila Velha-ES	4,9
Vitória-ES	4,9
Serra-ES	1,6
Cariacica-ES	0,8

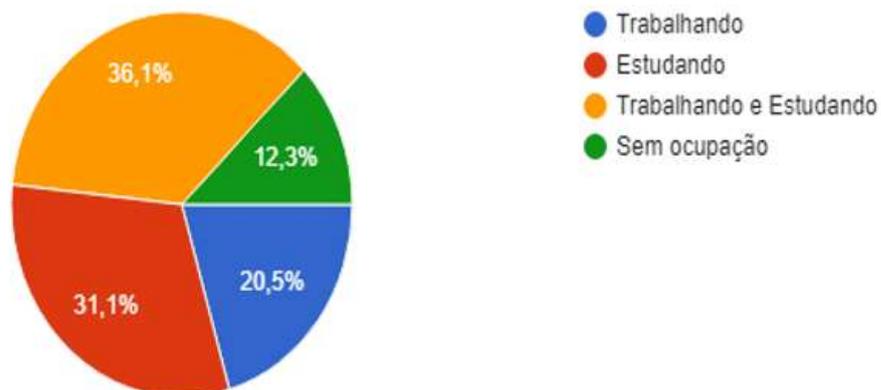
Tabela 9 - Município de residência atual dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari  
(conclusão)

Município de residência	Frequência (em %)
Piúma-ES	0,8
Nova Iguaçu-RJ	0,8
João Monlevade-MG	0,8
Mariana-MG	0,8
Ouro Preto-MG	0,8
Alegre-ES	0,8
Cascavel-PR	0,8
Curitiba-PR	0,8
Manhuaçu-MG	0,8
São Mateus-ES	0,8
Belo Horizonte-MG	0,8

Fonte: dados da pesquisa de campo

O Gráfico 15 apresenta a situação ocupacional atual dos egressos.

Gráfico 15 - Situação ocupacional dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari



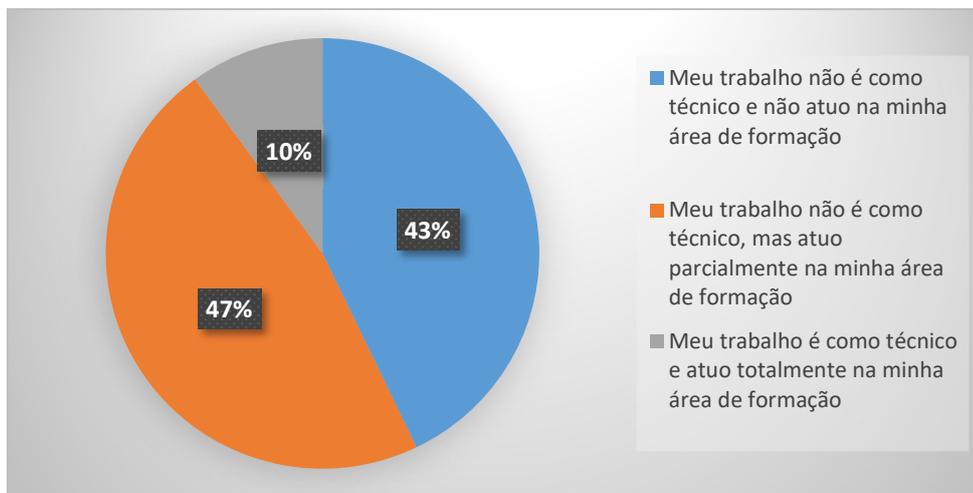
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

É louvável que quase 90% se encontre ou estudando ou trabalhando ou ambos. O percentual daqueles que estudam, 67,20%, mostra que a sociedade tem dado continuidade aos estudos. No entanto, chama atenção que 43,40% não estejam trabalhando atualmente, visto que são profissionais técnicos e que era de se esperar que pudessem estar inseridos no mercado de trabalho.

Dentre os que estão trabalhando, 54,05% trabalham com carteira assinada, 21,62% são estagiários, 6,75% são concursados no serviço público, também 6,75% são donos de seu próprio negócio e outros 2,70% trabalham sem carteira assinada.

Considerando os egressos que estão trabalhando, observa-se no Gráfico 16 aqueles que trabalham plenamente, parcialmente ou não trabalham na sua área de formação.

Gráfico 16 - Relação do trabalho do egresso com a sua área de formação

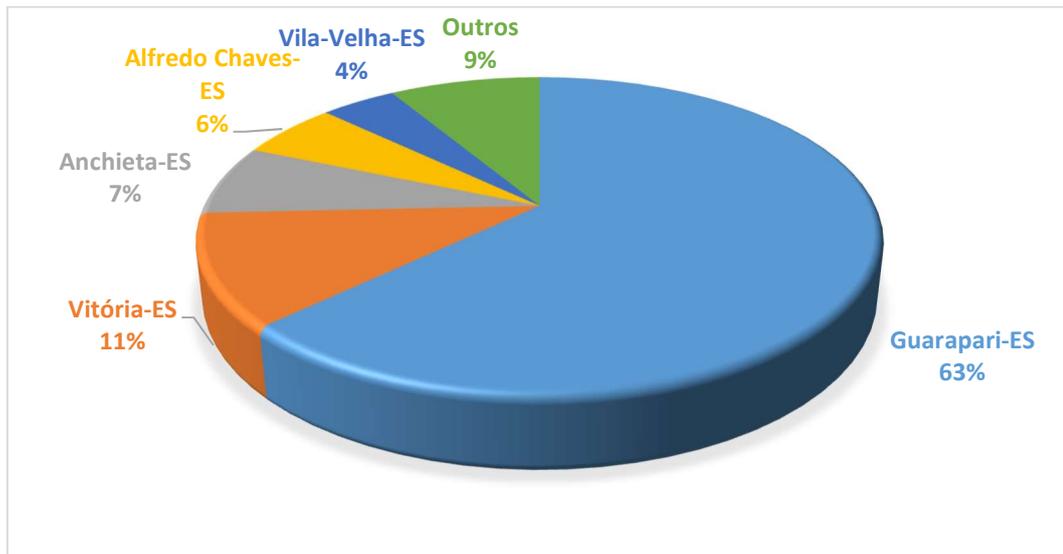


Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Com isso, pode-se admitir que a inserção no mercado de trabalho dos egressos de cursos técnicos do Ifes Campus Guarapari não se dá nas profissões nas quais o Ifes os capacita.

O Gráfico 17 apresenta os dados referente ao município de trabalho dos egressos. 63% trabalham em Guarapari, mas também há aqueles que trabalham nos municípios próximos. Importante observar que se trata de um percentual entre os egressos que estão trabalhando. Ou seja, se se levasse em conta os egressos que não estão trabalhando, a porcentagem de inserção no mercado de trabalho guarapariense seria ainda menor.

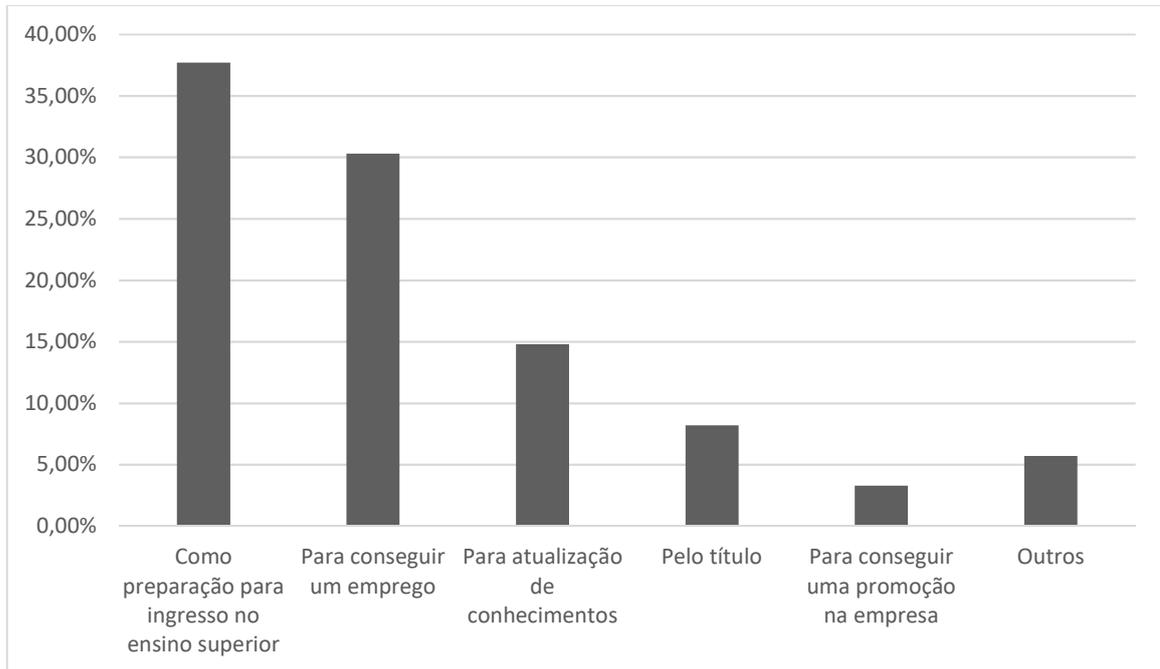
Gráfico 17 - Município de trabalho dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Acerca de qual foi o principal motivo que os levaram a fazer um curso técnico de nível médio na referida instituição, 37,7% deles afirmaram que foi como preparação para o ingresso no ensino superior (Gráfico 18). Apesar da importância que o profissional técnico desempenha no mercado de trabalho, os dados demonstram que o curso técnico de nível médio é visto como preparatório para os cursos de nível superior. Mas também cabe registrar que houve um percentual considerável, 30,3%, daqueles que buscaram a qualificação com o objetivo de conseguir um emprego. Cabe observar que metade dos egressos já haviam tido alguma experiência profissional antes de começarem o curso técnico no Ifes.

Gráfico 18 - Principal motivação dos egressos para realizarem um curso técnico no Ifes Campus Guarapari

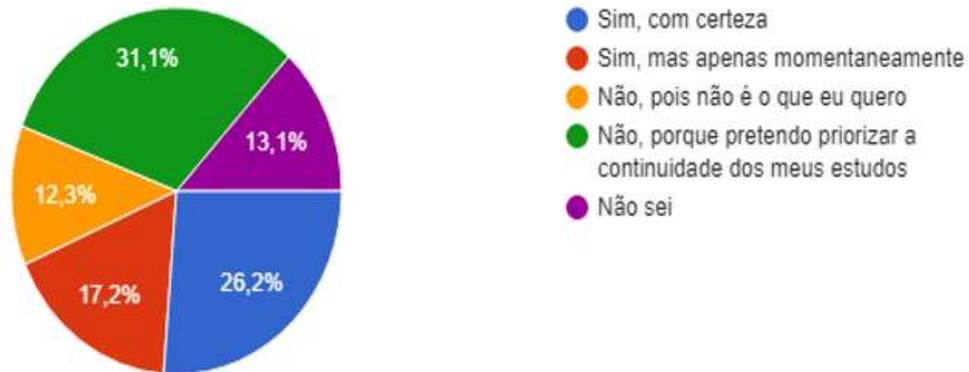


Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Depois de formados no Ifes Campus Guarapari, 54,9% dos egressos disseram ter procurado emprego como profissional técnico na sua área de formação em Guarapari-ES e 45,1% disseram que não procuraram. Uma informação que demonstra o desinteresse de quase metade dos ex-alunos em atuarem como técnicos no município onde o Ifes está situado.

Essa situação está também representada no Gráfico 19, quando apenas 43,40% dos egressos gostariam de trabalhar ou continuar trabalhando como profissional técnico em Guarapari. Em outras palavras, após formados, mais da metade não possui interesse em atuar na profissão que o Ifes de Guarapari lhes conferiu.

Gráfico 19 - Interesse dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari em trabalhar como profissional técnico em Guarapari-ES



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A partir do Gráfico 20, pode-se visualizar as percepções dos egressos quanto à oferta de vagas de trabalho aos profissionais técnicos da sua área de formação no mercado de trabalho de Guarapari. Se para quase 75% dos egressos, não existem ou existem, mas são poucas as vagas de trabalho disponíveis, questiona-se se os cursos técnicos que o Ifes Campus Guarapari atualmente oferece estão realmente de acordo com os arranjos produtivos locais.

Gráfico 20 - Percepção dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari quanto à oferta de vagas de trabalho aos profissionais técnicos de sua área no mercado de trabalho de Guarapari-ES



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

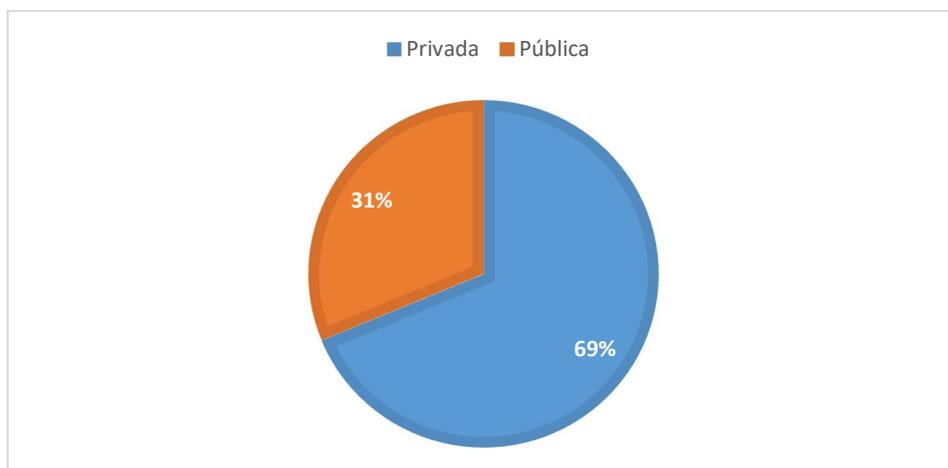
Questionados sobre qual seria a maior dificuldade na oferta de vagas aos profissionais técnicos da sua área de formação no mercado de trabalho de Guarapari, 27,3% dos egressos apontaram o fato de as empresas locais optarem por contratar uma mão de obra mais barata e menos qualificada; 20,7% acreditam não haver uma política clara de geração de emprego e renda por parte do Poder Público; para 14%, a sua área de formação técnica não está de acordo com as características do mercado de trabalho guarapariense e 29,8% não souberam dizer.

Tal processo de inserção profissional se torna mais difícil quando para 47,5% dos egressos o fato de possuir experiência profissional é essencial para se conseguir um emprego como profissional técnico em Guarapari e para 37,7% não é essencial, mas ajuda na obtenção de trabalho. Nesse sentido, está-se diante de um paradoxo: as empresas locais não contratam os profissionais técnicos se esses não possuírem experiência profissional; no entanto, existem poucas oportunidades laborais que lhes permitam obter essa experiência profissional.

Com relação à continuidade nos estudos, 80,3% dos egressos continuaram estudando após a realização do curso técnico no Ifes. 9 em cada 10 egressos estiveram ou estão no nível superior de ensino, tendo cursado ou ainda estão cursando uma graduação.

A natureza da instituição na qual deram continuidade aos seus estudos está representada no Gráfico 21.

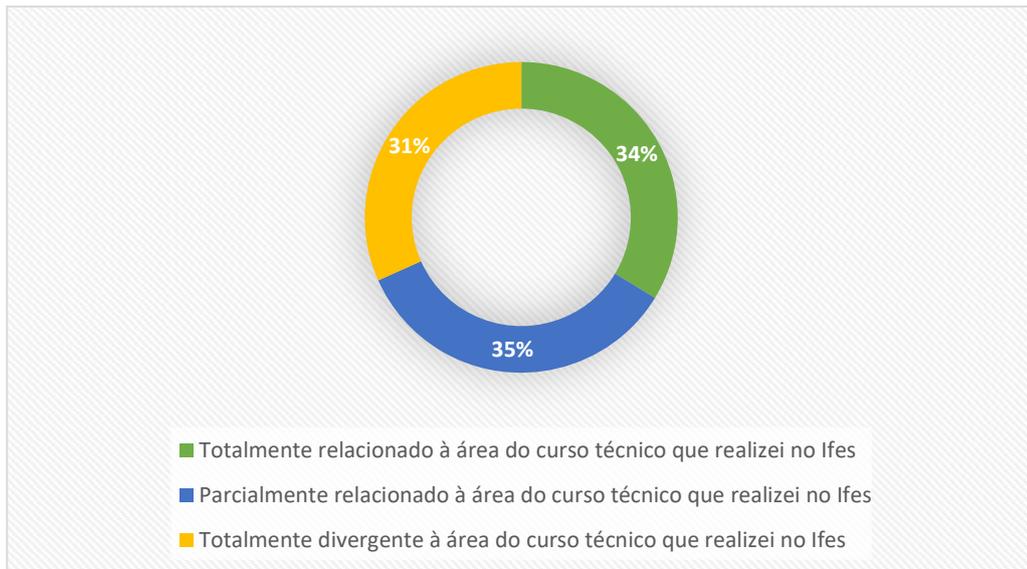
Gráfico 21 - Natureza da instituição de ensino do curso que o egresso realizou ou realiza após a conclusão do Curso Técnico no Ifes Campus Guarapari



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

No que diz respeito à relação do curso que realizaram ou estão realizando com a área do curso técnico no qual se formaram no Ifes, tem-se o seguinte panorama representado no Gráfico 22:

Gráfico 22 - Relação da área do curso realizado ou em realização pelo egresso com o Curso Técnico do Ifes Campus Guarapari

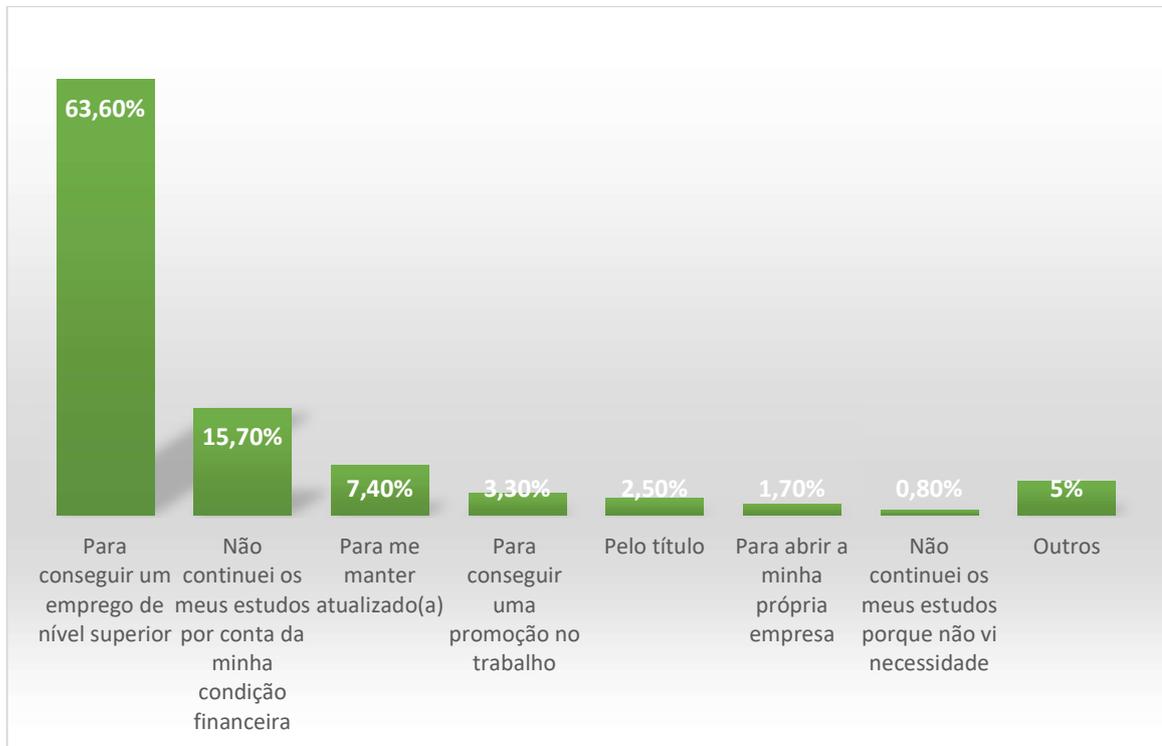


Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Percebe-se assim que 69% dos ex-alunos continuaram seus estudos em áreas parcialmente ou totalmente relacionadas à de sua formação técnica. De certa forma isso representa um indício de verticalização de estudos e o curso técnico pode então se configurar como um patamar para esses egressos na escolha de seus cursos de nível superior.

Os dados mostram que a alternativa “para conseguir um emprego de nível superior” foi apontada como o principal motivo para os egressos continuarem seus estudos após terem se formado no Ifes (Gráfico 23).

Gráfico 23 - Principal motivação dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari darem continuidade aos seus estudos

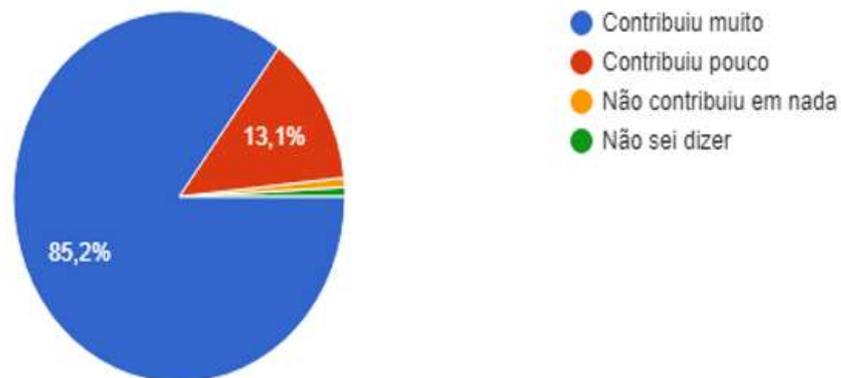


Fonte: Dados da pesquisa de campo.

No que se refere à avaliação da qualidade do curso técnico realizado no Ifes, 64,8% a consideram como excelente e 32% como boa. Outros 1,6% consideram como regular e também outros 1,6% disseram ser ruim. Ou seja, quase todos os egressos (96,8%) avaliam o curso que realizaram como tendo sido bom ou excelente. Essa informação ratifica uma característica fortemente associada aos Institutos Federais, que é a de possuir um ensino de alta qualidade.

Nesse contexto, o Gráfico 24 evidencia, na percepção do egresso, a contribuição que o Ifes de Guarapari fez para a sua formação humana.

Gráfico 24 - Percepção dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari quanto à contribuição da instituição à sua formação humana



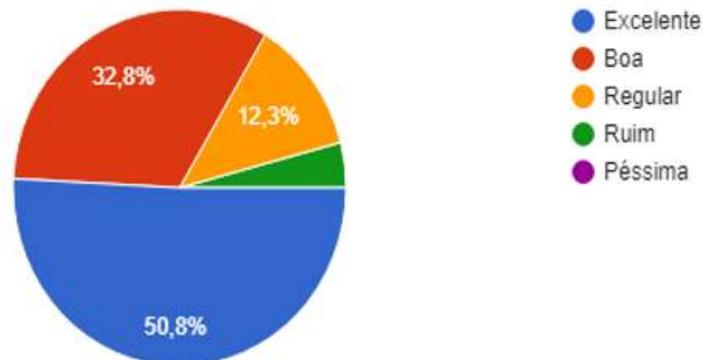
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pode-se perceber a partir dos resultados obtidos com esse gráfico que o Ifes, de fato, representa uma importante etapa no processo de formação humana de seus alunos. Assim, nesse ponto, o Ifes cumpre muito bem o seu papel.

Com relação à qualificação por parte dos egressos do quadro docente da instituição, também obtiveram-se resultados expressivos: 68,9% os consideram excelentes, 27,9% bons, 2,5% regulares e 0,8% ruins. Esses dados mostram que uma política de plano de carreira que contemple incentivos e reconhecimentos ao professor impacta na qualidade da educação que a instituição vem a oferecer.

Acerca da avaliação da infraestrutura física do Ifes Campus Guarapari, tem os seguintes percentuais no Gráfico 25:

Gráfico 25 - Avaliação da infraestrutura física da instituição pelos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Cabe destacar que muitos egressos estudaram em um período de implantação do Campus Guarapari e que durante esse processo, naturalmente, o espaço físico era limitado. Não obstante, os altos percentuais nas avaliações “excelente” (50,8%) e “boa” (32,8%) comprovam que a infraestrutura atende bem ao corpo discente da instituição.

Embora a qualidade do curso como um todo tenha sido bem avaliada por quase todos os egressos (96,8%), para 40,2% o quantitativo de aulas práticas realizadas como método de simulação do mercado de trabalho foi insuficiente para o ex-aluno se sentir preparado (Gráfico 26). Em cursos técnicos, o conhecimento prático é fundamental para o processo de capacitação do aluno. Assim, serve de alerta para a instituição essa informação e, se for o caso, rever seus quantitativos de aulas práticas.

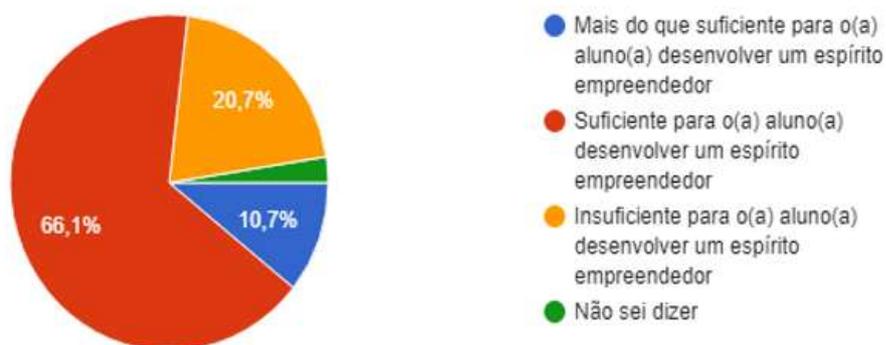
Gráfico 26 - Avaliação do quantitativo de aulas práticas como preparação para o mercado de trabalho pelos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Por outro lado, de acordo com 66,1% dos egressos, o número de disciplinas ofertadas que estimulam o empreendedorismo no aluno é suficiente para o mesmo desenvolver um espírito empreendedor (Gráfico 27). Em um país como o Brasil, que não possui uma cultura empreendedora entre a sua população, esse processo de estimular o aluno a empreender um negócio é fundamental para o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Gráfico 27 - Avaliação do quantitativo de disciplinas que estimulam o empreendedorismo no aluno pelos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Nesse sentido, quando questionados se já pensaram em abrir a sua própria empresa, 65,6% dos egressos afirmaram que sim e 34,4% disseram que não.

Quanto à avaliação da atuação do Ifes no suporte aos seus egressos visando à sua inserção no mercado de trabalho, os ex-alunos responderam conforme se visualiza no Gráfico 28:

Gráfico 28 - Avaliação do suporte por parte da instituição aos ex-alunos para inserção no mercado de trabalho pelos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Ou seja, na visão de aproximadamente 70% dos egressos, o Ifes não os auxilia para que consigam um emprego. Essa realidade compromete a atuação da instituição, visto que a mesma poderia manter um diálogo permanente com seus ex-alunos com o objetivo de facilitar seus caminhos, especialmente os caminhos profissionais. Ademais, é esperado que um Instituto Federal dialogue com os atores sociais locais visando ao desenvolvimento socioeconômico daquela localidade.

O Gráfico 29 apresenta a opinião dos egressos sobre se o Ifes Campus Guarapari deveria oferecer outros cursos técnicos, considerando o mercado de trabalho guarapariense. 87,7% acreditam que sim. Cabe destacar que somente 5,7% acreditam que os cursos ofertados estão de acordo com a realidade do mercado de trabalho de Guarapari. De acordo com a lei que cria os Institutos Federais, os cursos serão oferecidos contemplando os arranjos produtivos locais. Dessa forma, pode-se questionar se o Ifes Campus Guarapari realmente oferece cursos de acordo com os APLs.

Gráfico 29 - Opinião dos egressos de Cursos Técnicos do Ifes Campus Guarapari sobre se a instituição poderia oferecer outros cursos técnicos



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Acerca de qual seria a principal contribuição que o Ifes faz para a sociedade ao seu redor, tem-se os seguintes registros elencados no Gráfico 30:

Gráfico 30 - Principal contribuição que o Ifes Campus Guarapari faz para a sociedade ao seu redor, na percepção dos seus egressos de Cursos Técnicos



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Assim, o ensino de qualidade que a instituição oferece é apontado por 71,3% dos egressos. No entanto, a atuação do Ifes não pode se voltar apenas para as atividades de ensino. Deve contemplar também no mesmo nível de qualidade as atividades de pesquisa e extensão, pois se não o fizer, não estará cumprindo o que lhe é conferido fazer.

Encerrada a apresentação dos resultados obtidos junto aos egressos, o subtópico que segue mostra a percepção dos gestores do Ifes de Guarapari quanto ao tema desta dissertação.

## 4.2 GESTORES DO IFES

A fim de resguardar a identidade dos gestores do Ifes Campus Guarapari participantes dessa pesquisa, Diretor Geral, Diretor de Ensino e Diretora de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão, os mesmos serão referenciados como D1, D2, e D3, não necessariamente nessa ordem. Cabe destacar que embora se tenha solicitado por diversas vezes a participação do Coordenador Geral de Extensão nessa pesquisa, não se obteve nenhuma manifestação de aceite por parte desse gestor.

A atual gestão dessa Instituição começou as suas atividades em setembro de 2017, após eleições realizadas no Campus.

Quanto à questão de como foram escolhidos os cursos técnicos que o Ifes viria oferecer, D1, apesar de não saber se houve uma pesquisa de demanda local, acredita que:

*“Tenha sido o pólo de Eletrotécnica e de Mecânica em função da Samarco (empresa mineradora situada em Anchieta-ES, município vizinho a Guarapari-ES) e Administração é muito forte aqui na região em função do Turismo, Comércio.” (D1)*

D2, por sua vez, lembra que ocorreram audiências públicas, mas o Ifes já vinha com as propostas de oferta de cursos:

*“O Ifes apresentou as propostas dos cursos de Técnico em Administração e Eletromecânica (...) eu lembro que a comunidade deu, fez contrapropostas, por exemplo, eles entendiam que... alguns setores apresentaram a proposta de Técnico em Turismo, mas a resposta do Ifes foi que era muito específica a atuação do Técnico em Turismo.” (D2)*

Por fim, aceitaram-se as propostas do Ifes.

No que diz respeito sobre qual é a principal contribuição que a Instituição faz para a comunidade ao seu redor, tem-se que:

*“Indiscutivelmente, a inclusão social.” (D3)*

*“A principal contribuição é a formação de pessoas qualificadas para o mercado de trabalho.” (D2)*

*“Então, eu vejo muito a questão do Ensino Médio Integrado. Eu vejo que, cada vez mais, a gente tem alunos que realmente precisam do ensino público de qualidade.” (D1)*

No entanto, D2 destaca que:

*“As parcerias com empresas ainda precisam ser mais ampliadas mesmo, sabe? Elas precisam ser ampliadas, fortificadas algumas, a gente ainda dá muita conta da demanda de ensino. A gente ainda precisa crescer nesse campo com a comunidade.” (D2)*

Acerca do conhecimento da situação ocupacional dos egressos do Ifes, D2 explica que:

*“Não, a gente não tem esses dados. Falta, de fato, falta isso. Até há uns anos atrás a gente tinha um certo controle aqui na escola disso, nem chegava a ser um controle, era um Observatório... existia o Observatório de Egressos, mas nunca também foi algo que mantivesse uma política para o egresso. Então a gente não, a gente não recebe essas... não existe nada que, vamos dizer assim, que dimensione, que ajude a gente a pensar uma política de egressos.” (D2)*

D1 fala que existe um projeto de iniciar um acompanhamento de egressos a partir do segundo semestre de 2018, mas que:

*“Ano passado, ao longo de 2017, não foram acompanhados os egressos.” (D1)*

D3 entretanto possui uma fala mais incisiva ao afirmar que:

*“Eu não tenho um dado preciso, que foi pesquisado, que me mostre isso, não foi feito ainda aqui. A existência de uma pesquisa assim seria extremamente interessante, inclusive para direcionar para onde nós vamos.” (D3)*

Com relação à absorção no mercado de trabalho de Guarapari dos profissionais técnicos de nível médio que o Ifes capacita, as opiniões são as seguintes:

*“Bom, a gente tem que começar que nós não fazemos um curso técnico para atender especificamente a área de Guarapari e seu entorno, e sim para atender o Espírito Santo e o Brasil, ele (o egresso) é um Técnico.” (D3)*

*“A gente forma para a empregabilidade, se o mercado vai absorver ou não aí é uma outra (questão), a gente capacita para o trabalho, que aí é a empregabilidade. A gente não capacita para o emprego, o emprego entra no mercado de trabalho. Eu acho que se a gente for tomar a dimensão Guarapari, eu acho que é limitado, principalmente para a área de Eletrotécnica e, futuramente, Mecânica. Mas a parte de Administração é absorvida.” (D2)*

*“Administração a gente vê que pela questão dos estágios. Administração, inclusive aluno do ensino médio integrado consegue estágio também. O concomitante consegue, o integrado consegue, o bacharelado consegue. Na área de Eletrotécnica e Mecânica, a gente vê que é um pouco mais complicado porque é uma questão mais específica. Qualquer comércio hoje pode absorver um estagiário da área de Administração. Aí na parte de Eletrotécnica e Mecânica a gente já tem uma diminuição nessas ofertas.” (D1)*

A respeito do monitoramento de egressos por parte do Ifes Campus Guarapari, D1 respondeu que:

*“Não, nos últimos anos não. Foi feita uma pesquisa em 2015, eu acho, 2015 ou 2016, que aí foi analisado 2014, 2015 e 2016, então saiu aí no início de 2017, tem até uns gráficos. Mas no final de 2017 não foi feito não.” (D1)*

Nesse ponto, D2 é mais categórico, pois disse que:

*“Não, a gente não monitora. A gente, às vezes, busca saber como está, etc., ou quando precisa a gente vai atrás, mas a gente não faz esse mapeamento, não existe mapeamento, por exemplo, não existe uma política de acompanhamento. De fato, a gente não tem algo concreto assim.”(D2)*

No que se refere a parcerias entre o Ifes e a Prefeitura Municipal de Guarapari visando a uma política de inserção profissional de egressos dessa instituição de ensino, foi dito por D1, D2 e D3, que não existem quaisquer parcerias nessa área. No entanto, de acordo com D3, a inexistência de possíveis estabelecimentos de parcerias se dá por vontade do Poder Público Municipal e não do Ifes:

*“Nós somos parceiros deles. Mas as portas deles são difíceis de se abrirem pra gente.” (D3)*

Com relação a parcerias existentes entre o Ifes e o empresariado local, D1 afirma que o Ifes é procurado por algumas empresas, que dão prioridade aos seus alunos em seus processos seletivos para preenchimento de vagas de estágio. Mas esse procedimento é feito enquanto o aluno ainda mantém um vínculo com a instituição:

*“Agora, depois que sai do estágio, a gente realmente não tem conhecimento, porque o estágio a gente monitora. Mas o egresso seria ele concluinte, depois que ele conclui, a gente realmente não tem esse dado.” (D1)*

O gestor D2 complementa a fala do gestor D1:

*“A gente consegue manter essa relação, acho que está faltando exatamente alguma coisa aí. A gente precisava criar uma política, um mecanismo, um canal de alguma coisa, para poder ampliar esse vínculo de monitoramento e uma política própria para isso.”(D2)*

Quanto ao papel de contribuinte para o desenvolvimento socioeconômico local, D1 é enfático ao dizer que:

*“Eu acredito que o Ifes cumpre muito bem o seu papel. Aí vai muito na área da educação mesmo, uma educação de muita qualidade. A gente tem muitos alunos aqui que, por exemplo, eles passam direto, eles não precisam gastar fazendo pré-vestibular.”(D1)*

De maneira similar, para D3:

*“O Instituto Federal, não só no Espírito Santo, no Brasil, é uma arma fortíssima de inclusão social e de alavancagem do progresso.”(D3)*

Sobre qual seria a principal motivação dos alunos para se estudar no Ifes, há um consenso de que depende da modalidade do curso. Ou seja, alunos da modalidade Integrada teriam motivações divergentes dos de modalidade Concomitante/Subsequente. Vejamos as falas:

*“O integrado, grande parte, o que eu vejo, é mais para fazer um ensino médio de qualidade e conseguir entrar numa universidade pública. O concomitante é realmente se inserir no mercado de trabalho.” (D1)*

*“A gente sabe que os alunos do Ensino Médio Integrado, eles tem essa dupla visão aí de Ensino Técnico/Ensino Médio e boa parte dos meninos sabe que aqui tem um bom ensino médio e tentam. Agora os do Concomitante/Subsequente, eles vem pra qualificar, pra buscar novas oportunidades.” (D2)*

Sobre a existência de ações que o Ifes realize objetivando que o egresso consiga se inserir no mercado de trabalho na sua área de formação, D2 explica que não se tem isso de maneira clara e que não há um setor dentro da instituição próprio para essa atividade. E acrescenta:

*“Quando tem demanda, a gente ajuda. Mas a gente não tem isso muito claro assim, uma ‘ah, nós vamos agora, nesse semestre, tá saindo 30, 20 formandos e o que que*

*a gente tem pra eles?’ Isso, a gente de fato não tem. Quando chega a demanda de fora, é que a gente apresenta para eles.”(D2)*

D1, por sua vez, diz que a atuação se dá no reforço e incentivo à realização de estágios por parte dos alunos:

*“A gente foca fazer parceria pro estágio, pro egresso a gente não tem pra inserir, porque ele fechou o ciclo aqui nosso, então a gente não perdura inserindo ele não.”(D1)*

Quanto ao estímulo da prática empreendedora nos seus alunos, os gestores D1 e D2 acreditam que o Ifes atinge esse propósito, especialmente com os cursos da área de Administração (Técnico e Graduação).

No que diz respeito à existência de Empresas Júnior na instituição, foi dito que os alunos da Graduação em Administração solicitaram autorização para funcionamento de uma, prontamente atendida, mas que no momento há uma limitação física de espaço no Campus que impede a sua atuação. Cabe destacar que os alunos dos Cursos Técnicos não estão contemplados nesse projeto. Não há a existência de quaisquer registros de outras empresas júnior na instituição.

Constatou-se que não há um núcleo incubador de empresas no Ifes Campus Guarapari. Entretanto, conforme D2:

*“É um desejo, pelo menos da atual gestão, que a gente consiga desenvolver isso.”(D2)*

Verificou-se que não existe a realização de eventos no Ifes Campus Guarapari como palestras, seminários, voltados para o estreitamento das relações entre comunidade acadêmica do Ifes, Poder Público Municipal, empresariado local e egressos da Instituição. Os eventos, quando realizados, são voltados para os alunos do Ifes e não para os seus egressos e não visam o estreitamento das relações entre as partes citadas acima. Entretanto, cabe destacar aqui a fala de D1:

*“Em 2016 foram feitas várias palestras no noturno (turno), exatamente pro pessoal do concomitante, com os empresários da região, eles trouxeram, por exemplo, colocaram*

*aqui material de propaganda das suas empresas, colocaram estandes, houve um mutirão de contratação, em 2016 a gente fez isso, o Ifes fez isso.”(D1)*

Não houve consenso entre os gestores com relação à percepção de que os cursos técnicos de nível médio do Ifes Campus Guarapari estariam ou não de acordo com os arranjos produtivos locais. D1 acredita que os cursos estão totalmente relacionados aos APLs. D2 e D3 acreditam que essa relação se dá de maneira apenas parcial.

A respeito de o Ifes possuir conhecimento de vagas de emprego destinadas a profissionais técnicos, constatou-se que não há uma política plenamente estruturada com esse propósito, que se dá quando há o interesse do empresariado no Ifes e não o contrário e em algumas vezes o processo acontece de maneira informal.

O que se tem é que o Ifes recebe a demanda de empresas a respeito de vagas, especialmente de estágios, e algumas delas solicitam indicações por parte do Ifes de alunos ou ex-alunos para ocupação dessas vagas. O contato com o egresso, quando existente, se dá exclusivamente através dessa indicação realizada por professores da instituição. Há um mural na escola que contém esses informativos de vagas. Não há outro canal ou mecanismo de comunicação com função semelhante. Nas palavras de D2:

*“Essa busca do Ifes (por vagas) não tem assim um setor preocupado com um diagnóstico, com mapeamento de empregos pra trazer pra cá.”(D2)*

Nesse sentido, D3 enfatiza que:

*“Nós precisamos saber o que que nós temos de emprego na região e na redondeza, na cidade de Guarapari e no entorno.”(D3)*

Quanto ao conhecimento por parte da Instituição acerca de os egressos residirem em Guarapari-ES, condição tida como tácita na política de desenvolvimento socioeconômico local de que fala a lei de criação dos Institutos Federais, observou-se que há uma divergência de opiniões entre os entrevistados. D1 imagina que há uma dispersão dos egressos nos municípios vizinhos. D2, em seu turno, acredita que depende da modalidade de curso que o egresso realizou e que, assim o sendo, os de

modalidade integrada tendem a se mudar de cidade, enquanto que os de modalidade concomitante permanecem morando no município ou em municípios próximos. D3 acredita que a maioria reside em Guarapari.

Questionados sobre quais seriam as maiores dificuldades encontradas pelos egressos para inserção no mercado de trabalho local, cabe elencar as seguintes respostas:

*“Administração não vejo dificuldade nenhuma. Para o pessoal de Eletrotécnica, tem menos vagas, eu vejo assim, porque é muito específico. É mais restrito, é muita específica a situação.” (D1)*

*“Eu não consigo diagnosticar a maior dificuldade, mas a gente consegue mapear aí uma série de dificuldades, que vai desde a recessão (econômica) atual até os nossos limites, vamos dizer assim, nem diria falha, limites que a gente ainda apresenta como instituição profissional.” (D2)*

*“Se houver um bom crescimento econômico do país, vai ter muito emprego, vai surgir.” (D3)*

Feita a apresentação dos resultados obtidos, o Capítulo 5 traz as considerações finais deste trabalho.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse tópico é apresentado o produto resultante dessa dissertação bem como a conclusão do trabalho. Por se tratar de um Mestrado Profissional, exige-se a aplicabilidade do estudo na forma de produto a ser entregue à organização em questão.

### 5.1 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Pelos resultados obtidos por meio do questionário e das entrevistas, diagnosticou-se que o Ifes Campus Guarapari não realiza monitoramento de seus egressos e que é baixa a inserção desses profissionais no mercado de trabalho local. Tais fatos constituem um problema. Assim, apresenta-se nesse estudo um plano de ação que contribua para a solução ou que, pelo menos, atenuie esse problema.

Nesse sentido, uma das ferramentas administrativas que uma organização pode utilizar para resolução de problemas é a ferramenta 5W2H que, de acordo com Machado Junior e Pinheiro (2016), tem por propósito clarificar os objetivos e as responsabilidades de cada atividade que compõe uma determinada ação.

No Inglês, os 5W representam as seguintes palavras e respectivas traduções: What (o quê?); Who (quem?); Where (onde?); When (quando?); e Why (por quê?). Da mesma maneira, os 2H são: How (como?); e How much (quanto custa?).

O Quadro 4 traz a proposta de intervenção a ser implantada pelo Ifes Campus Guarapari como produto técnico resultante dessa dissertação utilizando a ferramenta 5W2H como plano de ação.

Importante destacar que não se pretende com essa proposta esgotar as possibilidades de solução do problema ora detectado nem que tal sugestão possua a plenitude de solvência em si. No entanto, acredita-se ser esse um caminho em que a organização possa seguir e que, espera-se, traga resultados mais eficazes quanto à inserção de egressos de cursos técnicos no mercado de trabalho local. Outro ponto que se apresenta é que essa ferramenta pode atuar de maneira conjunta com o projeto Observatório de Egressos do Ifes, iniciado pela instituição em 2016.

Quadro 4 - Proposta de intervenção ao Ifes Campus Guarapari - Plano de Ação – Ferramenta 5W2H

(continua)

<b>What (o quê)?</b>	<b>Why (por quê)?</b>	<b>Who (quem)?</b>	<b>How (como)?</b>	<b>How much (quanto)?</b>	<b>When (quando)?</b>	<b>Where (onde)?</b>
Criar um Portal de Egressos.	Conhecer a trajetória de vida dos egressos; Facilitação da comunicação com os egressos; Monitoramento de egressos; Interação permanente entre Ifes e ex-alunos.	Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) do Ifes Campus Guarapari.	A CTI irá definir a melhor maneira de implementação.	Não há um custo diretamente estabelecido.	Imediatamente.	No site do Ifes Campus Guarapari.
Divulgar o Portal de Egressos.	Para que os egressos e os atuais alunos tenham conhecimento dessa plataforma.	Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DPPGE) do Ifes Campus Guarapari.	Por meio de divulgação no site do Ifes Campus Guarapari, em suas redes sociais, através de envio de e-mail e nos perfis em redes sociais dos egressos e divulgação em salas de aula.	Não há um custo diretamente estabelecido.	Imediatamente após a criação do Portal de Egressos. Posteriormente, a cada 6 meses.	No site do Ifes Campus Guarapari, em suas redes sociais, por e-mail e em salas de aula.

Quadro 4 - Proposta de intervenção ao Ifes Campus Guarapari - Plano de Ação – Ferramenta 5W2H

(continuação)

<b>What (o quê)?</b>	<b>Why (por quê)?</b>	<b>Who (quem)?</b>	<b>How (como)?</b>	<b>How much (quanto)?</b>	<b>When (quando)?</b>	<b>Where (onde)?</b>
Realizar eventos no Campus (feiras, seminários, workshops) reunindo empresas locais, egressos e Poder Público.	Estreitamento de relações com o empresariado local e o Poder Público; Estabelecimento de parcerias; Intermediação para inserção profissional de egressos.	DPPGE do Ifes Campus Guarapari.	A DPPGE é livre para estabelecer a melhor maneira de realização. No entanto, sugere-se que o foco dos eventos seja a inserção profissional de egressos no mercado de trabalho local.	Não se pode precisar o quanto será gasto, mas imagina-se necessário o dispêndio com propaganda (banners e cartazes) e com outros materiais e serviços inerentes.	Uma vez durante os 6 primeiros meses de implantação da ferramenta. Após o primeiro semestre, realizar 1 vez a cada 3 meses.	No auditório do Ifes Campus Guarapari.
Visitar as empresas locais.	Manter um diálogo próximo com o empresariado; Conhecer as demandas profissionais dos arranjos produtivos locais; Apresentar o processo de qualificação realizado no Ifes de Guarapari.	Comissão de servidores nomeada pelo Diretor Geral do Ifes Campus Guarapari e alunos regularmente matriculados nessa instituição.	Agendamento de visitas nas empresas locais; Produção de relatórios dos resultados obtidos nas visitas.	Não se pode precisar o quanto será gasto, mas imagina-se necessário o dispêndio com transporte de servidores e telefonia.	Uma vez por semana durante os 6 primeiros meses de implantação da ferramenta. Após o primeiro semestre, realizar 1 vez por mês.	Nas empresas locais.

Quadro 4 - Proposta de intervenção ao Ifes Campus Guarapari - Plano de Ação – Ferramenta 5W2H

(continuação)

<b>What (o quê)?</b>	<b>Why (por quê)?</b>	<b>Who (quem)?</b>	<b>How (como)?</b>	<b>How much (quanto)?</b>	<b>When (quando)?</b>	<b>Where (onde)?</b>
Mapear vagas de trabalho.	Saber onde existem vagas de trabalho disponíveis.	Coordenadoria Geral de Extensão do Ifes Campus Guarapari.	Através de consulta: aos relatórios produzidos pela Comissão responsável por visitar as empresas locais; aos órgãos responsáveis por intermediação de mão de obra; à imprensa; a editais de concursos públicos e processos seletivos.	Não há um custo diretamente estabelecido.	Permanentemente.	Na Coordenadoria Geral de Extensão do Ifes Campus Guarapari.

Quadro 4 - Proposta de intervenção ao Ifes Campus Guarapari - Plano de Ação – Ferramenta 5W2H

(continuação)

What (o quê)?	Why (por quê)?	Who (quem)?	How (como)?	How much (quanto)?	When (quando)?	Where (onde)?
Divulgar vagas de trabalho aos egressos.	Facilitar a inserção profissional dos egressos; Atuação de suporte aos egressos.	Coordenadoria Geral de Extensão do Ifes Campus Guarapari.	Priorização de divulgação de vagas em ordem local, regional e nacional, através: do Portal de Egressos; das Redes Sociais do Ifes Campus Guarapari; nos murais das dependências do Ifes Campus Guarapari; de e-mail enviado aos egressos.	Não há um custo diretamente estabelecido.	Permanentemente.	Portal de Egressos, Redes Sociais, Murais do Ifes Campus Guarapari e e-mail dos egressos.
Reunir-se com o Poder Público Municipal e Estadual.	Estabelecimento de políticas de geração de trabalho e emprego; Estreitamento de relações; Criação de parcerias.	Diretor Geral do Ifes Campus Guarapari.	Proposta de políticas públicas que venham a facilitar a inserção do egresso do Ifes Campus Guarapari no mercado de trabalho local.	Não se pode precisar o quanto será gasto, mas imagina-se o necessário o dispêndio com transporte de servidores e telefonia.	Imediatamente.	Na Prefeitura Municipal de Guarapari e no Governo do Estado do Espírito Santo.

Quadro 4 - Proposta de intervenção ao Ifes Campus Guarapari - Plano de Ação – Ferramenta 5W2H

(conclusão)

<b>What (o quê)?</b>	<b>Why (por quê)?</b>	<b>Who (quem)?</b>	<b>How (como)?</b>	<b>How much (quanto)?</b>	<b>When (quando)?</b>	<b>Where (onde)?</b>
Realizar Pesquisa de Acompanhamento de Egressos.	Verificar se os objetivos esperados estão sendo alcançados; Verificar a necessidade de ações corretivas em suas políticas de atuação, bem como em seus processos pedagógicos.	DPPGE do Ifes Campus Guarapari.	Através de instrumento de avaliação de egressos que contemple principalmente situação ocupacional, verticalização de estudos e inserção ou não no mercado de trabalho local.	Não se pode precisar o quanto será gasto, mas imagina-se necessário o dispêndio com serviços de telefonia.	Uma vez por semestre.	Na DPPGE do Ifes Campus Guarapari.

Fonte: Elaborado pelo autor.

## 5.2 CONCLUSÃO

Pode-se concluir a partir dos resultados alcançados que é baixa a inserção no mercado de trabalho local dos egressos de cursos técnicos de nível médio do Ifes Campus Guarapari. Um dos fatores que contribuem para esse resultado é a falta de oportunidades laborais na sua área de formação em Guarapari-ES. Egressos formados no curso Técnico em Eletrotécnica possuem taxas ainda menores de inserção profissional do que os formados no curso Técnico em Administração.

Assim, acredita-se que uma alternativa para os egressos conseguirem trabalho seria empreenderem o seu próprio negócio, visto que a estabilidade de um emprego por toda a vida em uma organização é cada vez mais rara no mundo atual, mesmo para os profissionais mais qualificados.

Como apontado pelos egressos, verificou-se que o Ifes não lhes oferece um suporte consolidado a fim de ajudá-los a conseguir uma colocação no mercado de trabalho. Constatou-se também que a Instituição não possui a cultura de acompanhar a trajetória de vida de seus ex-alunos, pois não realiza monitoramento deles, bem como de não realizar eventos no Campus que envolvam egressos, Empresariado Local e Poder Público Municipal.

Embora não tenha sido o foco deste trabalho, detectou-se que o Ifes Campus Guarapari não atende aos percentuais mínimos de matrículas em cursos voltados para a Formação de Professores e Proeja, conforme estabelecido pela Lei de criação dos Institutos Federais. Uma lei representa a vontade de um povo. Logo, se a Instituição não cumpre o que lhe é dever, está desconsiderando o desejo da sociedade, que lhe financia.

O estudo permitiu observar que o Ifes Campus Guarapari oferece um ensino de qualidade à população, que contribui para a sua formação humana, indo além da mera preparação para o trabalho. Porém, basicamente, a atuação do Ifes se restringe somente a essa atividade de ensino. O Instituto Federal foi criado para ir além, portanto, a instituição deve rever suas ações nesse sentido.

Destaque-se que um percentual considerável de egressos deu continuidade aos seus estudos, principalmente no nível superior de educação. Iniciativa louvável e que demonstra o interesse desses profissionais por continuarem buscando se qualificar.

Percebeu-se que a economia do município de Guarapari-ES se concentra, majoritariamente, nas atividades de comércio e serviços, além da administração pública, e que, em geral, demanda profissionais com pouca escolaridade para a ocupação dos postos de trabalho disponíveis. As oportunidades laborais se tornam, assim, mais escassas para profissionais técnicos.

No entanto, pode-se constatar que Guarapari possui grande potencial para atividades econômicas relacionadas ao setor de Turismo. Paradoxalmente, contudo, o Ifes Campus Guarapari não oferece nenhum curso específico relacionado a essa área, como o de Técnico em Guia de Turismo, por exemplo. Acredita-se que deva haver por parte da Instituição uma maior atenção quanto a essa decisão de não oferta, pois a legislação dos Institutos Federais é muito clara quanto à necessidade de se oferecer cursos que atendam de fato aos Arranjos Produtivos Locais. Pois se assim não o fizer, estará contribuindo para a baixa inserção no mercado de trabalho local de seus egressos e tornará sua presença na sociedade pouco eficiente com relação à sua contribuição para o desenvolvimento socioeconômico local.

A presente dissertação, naturalmente, possui limitações. Entretanto, parece haver uma real dificuldade de inserção no mercado de trabalho dos egressos de cursos técnicos dos Institutos Federais localizados em municípios com economias emergentes. Sugerem-se maiores estudos que contemplem a gestão dessas Instituições sob a ótica da avaliação de suas ações na sociedade ao seu redor, especialmente com foco nos seus egressos, na verificação da sintonia dos cursos ofertados com a realidade dos arranjos produtivos locais e na real contribuição para o desenvolvimento socioeconômico local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Deborah Teixeira; FREITAS JUNIOR, Dionysio Borges de. In: XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, Mar del Plata – Argentina, 2017. **Anais...** Pesquisa sobre a situação profissional dos egressos dos cursos de tecnologia e licenciatura do IFSP Campus Caraguatatuba, 2017. Disponível em:

<[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181166/101\\_00157.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181166/101_00157.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 21 jan. 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. Disponível em:

<<http://www.puro.uff.br/sites/default/files/user52/caracol%20e%20a%20concha%20ricardo%20antunes.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2018.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon. Escolas técnicas federais: escolas de elite ou instituições que formam para o trabalho?. **RETTA**, v. I, n. 1, p. 125-141, jan./jun 2010. Disponível em:

<<http://ufrj.br/SEER/index.php?journal=retta&page=article&op=view&path%5B%5D=3131&path%5B%5D=1795>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2009.

BARRETO, M. P. A Rede Federal de Educação e sua expansão no Rio Grande do Norte: uma análise do Campus do IFRN na cidade de João Câmara/RN. **HOLOS**, ano 30, v. 4, 2014. Disponível em: <[http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1261/pdf\\_78](http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1261/pdf_78)>. Acesso em: 07 jul. 2017.

BITENCOURT, Fernando Dilmar. **A educação profissional técnica de nível médio e o desenvolvimento local/regional**: um estudo sobre a inserção da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio na microrregião do extremo sul catarinense. 2009. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 28 out. 2017.

BRASIL. Decreto 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Diário Oficial**. Rio de Janeiro, 26 de setembro de 1909. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 09 dez. 2018.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 dez. 2008. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 17 mar. 2018.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 28 out. 2017.

CASAGRANDE, Elisabeth do Carmo Mendes; HENRIQUES, Francelino Alves. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE QUÍMICA (XVI ENEQ) E X ENCONTRO DE EDUCAÇÃO QUÍMICA DA BAHIA (X EDUQUI), Salvador, 2012. **Avaliação socioeconômica e a inserção no mercado de trabalho dos alunos egressos curso técnico em química do IFSUDESTEMG - Campus Barbacena**, 2012. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/anaiseneq2012/article/view/7424>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

CEFET-GO, Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás. Observatório do Mundo do Trabalho e da Educação Profissional e Tecnológica. **Projeto de acompanhamento de estudantes e de egressos**, Goiânia, 2008. Disponível em: <[https://www.ifg.edu.br/attachments/article/488/projeto\\_acompanhamento\\_egressos.pdf](https://www.ifg.edu.br/attachments/article/488/projeto_acompanhamento_egressos.pdf)>. Acesso em: 04 out. 2018.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições**. 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2012. cap. 3, p. 83-106.

CIAVATTA, Maria. Universidades tecnológicas: horizonte dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETS)? In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. cap. 9, p. 159-174.

CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; CORNACHIONE JUNIOR, Edgard Bruno; MARTINS, Gilberto de Andrade. Doutores em Ciências Contábeis: análise sob a óptica da Teoria do Capital Humano. **RAC**, Curitiba, v. 14, n. 3, art. 8, p. 532-557, mai./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rac/v14n3/v14n3a09.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufactureiros no Brasil escravocrata**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DAZZANI, Maria Virgínia Machado; LORDELO, José Albertino Carvalho. A importância dos estudos com egressos na avaliação de programas. In: \_\_\_\_\_ **Estudos com estudantes egressos**: concepções e possibilidades metodológicas na avaliação de programas. Salvador: EDUFBA, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6214/1/Estudo%20com%20egressos.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

DEITOS, Roberto Antonio; LARA, Angela Mara de Barros. Educação profissional no Brasil: motivos socioeconômicos e ideológicos da política educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, jan./mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0165.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

DELUIZ, Neise et al.. **Metodologias e resultados do acompanhamento de egressos da educação profissional**. Texto apresentado no Seminário Nacional de Educação Profissional. Brasília, jun./2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf1/gt13.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2017.

DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. cap. IV, p. 65-88.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016. Livro 4 – **Qualificação profissional e aprendizagem**, São Paulo, 2017. Disponível em: <[https://www.dieese.org.br/anuario/2017/Livro4\\_QualificacaoProfissionalAprendizagem.html](https://www.dieese.org.br/anuario/2017/Livro4_QualificacaoProfissionalAprendizagem.html)>. Acesso em: 21 mar. 2018.

FERREIRA, Danilo José; RAITZ, Tania Regina; VANZUITA, Alexandre. As trajetórias dos egressos do ensino médio integrado em agropecuária: rumo ao trabalho ou ensino superior? **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 54-75, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.bts.senac.br/index.php/bts/article/view/370/351>>. Acesso em: 21 jan. 2018.

FINI, Roberto; SOUZA, Herbert Glauco de. A escolaridade como causa e como efeito do desenvolvimento. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 15-25, set./dez. 2012. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/login?source=%2Findex.php%2Ftrabedu%2Farticle%2FviewFile%2F7337%2F5694>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. cap. 1, p. 25-41.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria, e; RAMOS, Marise; Vocational education and development. In. UNESCO. **International handbook of education for changing world of work**. Bom, Germany, UNIVOC, 2009. p. 1307-1319. - Coletânea organizada pelo Centro Internacional de Educação Técnica e Profissional, com o patrocínio da UNESCO. Berlim, 2005. Disponível em: <[http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392219264\\_Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20e%20Desenvolvimento.pdf](http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392219264_Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20e%20Desenvolvimento.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: \_\_\_\_\_. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. cap. 1, p. 25-54.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (Orgs.). **Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007. cap. 9, p. 180-216.

GATTI, Bernadete A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2012.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. cap. 3, p. 76-99.

GOUVEIA, Fernanda Paixão de Souza. A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Espaço e Economia**, 9, ano V, n. 9, 2016. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2434>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. cap. 17, p. 271-284.

GRINSPUN, Mírian Paura Sabrosa Zippin. Educação tecnológica. In: \_\_\_\_\_. **Educação tecnológica: desafios e perspectivas**. 2. ed. - São Paulo: Cortez, 2001. cap. 1, p. 25-73.

GUARAPARI: destino para todas as idades. **A Gazeta Online**, Vitória, 16 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/especiais/projetos/2018/02/guarapari-e-redescoberta-como-cidade-saude-1014119303.html>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**: Guarapari. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/guarapari/panorama>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Mensal de Comércio – Janeiro de 2018. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio\\_e\\_Servicos/Pesquisa\\_Mensal\\_de\\_Comercio/Fasciculo\\_Indicadores\\_IBGE/pmc\\_201801caderno.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Comercio_e_Servicos/Pesquisa_Mensal_de_Comercio/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pmc_201801caderno.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores IBGE**: Pesquisa Mensal de Serviços – Janeiro de 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms\\_2018\\_jan.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2018_jan.pdf)>. Acesso em: 27 mar. 2018.

IFES, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Guarapari. **Coordenadoria de Contabilidade (CCO)**, Guarapari, 2017.

IFES, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Guarapari. Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão. **Resultado parcial da pesquisa de egressos – Campus Guarapari**, DPPGE - IFES Campus Guarapari. Acesso em: 27 set. 2017.

IFES, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – Campus Guarapari. **Ifes Campus Guarapari**. Disponível em: <<http://guarapari.ifes.edu.br/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

IFES, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. **Mapa estratégico do Instituto Federal do Espírito Santo 2014 – 2018**. Disponível em: <[http://st.ifes.edu.br/arquivos/planejamento-estrategico/2014/mapa\\_final.pdf](http://st.ifes.edu.br/arquivos/planejamento-estrategico/2014/mapa_final.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2018.

IFES, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. **Observatório de egressos**. Disponível em: <<http://prodi.ifes.edu.br/component/content/article/2-uncategorised/16279>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

IFES, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. **Regimento interno dos Campi do Ifes**, Vitória, 2016. Disponível em: <[https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/documentos\\_institucionais/regimento-interno-campi-ifes-2016.pdf](https://www.ifes.edu.br/images/stories/files/documentos_institucionais/regimento-interno-campi-ifes-2016.pdf)>. Acesso em: 14 dez. 2017.

IFES, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. **Relatório de Gestão – Campus Guarapari – Exercício de 2016**, Guarapari, 2017. Disponível em: <[http://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios\\_gestao/Relat%C3%B3rio\\_de\\_Gest%C3%A3o\\_dos\\_campi\\_-\\_2016/Relat%C3%B3rio\\_de\\_Gest%C3%A3o\\_2016\\_-\\_Campus\\_Guarapari.pdf](http://prodi.ifes.edu.br/images/stories/Prodi/Relatorios_gestao/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_dos_campi_-_2016/Relat%C3%B3rio_de_Gest%C3%A3o_2016_-_Campus_Guarapari.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2018.

INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar 2016** – Notas estatísticas. Brasília-DF, 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2017-pdf/59931-app-censo-escolar-da-educacao-basica-2016-pdf-1/file>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Secretaria de Estado de Economia e Planejamento do Espírito Santo. **Divisão regional do Espírito Santo – microrregiões de planejamento**. Disponível em: <<http://www.ijns.es.gov.br/mapas/>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, E. R. S; SILVA, F. N.; SILVA, L. L. S.. Educação profissional para os jovens nas políticas educacionais da 1ª década do século XXI. **HOLOS**, Ano 31, v. 4, 2015. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/3185/1131>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

LINO, Fernanda da Silva; SCHÖNINGER, Raquel Regina Zmorzenski Valduga; SARTORI, Ademilde Silveira. A técnica do grupo focal em pesquisa sobre educomunicação: construindo ecossistemas comunicativos. **Temática**, Ano XIV, n. 4, Abril/2018. NAMID/UFPB. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica/article/view/39310/19889>>. Acesso em: 16 jun. 2018.

MACHADO, Antônio de Souza. **Acompanhamento de egressos: caso CEFET-PR – Unidade de Curitiba**. 2001. 154 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/81600>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MACHADO, Geraldo Ribas. **Perfil do egresso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. 2010. 338 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/24186/000744974.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

MACHADO, Lucília. Ensino médio e técnico com currículos integrados: propostas de ação didática para uma relação não fantasiosa. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. cap. 4, p. 80-95.

MACHADO JUNIOR, Juarez; PINHEIRO, Thiago Henrique. Ferramentas para gestão de processos. **Introdução à gestão de processos**. Escola Nacional de Administração Pública – Enap. Brasília, 2016. Disponível em: <[http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2900/1/M%C3%B3dulo\\_4\\_-\\_Ferramentas\\_para\\_Gest%C3%A3o\\_de\\_Processos%5b1%5d.pdf](http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2900/1/M%C3%B3dulo_4_-_Ferramentas_para_Gest%C3%A3o_de_Processos%5b1%5d.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2018. módulo 4, p. 5-9.

MANFREDI, Sílvia Maria. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MEC, Ministério da Educação. Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica. **Pesquisa nacional de egressos dos cursos técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**, 2009. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6696-relatoriopesquisa-redefederal&Itemid=30192)>. Acesso em: 26 set. 2017.

MEC, Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MEC, Ministério Da Educação. **Linha do Tempo – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Disponível em: <[http://redefederal.mec.gov.br/images/pdf/linha\\_tempo\\_11042016.pdf](http://redefederal.mec.gov.br/images/pdf/linha_tempo_11042016.pdf)>. Acesso em: 17 mar. 2018.

MEC, Ministério da Educação. **Perguntas e respostas sobre Proeja**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=10656-perguntaserespostas-proeja&category\\_slug=abril-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10656-perguntaserespostas-proeja&category_slug=abril-2012-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 07 abr. 2018.

MEC, Ministério da Educação. **Perguntas frequentes**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/perguntas-frequentes1>>. Acesso em: 17 mar. 2018.

MEC, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II – “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/apresentacaocriteriofase2.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

MORAES, Márcia Amaral Corrêa de; AMARAL, Josiane Carolina Ramos do; ESCOTT, Clarice Monteiro. In: IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, João Pessoa, 2012. **Anais eletrônicos...** A ciência da comunidade em relação ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia como possibilidade de formação: um estudo exploratório no Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.50.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.50.pdf)>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MORESCHI, Rafael Klein; FILIPPIM, Eliane Salete. In: XVI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA – CIGU, Arequipa, Perú, 2016. **Anais...** Os Institutos Federais e a política pública de educação profissional no Brasil. 2016. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171011/OK%20-%20101\\_00434.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171011/OK%20-%20101_00434.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 21 jan. 2018.

MOURA, Dante Henrique. Ensino médio e educação profissional: dualidade histórica e possibilidades de integração. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo**: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. cap. 3, p. 58-79.

MTb, Ministério do Trabalho. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged). **Perfil do Município.** Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_perfil\\_municipio/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php)>. Acesso em: 26 mar. 2018.

MTb, Ministério do Trabalho. Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER). **Dados por Município.** Disponível em: <[http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_isper/index.php](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_isper/index.php)>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MTb, Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS Brasil 2016.** Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MTb, Ministério do Trabalho. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS Espírito Santo 2016, 2017.** Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/rais?view=default>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

MTur, Ministério do Turismo. Portaria 105, de 16 de maio de 2013. Institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 mai. 2013. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=93>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

MTur, Ministério do Turismo. Portaria 119, de 8 de abril de 2016. Dá nova redação aos arts. 1º; 3º, § 2º; 4º, inciso III; e 5º, incisos II e III, da Portaria GM/MTur nº 105, de 16 de maio de 2013, que institui o Programa de Regionalização do Turismo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 abr. 2016. Seção 1, n. 68. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=1020>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

MTur, Ministério do Turismo. Portaria 144, de 27 de agosto de 2015. Estabelece a categorização dos municípios pertencentes às regiões turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro, definido por meio da Portaria MTur nº 313, de 3 de dezembro de 2013, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jan. 2002. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao/?p=822>>. Acesso em: 17 abr. 2018.

MTur, Ministério do Turismo. **Verão irá gerar mais de 73 milhões de viagens no país**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/7348-ver%C3%A3o-ir%C3%A1-gerar-mais-de-73-milh%C3%B5es-de-viagens-no-pa%C3%ADs.html>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

NOGUEIRA, Silvia Cristina Conde et al. In: III COLÓQUIO NACIONAL - EIXO TEMÁTICO I – POLÍTICAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, Natal-RN, 2017. **Anais...** Os Institutos Federais em três dimensões de análise, 2015. Disponível em: <<https://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/01/Artigo-20.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2017.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **RETTA**, v. 1, n. 1, p.89-108, jan./jun. 2010. Disponível em: <<https://mapadatese.files.wordpress.com/2013/02/criac3a7c3a3o-e-implantac3a7c3a3o-dos-institutos-federais-cc3a9lia-otrant.pdf>>. Acesso em: 06 out. 2017.

PACHECO, Eliezer. Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. In: \_\_\_\_\_. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. cap. 1, p. 13-32.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 17. ed. Campinas: Papirus, 2012.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. O trabalho monográfico como iniciação à pesquisa científica. In: CARVALHO, Maria Cecília Maringoni de (Org.). **Construindo o saber: metodologia científica – fundamentos e técnicas**. 22. ed. Campinas: Papirus, 2010. cap. V, p. 185-214.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro**. 2. ed. Porto: Ambar, 2005.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. cap. III, p. 49-64.

PAUL, Jean-Jacques. Acompanhamento de egressos no ensino superior: experiência brasileira e internacional. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 309-326, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v28n74/0103-4979-ccrh-28-74-0309.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

PEIXOTO FILHO, José Pereira; SILVA, Cleverson Ramon Carvalho. Inter-relações entre trabalho, educação profissional e desenvolvimento. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 71-85, set./dez. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/login?source=%2Findex.php%2Ftrabedu%2Farticle%2Fview%2F7733>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A rede federal de educação tecnológica e o desenvolvimento local**. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2003.

PEREIRA, Paulo César. O CONCEFET frente ao atual momento da educação profissional e tecnológica. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre: Artmed, 2010. cap. 14, p. 230-243.

PLATAFORMA NILO PEÇANHA. **Gastos diretos**. Disponível em: <<https://www.plataformanilopecanha.org/>>. Acesso em: 21 mar. 2018.

POCHMANN, Marcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

POCHMANN, Marcio. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RAMOS, Marise Nogueira. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RAMOS, Marise. Ensino médio integrado: ciência, trabalho e cultura na relação entre educação profissional e educação básica. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação**

**profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo:** desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010. cap. 2, p. 42-57.

ROCHA, Belchior de Oliveira et al.. Egressos do CEFET/RN: avaliação da formação, inserção no mundo do trabalho e perspectiva de requalificação. **Revista Holos**, Natal/RN, v. 03, 2005. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/80/85>>. Acesso em: 28 out. 2017.

ROCHA, Sonia. A inserção dos jovens no mercado de trabalho. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 533-550, set./dez. 2008. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18987/12344>>. Acesso em: 04 out. 2017.

SAMPAIO, Marcus Vinicius Duarte. **Educação profissional:** a expansão recente do IFRN e a absorção local dos egressos no mercado de trabalho. 2013. 183 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SAMPAIO, Marcus Vinicius Duarte et al. In: VIII CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO – CONNEPI, Salvador, 2013. **Empregabilidade e perfil da inserção de egressos do IFRN no mercado de trabalho**, 2013. Disponível em: <<http://portal.ifrn.edu.br/pesquisa/egressos/artigo-apresentado-no-viii-connepi-pesquisa-piloto-de-acompanhamento-de-egressos-2012>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2018.

SCHWARTZMAN, Simon; CASTRO, Claudio de Moura. Ensino, formação profissional e a questão da mão de obra. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 80, p. 563-624, jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v21n80/a10v21n80.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

SETEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação. **Políticas públicas para a educação profissional e tecnológica – Proposta em discussão**. Brasília, 2014. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p\\_publicas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_publicas.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2017.

SETUR-ES, Secretaria de Estado de Turismo do Espírito Santo. **Galeria de fotos – Região Metropolitana.** Disponível em: <<https://setur.es.gov.br/regiao-metropolitana>>. Acesso em: 10 abr 2018.

SILVA, Arthur Rezende; TERRA, Denise Cunha Tavares. In: 1º SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO, Curitiba, 2013. **A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional**, 2013. Disponível em: <[http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur\\_Rezende.pdf](http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur_Rezende.pdf)>. Acesso em: 26 fev. 2018.

SIMÕES, Carlos Artexes. Educação técnica e escolarização de jovens trabalhadores. In: MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades.** Porto Alegre: Artmed, 2010. cap. 5, p. 96-119.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; COSTA E SILVA, Silvia Helena dos Santos. Institutos Federais: expansão, perspectivas e desafios. **RECEI**, Mossoró-RN, v. 2, n. 5, jul. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/RECEI/article/viewFile/1949/1048>>. Acesso em: 03 out. 2017.

SPARTA, Mônica; GOMES, William B. Importância atribuída ao ingresso na educação superior por alunos do ensino médio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 6 n. 2, p. 45-53, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v6n2/v6n2a05.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

TCU, Tribunal de Contas da União. **Relatório de auditoria:** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/MEC, Brasília, 2013. Disponível em: <<http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D92792C014D9284798D3A3D>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

TONIAL, Sonia Maria. **A trajetória profissional dos alunos egressos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul Campus Sertão.** 2010. 52 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2010.

UFES, Universidade Federal do Espírito Santo. **Pesquisa da Ufes comprova efeitos benéficos das areias monazíticas de Guarapari**, 2017. Disponível em: <<http://www.ufes.br/conteudo/pesquisa-da-ufes-comprova-efeitos-ben%C3%A9ficos-das-areias-monaz%C3%ADticas-de-guarapari>>. Acesso em: 22 mar. 2018.

VIEIRA, Crislene Leal da Silva. **Os egressos do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais – Campus Januária e sua inserção no arranjo produtivo local de fruticultura**. 2011. 137 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

VIEIRA, Maria da Solidade Oliveira Cesario; GOMES, Danilo Cortez; SILVA, Joselly Medeiros Tavares. O papel do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRN) para a qualificação e empregabilidade: um estudo dos egressos do curso de informática do IFRN em Currais Novos/RN. **HOLOS**, Ano 27, v. I, 2011. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/514/425>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO AO EGRESSO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - UFES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA - PPGGP**  
**Mestrado Profissional em Gestão Pública**

Prezado(a) egresso(a) de curso técnico do Ifes Campus Guarapari,

É com muita honra que me dirijo a você. Sou aluno do curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES e também servidor do Ifes Campus Guarapari, onde ocupo o cargo de Administrador.

Estou fazendo uma pesquisa para a minha dissertação de mestrado cujo tema é a inserção dos egressos de cursos técnicos do Ifes Campus Guarapari no mercado de trabalho local e para que eu consiga realizar este trabalho, a sua participação é fundamental, pois você, egresso (a), é a pessoa mais apropriada para nos fornecer esse tipo de informação. Posso contar com você?

É bem simples. Basta responder a esse questionário. Não é muito longo. E pode ter certeza de que os resultados obtidos serão analisados a fim de buscarmos sempre melhorar as ações do Ifes perante à sociedade. Fique tranquilo (a), pois será guardado sigilo sobre a sua identidade e as informações prestadas.

Desde já, agradeço imensamente a atenção dispensada. Muito obrigado!

Vamos começar?

Atenciosamente,

José Roberto Abreu de Carvalho Junior

Aluno do Curso de Mestrado Profissional em Gestão Pública da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

APÊNDICE B – MODELO DE QUESTIONÁRIO APLICADO AOS EGRESSOS DE CURSOS TÉCNICOS DO IFES CAMPUS GUARAPARI

1 - Qual o seu sexo?

( ) Masculino            ( ) Feminino

2 - Qual a sua idade?

( ) Entre 18 e 24 anos

( ) Entre 25 e 29 anos

( ) Entre 30 e 39 anos

( ) Entre 40 e 49 anos

( ) Entre 50 e 64 anos

( ) Acima de 65 anos

3 - Em qual curso técnico você se formou no Ifes de Guarapari?

( ) Administração            ( ) Eletrotécnica

4 - Qual foi a modalidade do seu curso?

( ) Concomitante            ( ) Integrado

5 - Em que ano e semestre você se formou?

( ) 2011/1    ( ) 2011/2    ( ) 2012/1    ( ) 2012/2    ( ) 2013/1

( ) 2013/2    ( ) 2014/1    ( ) 2014/2    ( ) 2015/1    ( ) 2015/2

( ) 2016/1    ( ) 2016/2    ( ) 2017/1

6 - Em qual Município e Estado você reside atualmente?

- Guarapari-ES     Anchieta-ES     Alfredo Chaves-ES  
 Piúma-ES         Iconha-ES         Vila Velha-ES  
 Vitória-ES         Serra-ES          Cariacica-ES  
 Outro: \_\_\_\_\_

7 - Em qual município e Estado você residia quando se formou no curso técnico do Ifes?

- Guarapari-ES     Anchieta-ES     Alfredo Chaves-ES  
 Piúma-ES         Iconha-ES         Vila Velha-ES  
 Vitória-ES         Serra-ES          Cariacica-ES  
 Outro: \_\_\_\_\_

8 – Você mudou de residência depois que se formou no Ifes de Guarapari?

- Sim         Não

9 – Caso você tenha mudado de município de residência depois que se formou, qual foi o motivo da mudança?

- Trabalho     Estudos     Trabalho e Estudos  
 Família      Não me mudei     Outro: \_\_\_\_\_

10 - Atualmente, você está:

- Trabalhando     Estudando     Trabalhando e Estudando  
 Sem ocupação

11 - Se você está trabalhando, você:

- Trabalho com carteira assinada
- Trabalho sem carteira assinada
- Sou dono(a) do meu próprio negócio
- Sou concursado(a) no serviço público
- Sou estagiário(a)
- Não estou trabalhando
- Outro: \_\_\_\_\_

12 – O seu trabalho é como profissional técnico de nível médio da sua área de formação do Ifes?

- Sim, meu trabalho é como técnico e atuo totalmente na minha área de formação.
- Meu trabalho não é como técnico, mas atuo parcialmente na minha área de formação
- Não, meu trabalho não é como técnico e não atuo na minha área de formação
- Não estou trabalhando

13 - A remuneração bruta mensal do seu trabalho é:

- Menor que R\$ 954,00
- Exatamente R\$ 954,00
- Maior que R\$ 954,00 e menor do que R\$ 1.431,00
- Maior que R\$ 1.431,00 e menor do que R\$ 1.908,00
- Maior que R\$ 1.908,00 e menor do que R\$ 2.862,00
- Maior que R\$ 2.862,00 e menor do que R\$ 3.816,00
- Maior que R\$ 3.816,00 e menor do que R\$ 4.770,00

Maior que R\$ 4.770,00

Não estou trabalhando

14 - Em qual município e estado se localiza o seu trabalho?

Guarapari-ES     Anchieta-ES     Alfredo Chaves-ES

Piúma-ES     Iconha-ES     Vila Velha-ES

Vitória-ES     Serra-ES     Cariacica-ES

Não estou trabalhando

Outro: \_\_\_\_\_

15 - Como você conseguiu o seu trabalho?

Através da indicação de um amigo/parente/conhecido

Através de processo seletivo

Por concurso público

Por conta própria

Pelo SINE – Sistema Nacional de Emprego

Não estou trabalhando

Outro: \_\_\_\_\_

16 - Você acredita que sem o curso técnico, você teria conseguido o seu emprego?

Não, o curso técnico foi determinante para eu conseguir o meu trabalho

Não

Sim

Sim, pois o curso técnico não foi determinante para eu conseguir o meu trabalho

Não sei dizer

Não estou trabalhando

17 - Quando você começou o curso técnico no Ifes, você já havia tido alguma experiência profissional anterior?

Sim       Não

18 - Qual foi o principal motivo que o levou a fazer um curso técnico no Ifes?

Para conseguir um emprego

Como preparação para ingresso no ensino superior

Para atualizar meus conhecimentos

Para conseguir uma promoção na empresa em que trabalhava/trabalho

Pelo título

Outro: \_\_\_\_\_

19 - Depois que você se formou, você procurou emprego como técnico de nível médio da sua área de formação em Guarapari-ES?

Sim       Não

20 - Como você considera a oferta de vagas aos profissionais técnicos da sua área no mercado de trabalho de Guarapari-ES?

Não existem vagas de trabalho

Existem poucas vagas de trabalho

Existem muitas vagas de trabalho

Não sei dizer

21 - Você gostaria de trabalhar ou continuar trabalhando como profissional técnico de nível médio em Guarapari-ES?

- Sim, com certeza
- Sim, mas apenas momentaneamente
- Não, pois não é o que eu quero
- Não, porque pretendo priorizar a continuidade dos meus estudos
- Não sei

22 - Para você, a maior dificuldade na oferta de vagas aos profissionais técnicos de nível médio da sua área de formação no mercado de trabalho em Guarapari-ES é, principalmente, porque:

- As empresas optam por contratar uma mão de obra mais barata e menos qualificada
- Não há uma política clara de geração de emprego e renda por parte do poder público municipal
- Acredito que a minha área de formação técnica não está de acordo com as características do mercado de trabalho de Guarapari-ES
- Não sei dizer
- Outro: \_\_\_\_\_

23 - Você considera que possuir experiência profissional para se conseguir um emprego como profissional técnico em Guarapari-ES:

- É essencial, sem experiência não se consegue esse emprego
- Não é essencial, mas ajuda na obtenção de emprego
- É irrelevante

Não sei dizer

24 - Você continuou seus estudos após a conclusão do curso técnico do Ifes?

Sim       Não

25 - Qual tipo de curso você realizou ou está realizando após a formação do curso técnico no Ifes?

Graduação – Bacharelado

Graduação – Licenciatura

Graduação – Tecnólogo

Outro Curso Técnico de Nível Médio

Pós-Graduação – em nível de Especialização

Pós-Graduação – em nível de Mestrado

Pós-Graduação – em nível de Doutorado

Não continuei os meus estudos

26 - A instituição na qual você está cursando esse novo curso é:

Pública       Privada       Não estou estudando

27 - Esse curso que você já realizou ou está realizando, é:

Totalmente relacionado à área do curso técnico que realizei no Ifes

Parcialmente relacionado à área do curso técnico que realizei no Ifes

Totalmente divergente à área do curso técnico que realizei no Ifes

Não estou estudando

28 – Você deu continuidade ou não aos seus estudos após se formar no Ifes, principalmente:

- ) Para conseguir um emprego de nível superior
- ) Para me manter atualizado(a)
- ) Para abrir a minha própria empresa
- ) Para conseguir uma promoção no trabalho
- ) Pelo título
- ) Não continuei os estudos porque não vi necessidade
- ) Não continuei os estudos por conta da minha condição financeira
- ) Outro: \_\_\_\_\_

29 - De uma maneira geral, como você classifica a qualidade do curso técnico que você fez no Ifes?

- ) Excelente
- ) Boa
- ) Regular
- ) Ruim
- ) Péssima

30 - Como você avalia a contribuição do Ifes à sua formação humana?

- ) Contribuiu muito
- ) Contribuiu pouco
- ) Não contribuiu em nada
- ) Não sei dizer

31 - De forma geral, como você julga a qualidade dos professores do curso técnico que você fez no Ifes?

- ) Excelentes
- ) Bons
- ) Regulares
- ) Ruins
- ) Péssimos

32 - Você considera a qualidade da infraestrutura física do Ifes (salas de aula, banheiros, biblioteca) durante o período do seu curso técnico sendo:

- ) Excelente
- ) Boa
- ) Regular
- ) Ruim
- ) Péssima

33 - Você acha que o atendimento prestado pelos setores administrativos do Ifes durante o período do seu curso técnico foi:

- ) Excelente
- ) Bom
- ) Regular
- ) Ruim
- ) Péssimo

34 - Você avalia que o quantitativo de aulas práticas que você teve durante o curso técnico no Ifes como método de simulação do mercado de trabalho foi:

- Mais do que suficiente para eu estar preparado
- Suficiente para eu estar preparado
- Insuficiente para eu estar preparado
- Não sei dizer

35 - Durante o seu curso, você acredita que o Ifes te incentivou a abrir o seu próprio negócio?

- Sim, a todo o tempo
- Sim, mas de uma maneira isolada em disciplinas específicas
- Não
- Não sei dizer

36 - Em relação ao seu curso técnico do Ifes, a quantidade de disciplinas ofertadas que estimulam o empreendedorismo no aluno é:

- Mais do que suficiente para o(a) aluno(a) desenvolver um espírito empreendedor
- Suficiente para o(a) aluno(a) desenvolver um espírito empreendedor
- Insuficiente para o(a) aluno(a) desenvolver um espírito empreendedor
- Não sei dizer

37 - Você já pensou em abrir a sua própria empresa?

- Sim       Não

38 - Como você qualifica a atuação do Ifes no suporte aos egressos visando à sua inserção no mercado de trabalho?

- Não existe qualquer suporte por parte do Ifes para o egresso conseguir um emprego

( ) Existe um suporte por parte do Ifes, mas ele é insuficiente para o egresso conseguir um emprego

( ) Existe um suporte consolidado por parte do Ifes e ele é suficiente para o egresso conseguir um emprego

( ) Não sei dizer

39 - Você acredita que a maior contribuição que o Ifes Campus Guarapari faz para a sociedade local é:

( ) O fornecimento de mão de obra qualificada para atuação no mercado de trabalho

( ) Um ensino de qualidade

( ) Uma atuação constante em projetos de extensão

( ) Acredito não haver quaisquer contribuições

( ) Não sei dizer

40 - Você acha que o Ifes de Guarapari deveria ofertar outros tipos de curso técnico?

( ) Sim, pois a realidade do mercado de trabalho de Guarapari é diferente dos cursos ofertados no Ifes

( ) Sim

( ) Não, os cursos ofertados no Ifes estão de acordo com a realidade do mercado de trabalho de Guarapari

( ) Não

( ) Não sei dizer

41 - Caso você tenha sugestões, críticas ou elogios a fazer a respeito do tema dessa pesquisa, o espaço abaixo é livre para você poder colocar os seus apontamentos:

---

## APÊNDICE C – MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADA COM OS GESTORES DO IFES CAMPUS GUARAPARI

1 - Há quanto tempo o (a) senhor (a) ocupa o cargo de gestão em que V.S<sup>a</sup> se encontra?

2 – O (a) senhor (a) tem conhecimento de como se deu a implantação da oferta dos cursos técnicos de nível médio no Campus Guarapari? Se sim, como foi?

3 - Na sua opinião, qual é a principal contribuição que o Ifes de Guarapari faz para a sociedade ao seu redor?

4 – O (a) senhor (a) possui conhecimento da atual situação ocupacional dos egressos do Ifes?

5 – O (a) senhor (a) acredita que o mercado de trabalho de Guarapari absorve os profissionais técnicos de nível médio, egressos dos cursos que o Ifes oferece em Administração e Eletrotécnica para atuarem nas suas respectivas áreas de formação?

6 - E quanto ao mercado de trabalho dos municípios vizinhos: Anchieta, Alfredo Chaves, Marechal Floriano, Viana e Vila Velha?

7 - O Ifes realiza monitoramento da situação profissional de seus egressos? Como é realizada? Com que periodicidade?

8 - Existe alguma parceria entre o Ifes e o Poder Público Municipal no que diz respeito à política de inserção profissional de egressos do Ifes? Explique.

9 - E entre o Ifes e o empresariado local?

10 – O (a) senhor (a) acredita que o Ifes cumpre a sua função social de contribuinte para o desenvolvimento socioeconômico local e regional? Por quê?

11 - Na sua percepção, os alunos dos cursos técnicos do Ifes estão estudando nessa Instituição principalmente para:

12 - Existe alguma ação realizada por intermédio do Ifes para que o egresso consiga o seu primeiro emprego na sua área de formação? Como isso é feito?

13 - O Ifes estimula o empreendedorismo nos seus alunos? De que maneira?

14 - O Ifes possui Empresa Júnior?

15 - E incubadora de empresas?

16 - Existe algum evento no Campus como palestras, seminários, voltado para o estreitamento das relações entre comunidade acadêmica do Ifes, Poder Público, Empresariado e Egressos? Se sim, como é esse evento?

17 – O (a) senhor (a) possui conhecimento do quanto de recursos já foi gasto no Ifes desde a sua criação?

18 – O (a) senhor (a) considera que esse valor (quase 40 milhões de reais) é:

19 – O (a) senhor (a) considera que a oferta de cursos técnicos de nível médio no Ifes está:

(    ) totalmente de acordo com os arranjos produtivos locais

(    ) parcialmente de acordo com os arranjos produtivos locais

(    ) em desacordo com os arranjos produtivos locais

20 - O Ifes possui conhecimento de vagas de emprego a profissionais técnicos?

21 - Essas vagas são informadas aos egressos ou aos alunos? Como?

22 – O (a) senhor (a) acredita que a maioria dos egressos reside em Guarapari-ES?

23 - Quais são as maiores dificuldades para que o egresso de curso técnico do Ifes consiga se inserir no mercado de trabalho local?

## APÊNDICE D – PRODUTO TÉCNICO APLICÁVEL AO IFES CAMPUS GUARAPARI

Quadro 4 - Proposta de intervenção ao Ifes Campus Guarapari - Plano de Ação – Ferramenta 5W2H

(continua)

<b>What (o quê)?</b>	<b>Why (por quê)?</b>	<b>Who (quem)?</b>	<b>How (como)?</b>	<b>How much (quanto)?</b>	<b>When (quando)?</b>	<b>Where (onde)?</b>
Criar um Portal de Egressos.	Conhecer a trajetória de vida dos egressos; Facilitação da comunicação com os egressos; Monitoramento de egressos; Interação permanente entre Ifes e ex-alunos.	Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) do Ifes Campus Guarapari.	A CTI irá definir a melhor maneira de implementação.	Não há um custo diretamente estabelecido.	Imediatamente.	No site do Ifes Campus Guarapari.
Divulgar o Portal de Egressos.	Para que os egressos e os atuais alunos tenham conhecimento dessa plataforma.	Diretoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão (DPPGE) do Ifes Campus Guarapari.	Por meio de divulgação no site do Ifes Campus Guarapari, em suas redes sociais, através de envio de e-mail e nos perfis em redes sociais dos egressos e divulgação em salas de aula.	Não há um custo diretamente estabelecido.	Imediatamente após a criação do Portal de Egressos. Posteriormente, a cada 6 meses.	No site do Ifes Campus Guarapari, em suas redes sociais, por e-mail e em salas de aula.

Quadro 4 - Proposta de intervenção ao Ifes Campus Guarapari - Plano de Ação – Ferramenta 5W2H

(continuação)

<b>What (o quê)?</b>	<b>Why (por quê)?</b>	<b>Who (quem)?</b>	<b>How (como)?</b>	<b>How much (quanto)?</b>	<b>When (quando)?</b>	<b>Where (onde)?</b>
Realizar eventos no Campus (feiras, seminários, workshops) reunindo empresas locais, egressos e Poder Público.	Estreitamento de relações com o empresariado local e o Poder Público; Estabelecimento de parcerias; Intermediação para inserção profissional de egressos.	DPPGE do Ifes Campus Guarapari.	A DPPGE é livre para estabelecer a melhor maneira de realização. No entanto, sugere-se que o foco dos eventos seja a inserção profissional de egressos no mercado de trabalho local.	Não se pode precisar o quanto será gasto, mas imagina-se necessário o dispêndio com propaganda (banners e cartazes) e com outros materiais e serviços inerentes.	Uma vez durante os 6 primeiros meses de implantação da ferramenta. Após o primeiro semestre, realizar 1 vez a cada 3 meses.	No auditório do Ifes Campus Guarapari.
Visitar as empresas locais.	Manter um diálogo próximo com o empresariado; Conhecer as demandas profissionais dos arranjos produtivos locais; Apresentar o processo de qualificação realizado no Ifes de Guarapari.	Comissão de servidores nomeada pelo Diretor Geral do Ifes Campus Guarapari e alunos regularmente matriculados nessa instituição.	Agendamento de visitas nas empresas locais; Produção de relatórios dos resultados obtidos nas visitas.	Não se pode precisar o quanto será gasto, mas imagina-se necessário o dispêndio com transporte de servidores e telefonia.	Uma vez por semana durante os 6 primeiros meses de implantação da ferramenta. Após o primeiro semestre, realizar 1 vez por mês.	Nas empresas locais.

Quadro 4 - Proposta de intervenção ao Ifes Campus Guarapari - Plano de Ação – Ferramenta 5W2H

(continuação)

<b>What (o quê)?</b>	<b>Why (por quê)?</b>	<b>Who (quem)?</b>	<b>How (como)?</b>	<b>How much (quanto)?</b>	<b>When (quando)?</b>	<b>Where (onde)?</b>
Mapear vagas de trabalho.	Saber onde existem vagas de trabalho disponíveis.	Coordenadoria Geral de Extensão do Ifes Campus Guarapari.	Através de consulta: aos relatórios produzidos pela Comissão responsável por visitar as empresas locais; aos órgãos responsáveis por intermediação de mão de obra; à imprensa; a editais de concursos públicos e processos seletivos.	Não há um custo diretamente estabelecido.	Permanentemente.	Na Coordenadoria Geral de Extensão do Ifes Campus Guarapari.

Quadro 4 - Proposta de intervenção ao Ifes Campus Guarapari - Plano de Ação – Ferramenta 5W2H

(continuação)

What (o quê)?	Why (por quê)?	Who (quem)?	How (como)?	How much (quanto)?	When (quando)?	Where (onde)?
Divulgar vagas de trabalho aos egressos.	Facilitar a inserção profissional dos egressos; Atuação de suporte aos egressos.	Coordenadoria Geral de Extensão do Ifes Campus Guarapari.	Priorização de divulgação de vagas em ordem local, regional e nacional, através: do Portal de Egressos; das Redes Sociais do Ifes Campus Guarapari; nos murais das dependências do Ifes Campus Guarapari; de e-mail enviado aos egressos.	Não há um custo diretamente estabelecido.	Permanentemente.	Portal de Egressos, Redes Sociais, Murais do Ifes Campus Guarapari e e-mail dos egressos.
Reunir-se com o Poder Público Municipal e Estadual.	Estabelecimento de políticas de geração de trabalho e emprego; Estreitamento de relações; Criação de parcerias.	Diretor Geral do Ifes Campus Guarapari.	Proposta de políticas públicas que venham a facilitar a inserção do egresso do Ifes Campus Guarapari no mercado de trabalho local.	Não se pode precisar o quanto será gasto, mas imagina-se o necessário o dispêndio com transporte de servidores e telefonia.	Imediatamente.	Na Prefeitura Municipal de Guarapari e no Governo do Estado do Espírito Santo.

Quadro 4 - Proposta de intervenção ao Ifes Campus Guarapari - Plano de Ação – Ferramenta 5W2H

(conclusão)

<b>What (o quê)?</b>	<b>Why (por quê)?</b>	<b>Who (quem)?</b>	<b>How (como)?</b>	<b>How much (quanto)?</b>	<b>When (quando)?</b>	<b>Where (onde)?</b>
Realizar Pesquisa de Acompanhamento de Egressos.	Verificar se os objetivos esperados estão sendo alcançados; Verificar a necessidade de ações corretivas em suas políticas de atuação, bem como em seus processos pedagógicos.	DPPGE do Ifes Campus Guarapari.	Através de instrumento de avaliação de egressos que contemple principalmente situação ocupacional, verticalização de estudos e inserção ou não no mercado de trabalho local.	Não se pode precisar o quanto será gasto, mas imagina-se necessário o dispêndio com serviços de telefonia.	Uma vez por semestre.	Na DPPGE do Ifes Campus Guarapari.

Fonte: Elaborado pelo autor.

# APÊNDICE E – RECIBO DE PRODUTO TÉCNICO PELO IFES CAMPUS GUARAPARI



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS GUARAPARI

Alameda Francisco Vieira Simões, 720 – Aeroporto – 28213-795 – Guarapari – ES

27 3261-0000

DIREÇÃO GERAL

## Atestado de Execução de Produto/Serviço Técnico

Atesto para os devidos fins que o seguinte Produto/Serviço Técnico será realizado, dentro da qualidade e prazos esperados:

- Plano de Ação – Ferramenta 5W2H, Tal serviço inclui:
  - Facilitar a inserção de egressos do Ifes Campus Guarapari no mercado de trabalho local;
  - Monitorar a trajetória de vida do egresso após a realização de seu curso no Ifes;
  - Contribuir para a tomada de decisão da organização.

Participaram deste Produto/Serviço Técnico:

- José Roberto Abreu de Carvalho Junior (CPF 133.273.187-27),
- Thalmo de Paiva Coelho Junior (CPF 757.152.017-72).

O Produto/Serviço Técnico será realizado no 2º semestre de 2018.

Guarapari-ES, 25 de junho de 2018.

  
Assinatura

**Gibson Dall'Orto Muniz da Silva**

Diretor Geral  
Carimbo

*Gibson Dall'Orto Muniz da Silva*  
Diretor Geral

Portaria nº 2.194 DOU de 30/06/2017  
IFES Campus Guarapari